REVISTA da CAVALARIA

Revista Quadrimestral de Cavalaria / Maio - Agosto / 3º Série / Ano VII / Nº27

Exército Português Auto-Metralhadoras

Parte 2

As Armas Combinadas no Campo de Batalha do Século XXI

Equitação Militar: Formação de Formadores

E ainda:

- As doutrinas de contrassubversão de Portugal (1960) e dos EUA (2007) - Parte II
- "Reconhecimento" e "Unidades de Reconhecimento"
- Condição física: Reflexões de um comandante do GCC - II

Alexandre

lanceiro
CADERNOS MILITARES
"desfile da "coisa militar", em revista"
Relatos + Memórias + Biografias + Militária
Efemérides + Historiografia + Actualidade
100 páginas ilustradas, 5€
Colaboram:
Gen Martins Barrento, TGen Sousa Pinto, Cor Cav António Melo, Cor Cav Monteiro da Graça, TCor Cav Marcos Andrade, TCor Cav Dias de Almeida, SMor Cav Fernando Lourenço, TCor Cav João Sena, Roberto de Moraes e RL2.
Edição semestral, assinatura (3 n.ºs 12€) e informações:
Associação de Lanceiros
Calçada da Ajuda 1349-054 Lisboa
alanceiros@gmail.com
lanceiro
Cadernos Militares
3
«fiel depositária do espírito do Lanceiro e da Cavalaria»
TGen José Carlos Cadavez

Sumário

■ **Editorial** 4
TCOR Cav Miguel Freire

■ «Exército Português: Auto-Metralhadoras» *(continuação)* 6
MGEN Cav Pereira Coutinho

■ «As armas combinadas no campo de batalha do século XXI» 17
CAP Inf Jorge Pereira; CAP Inf Pedro Cavaleiro;
CAP Inf Bruno Oliveira; CAP Inf Pedro da Costa

■ «As doutrinas de contrassubversão de Portugal (1960) e dos EUA (2007) - Parte II» 30
MAJ Cav Paulo Serrano

■ «Condição física: Reflexões de um comanadante do GCC - II» 33
TCOR Cav Miguel Freire

■ «"Reconhecimento" e "Unidades de Reconhecimento"» 39
MAJ Cav Paulo Serrano

■ «Seminário: "A Equitação Militar e a Formação"» 44
SOIS / EPC

■ «Equitação Militar Formação de Formadores» 47
TCOR Cav Carmo Costa

■ **Resenha de Actividades das Unidades** 50

■ **Indigitações e Nomeações** 57

■ **FICHA TÉCNICA**

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
TCOR Miguel Freire

Chefe de redacção
MAJ Paulo Serrano

Redacção
CAP Paulo Fernandes

Revisão
TCOR Miguel Freire
MAJ Paulo Serrano

Contactos
Associação Revista da Cavalaria
Regimento de Lanceiros N.º 2
Calçada da Ajuda
1349-054 Lisboa
E-m@il: revistadacavalaria@gmail.com

Execução gráfica
SOARTES - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

Página do Associado da Revista da Cavalaria

NOVOS ASSOCIADOS

Nr.	Identificação			Data de Inscrição
382	Pedro Miguel Martins Bernardo	CAD-AL	CAV	11-06-2012
383	Bernardo Queda Soares	CAD-AL	CAV	11-06-2012
384	David João Lino Baptista	CAD-AL	CAV	11-06-2012
385	Patrick de Jesus dos Santos	CAD-AL	CAV	11-06-2012
386	Nuno Miguel Melo Oliveira Silva	CAD-AL	CAV	11-06-2012
387	Miguel Renato Azambujo Fernandes	CAD-AL	CAV	11-06-2012
388	Pedro da Cunha e Costa Coelho	CAD-AL	CAV	11-06-2012
389	David Emanuel Monteiro Silva	CAD-AL	CAV	11-06-2012
390	João André Pombo Marques	CAD-AL	CAV	11-06-2012
391	André Alexandre Horta Medinas	CAD-AL	CAV	11-06-2012
392	Ana Rosa Mira Teles Chaleta	CAP	AM	14-09-2012

Aos novos associados votos de felicidades, que a Revista da Cavalaria seja um reduto de interesse, saber e doutrina, em principal para os que agora estão a dar início ás suas carreiras. Da nossa parte aguardamos expectantes os vossos valorosos contributos literários.

DEPÓSITOS POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

Continua a Revista da Cavalaria a encetar esforços junto dos associados para que se solucione rapidamente este assunto que foi já reportado no último número.

Verifica-se por vezes a impossibilidade de fazer corresponder a identificação da entidade depositante a um nome de associado existente em Base de Dados da Revista, aquando do pagamento da anuidade, pelo que se transcrevem abaixo esses exemplos para que se possa regularizar a situação.

Descritivo do Movimento	Data de Depósito
MARIA MANUEL C H A R R MIRA	2011-01-17
JOSE MANUEL FERREIR	2011-03-01
PAULA MARINA NEVES	2011-06-02
JOAO MIGUEL MARTIS FERREIR	2011-06-14
JOAO MIGUEL MARTIS FERREIR	2011-06-15
MARIA MADALENA C G MACIEIRA	2011-09-22
PEDRO MIGUEL P M SEABRA GON	2011-10-27

Solicita-se que os associados em causa contactem a Revista da Cavalaria por Endereço Electrónico, indicando como forma confirmar a sua identificação o NIB Ordenante.

Sempre que sejam efectuados depósitos excepcionais, por transferência bancária, por exemplo para regularização de anuidades, solicita-se envio de aviso de pagamento para o endereço de Correio Electrónico da Revista.

CORPOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA 2010-2012

Mesa da Assembleia Geral:

- Presidente:
  Presidente Honorário da Arma da Cavalaria, Tenente-General Luís Miguel de Negreiros de Morais de Medeiros
- Vogal:
  Presidente do Conselho da Arma de Cavalaria, Major-General José Alberto Martins Ferreira
- 2º Vogal:
  Tenente-Coronel de Cavalaria Francisco António Amado Rodrigues
- Secretário:
  Sargento-Mor de Cavalaria Luís Manuel Gouveia Antunes

Conselho Fiscal:

- Presidente:
  TCor Cav Marcos de Andrade
- Vogal:
  Maj Cav Peralta Pimenta
- Secretário:
  Maj Cavª Jorge Henriques

Direcção da Revista:

- Presidente:
  TCor Cav Miguel Freire
- Vice-presidente:
  Maj Cav Paulo Serrano
- Vogal:
  Sr. Luís Costa
- Secretário:
  Cap Cav Paulo Fernandes
- Tesoureiro:
  1SAR Cav Luis Cacheira

Editorial

Neste número publicamos a 2º parte do estudo realizado pelo nosso General Pereira Coutinho sobre as Autometralhadoras que serviram e ainda servem no Exército Português. Seguir-se-á, na próxima edição, o mesmo tipo de trabalho sobre Carros de Combate. Este tipo de trabalhos sobre a componente técnica da Arma são muito interessantes para a compreensão daquilo que temos sido e de como evoluímos. Só lamentamos que não haja mais investigações.

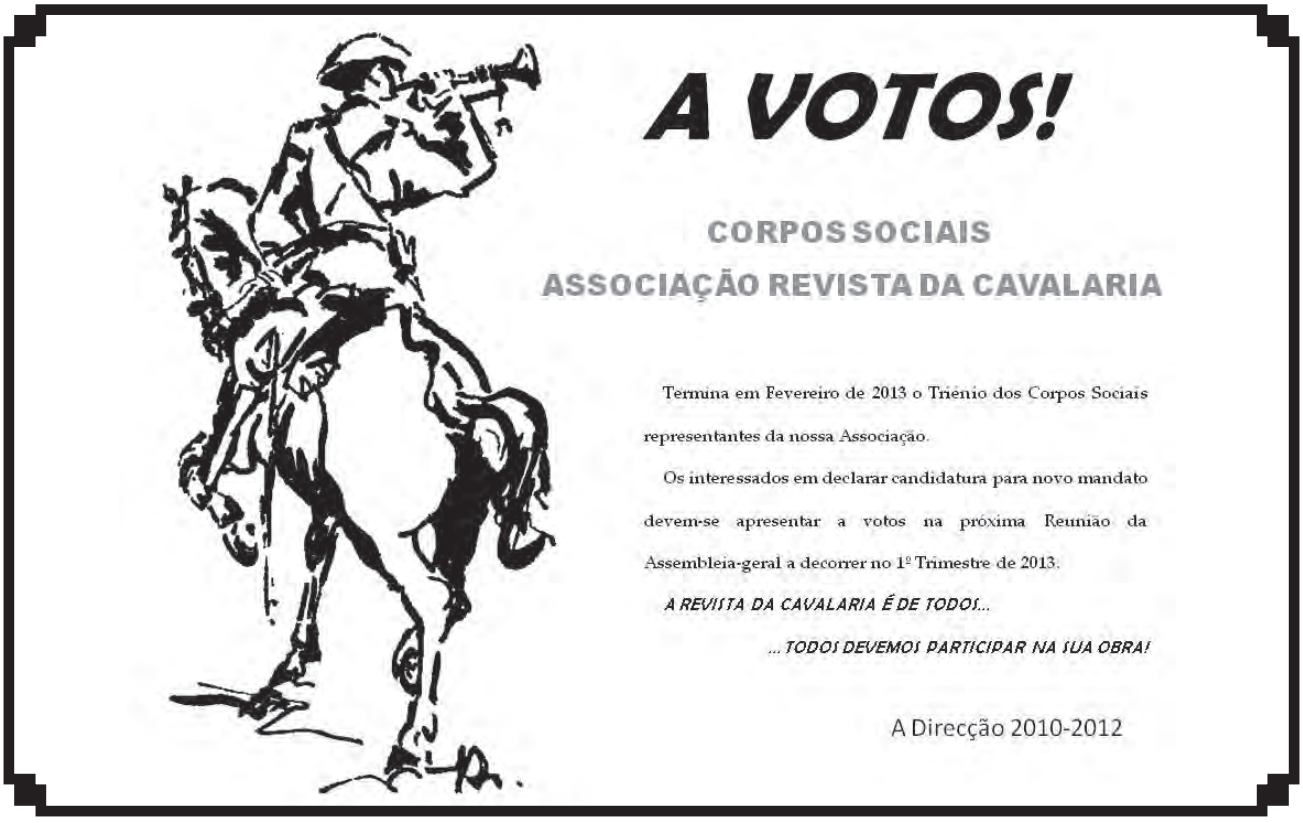
De interesse também é o artigo resultante de um trabalho produzido exclusivamente por capitães de Infantaria no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior que, olhando para o futuro, abordam a questão das "armas combinadas" de forma descomplexada mas orientada para um produto operacional que se quer credível. Enquanto esta Direção se mantiver em exercício, a Revista de Cavalaria será sempre um espaço aberto ao debate, principalmente quando esse debate vem de gerações mais novas e com experiência no terreno. Aliás é no seguimento desta linha – uma pedrada no charco – que se publicam os artigos do Major Paulo Serrano sobre o "reconhecimento e as unidades de reconhecimento" e do Tenente-coronel Carmo Costa sobre "A formação dos Formadores na Equitação Militar". Ambos não podiam ser mais oportunos. Esperamos que estimulem comentários e outros artigos.

TCor Cav MIGUEL FREIRE
AM

LINHA EDITORIAL

Os artigos não deverão ultrapassar as 3500 palavras e, sempre que possível, acompanhados de fotografias, mapas ou outras imagens que o autor entenda convenientes. Todos este ficheiros deverão ser enviados como ficheiros independentes do tipo ".jpeg", ".bmp", etc., mas nunca "colados" em documentos word ou ficheiros powerpoint.

Os artigos deverão ser enviados por mail para o endereço: **revistadacavalaria@gmail.com.**



Exército Português Auto-Metralhadoras (continuação)

8. VIATURA BLINDADA DE RECONHECIMENTO DAIMLER MK III A 3 TON. 4X4 M/1963

A viatura blindada de reconhecimento Daimler é uma viatura ligeira, blindada, destinada a fins de reconhecimento e ligação.

Em Portugal foi utilizada durante a Guerra do Ultramar nos "Pelotões de Reconhecimento Daimler", especialmente vocacionados para a protecção das colunas logìsticas.

Em Portugal, para aumentar a protecção do pessoal, foram dotadas com uma cobertura blindada.

Foto 30 - Daimler, versão original
FONTE: WIKIPEDIA DAIMLER DINGO

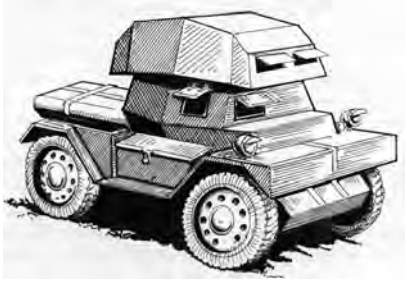


Foto 31 - Daimler, versão portuguesa
FONTE: ESBOÇO DAS OGME

CARACTERÍSTICAS	
Tipo	Autometralhadora ligeira
Origem	Reino Unido. Fabricada pela Daimler, do Grupo BSA.
Peso	3,215 Ton.
Comprimento	2,23 m
Largura	1,72 m
Altura	1,5 m
Guarnição	2 homens (Chefe de Carro e Condutor)
Blindagem	8 a 16 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Altura ao solo	20,3 cm
Armamento /Munições	1 metralhadora Dreyse e 1.200 cartuchos.
Motor	A gasolina, Daimler, 2.500 cc, 55 hp a4.200 rpm, 6 cilindros em linha, arrefecimento por líquido.
Transmissão	Caixa de 5 velocidades para a frente e uma para a retaguarda, pre-selecionadas. Tração às quatro rodas.
Depósito de combustível	Capacidade para cerca de 100 litros.
Relação Peso/Potência	17,1 hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores. Pneus tipo runflat.
Velocidade máxima	88,5 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 322Km
Sistema elétrico	12 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	Os ingleses utilizavam neste veículo o emissor recetor P 19. No nosso exército não tinha rádio nem inter comunicação.

9. VIATURA BLINDADA DE RECONHECIMENTO PANHARD AML HE 60-7 4,8 TON. 6 CM 4X4 M/1965 E VIATURA BLINDADA DE RECONHECIMENTO ELAND MK 4 4,8 TON. 6 CM 4X4 M/1972

Estas duas viaturas têm de ser tratadas em simultâneo, pois trata-se da mesma viatura em duas versões:

- A originária, de origem francesa: Viatura Blindada de Reconhecimento Panhard AML HE 60-7 4,8 Ton. 6 cm 4x4 m/1965;

MGen PEREIRA COUTINHO
Reforma.

- A cópia, originária da República da África do Sul: Viatura Blindada de Reconhecimento Eland MK 4 4,8 Ton. 6 cm 4x4 m/1972.

A AML Panhard resultou da necessidade de encontrar um veículo mais simples e mais leve do que a EBR Panhard para as necessidades francesas na Guerra de África.

Em 1965, Portugal adquiriu em França 40 AML Panhard HE 60-7. Em finais dos anos 60, a República da África do Sul (RAS) cedeu 32 AML Panhard, iguais às francesas, só diferindo no equipamento rádio, que nas francesas era o AN/VRC-10 e nas sul africanas o C-42, rádios que,no entanto, ligavam uns com os outros.

No Leste de Angola, devido às poeiras diamantíferas, os motores tinham um gastamento anormal. Para atenuar esta servidão, adaptaram-se na entrada de ar do motor dois filtro de ar em banho de óleo, de Volkswagen Carocha, ligados em série. Esta solução, embora não tenha resolvido o problema na totalidade, atenuou-o muito.

O Esquadrão de Dragões de Luanda, como tinha muita dificuldade em manter operacionais as AML, devido à falta de sobressalentes para o motor, encontrou como solução a substituição do motor Panhard por um Opel 1900 cc, da General Motors, da RAS. Adaptava-se perfeitamente à viatura. Os sul africanos, que não andavam a dormir, imediatamente enviaram uma equipa técnica a Luanda para estudar a solução que tinha sido encontrada. Adotaram-na e, as AML sul africanas passaram a dispor deste motor (que custava 1/3 do original Panhard) e também, em vez da embraiagem eletro-magnética, dotaram-na com uma embraiagem clássica de discos.

Para Moçambique foram cedidas umas 15 autometralhadoras deste modelo, que foram designadas Eland MK 4.

Também o armamento era diferente, pois, em vez das duas metralhadoras coaxiais Mac 34 7,62 mm (NATO) tinham uma metralhadora coaxial Browning 7,62 mm (NATO).

Depois do 25 de Abril, ainda se chegaram a enviar para Portugal algumas AML deste modelo para se copiar a adaptação do novo motor e da embraiagem. Tiveram que ser devolvidas à RAS.

Em 1982, ainda se fez uma tentativa, com a colaboração da SOREL (representante da Opel em Portugal), para se adaptar o motor 1900 cc e uma embraiagem clássica às AML. O protótipo resultou bem. A execução do projecto foi mal sucedida, porque o Serviço de Material em vez de instalar o motor Opel 1900 cc, originário da R.A.S., optou por um motor Opel 2000 cc, que não resultou.

Os números que consegui obter sobre a quantidade de AML que existiram em Portugal não têm fiabilidade.

Sei que, em 1981:

- Na EPC (Santarém), existiam 10 (7 operacionais e 3 inop)
- No RC6 (Braga), existiam 22 (16 operacionais e 6 inop)
- No RC3 (Estremoz), existiam 14 (10 operacionais e 4 inop)
- No DGMG (Beirolas), cerca de 20 (inop).

Foto 32 - Viatura Blindada de Reconhecimento Panhard AML HE 60-7 4,8 Ton. 6 cm 4x4 m/1965
FONTE: IMAGENS GOOGLE

Foto 33 - CPOSA/1972 – Atalaia – Apresentação de viaturas blindadas.
AML de origem sul africana a ser elevada pela grua de um M-74.
(Distingue-se pelo carretel do comando a distância do rádio C-42 e pela base de antena).

	CARACTERÍSTICAS
Tipo	Autometralhadora ligeira.
Origem	França – Anciens Établissements Panhard-Levassor, S.A.e República da África do Sul
Peso	4,8 Ton – 5,5 Ton em ordem de combate
Comprimento	4.15 m
Largura	1,97 m
Altura	2,07 m
Guarnição	3 homens (Chefe de Carro, Apontador, Condutor)
Blindagem	10 a 40 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Armamento /Munições	Morteiro de 6 cm de carregar pela culatra: 53 granadas de morteiro nas viaturas normais e 32 nas de comando. (Granadas:HE, canister, fumos e iluminantes). Duas metralhadoras Mac 34 7,62 mm (NATO), na versão francesa e nas primeiras cedidas pela RAS. Uma metralhadora Browning 7,62 (NATO) nas últimas cedidas pela RAS 3.800 cartuchos para metralhadora nas viaturas normais e 3.200 nas de comando.
Sistema de pontaria	Luneta
Alcance do morteiro	300 a 2.600 m
Cadência de tiro do morteiro	8/10 tiros/minuto
Metralhadora(s) Coaxial(ais)	Alcance prático. . . . . 800 m Velocidade prática de tiro . . . . . 230 tiros por minuto
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da Torre	360° Manual
Campo de tiro vertical	+85°a - 6°
Defesa individual	1 Pistola-Metralhadora FBP 9 mm m/47 com 90 cartuchos. 6 granadas de mão defensivas.
Motor	A gasolina, Panhard 1,99 l, modelo 4 HD, 4 cilindros opostos, a gasolina, 90 hp a 4.700 rpm e arefeccimento por ar.
Transmissão	Embraiagem eletromagnética Panhard, tração às quatro rodas. Caixa de transferência. Os pneus são tipo "runflat". Quando sai para todo o terreno a pressão dos pneus tem que ser reduzida a metade. Dispõe de um compressor para encher os pneus.
Depósito de combustível	Capacidade para 150 litros
Consumo por Km	0,25 litros
Relação Peso/Potência	17,3 hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores.
Altura ao solo	330 mm
Velocidade máxima	92 Km/h
Velocidade de cruzeiro	60 Km/h
Velocidade máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 600 Km
Sistema elétrico	12 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	Viaturas de comando de origem Francesa: • AN/GRC-9 • ANVRC-10 • Intercomunicação (Chefe de Carro, Apontador, Condutor). Outra viaturas de origem francesa: • ANVRC-10 • Intercomunicação (Chefe de Carro, Apontador, Condutor). Outras viaturas de origem RAS: • C-42 • Intercomunicação (Chefe de Carro, Apontador, Condutor). Na fase final de vida, as AML foram equipadas com o emissor-recetor IRET PRC-239 (sem o amplificador PA-21) e para a sua alimentação e para a intercomunicação foi-se buscar a unidade de alimentação e amplificador de áudio frequência do emissor recetor WS-88, do carro de combate de origem canadiana M-4 A1.

Rádio e Intercomunicação	**Emissor-recetor AN/GRC-9**

Foto 34 - Emissor-recetor

Foto 35 - Unidade de alimentação

Amplitude modulada
2 a 12 Mc/s
Fonia e grafia.
Sintonia contínua.
Alcance: CW – 50 Km; MCW – 30 Km e Fonia 15 Km.
Potência: Alta – 15 Watts e Baixa 7 Watts.

Emissor-recetor AN/VRC-10
FONTE: MANUAL DO EQUIPAMENTO

Frequência modulada
38,0 a 54,9 Mc/s (170 canais espaçados de 100Kc/s)
Fonia.
Dois canais presintonizados ou sintonia contínua.
Alcance: 15 Km
Potência: Alta – 16 Watts e Baixa – 2 Watts.

Emissor-recetor C- 42
FONTE: MANUAL DO EQUIPAMENTO

Frequência modulada.
36 a 60 Mc/s (241 canais espaçados de 100 Kc/s).
Fonia.
Sintonia contínua.
Alcance: 15 Km.
Potência: Alta -20 Watts e Baixa – 0,5 Watts).

Rádio e Intercomunicação	**Emissor-recetor PRC-239 6x (Iret)** Emissor-recetor PRC-239 6x FONTE: BROCHURA DA IRET Unidade de alimentação do WS-88 FONTE: MANUAL DO EQUIPAMENTO O emissor recetor PRC-239 é um rádio portátil que, em conjunto com o amplificador de potência PA-21, pode ser instalado em qualquer tipo de viatura. Como não existiam PA-21 disponíveis, recorreu-se às unidades de alimentação e amplificadores de áudio frequência dos WS-88, que nunca tinham chegado a serem utilizados, e que se destinavam aos CC M-4 A1, canadianos. Frequência modulada. 47 a 56 Mc/s (100 canais espaçados de 100 Kc/s). Fonia. Alcance: 1,5 Km. Potência: 1 Watt.

10. VIATURA BLINDADA DE RECONHECIMENTO BRAVIA "CHAIMITE" V-400

Nos finais dos anos da década de 1960, foi enviada para a Guiné, a título experimental, uma viatura blindada de reconhecimento BRAVIA "Chaimite" V-400. Pelo que tenho gravado no meu registo de memória, o casco não era o de uma "Chaimite", mas sim o de uma Cadillac Gage V-100. A torre era uma Mecar, armada com uma peça de 9 cm de baixa pressão e duas metralhadoras de 7,62mm (NATO), uma coaxial e outra exterior.

Julgo que a viatura enviada para a Guiné é a que consta da brochura da "Bravia" e que se reproduz a seguir:

Foto 40 - Viatura Blindada de Reconhecimento Bravia "Chaimite" V-400
FONTE: BROCHURA DA BRAVIA

Julgo que a vida desta viatura foi curta, pois, numa emboscada, entrou pela porta traseira, que estava aberta, uma granada de RPG-7 que explodiu dentro do casco e a inutilizou.

Isto foi o que aconteceu, no entanto, julgo de interesse indicar as caraterísticas da viatura que a Bravia se propunha fabricar.

Da brochura da empresa, pela gravura a seguir, parece deduzir-se que a viatura que se propunha produzir seria constituída por um casco de "Chaimite" V-200 e uma torre equipada com um canhão de 90mm Energa.

Foto 41 - Viatura Blindada de Reconhecimento Bravia "Chaimite" V-400 (Patente 47627)
FONTE: BROCHURA DA BRAVIA

CARACTERÍSTICAS	
Tipo	Viatura Blindada de Reconhecimento
Origem	Portugal. BRAVIA, Sociedade Luso Brasileira de Viaturas e Equipamentos, S.A.R.L.
Peso	Vazio, 7,7Ton.
Comprimento	5,6 m
Largura	2,26 m
Altura	2,75 m
Guarnição	4 homens (Chefe de carro, apontador, condutor, municiador/operador dos rádios).
Blindagem	Chapa blindada especial à prova de bala de calibre 7,62mm a 0° de obliquidade a alça mínima.
Trincheira	1 m
Declive	70%
Vau	Anfíbio
Armamento /Munições	Peça de 9cm de baixa pressão.
	Uma metralhadora coaxial FN M-240 ,7,62 mm (NATO).
	Uma metralhadora exterior FN M-240 ,7,62 mm (NATO).
Sistema de pontaria	Luneta
Alcance da peça	Prático..... 1.000 metros
Cadência de tiro da peça	8/10 tiros/minuto
Metralhadora Coaxial	Alcance prático.....800 m
	Velocidade prática de tiro ..... 230 tiros por minuto
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da Torre	360° - Manual
Campo de tiro vertical	?
Defesa individual	?
Motor	A gasolina, tipo V8 modelo 361, à prova de água. Potência bruta de de 210 HP a 3.300 rotações.
Transmissão	Manual de 5 velocidades, sincronizada, baixa redução:7,24:1
Embraiagem	De capa única (33 cm).
Caixa de Transferência	Velocidade única com engate e desengate para tração no eixo dianteiro. Razão: 1,32:1
Depósito de combustível	Dois depósitos, cada um com capacidade para 150 litros.
Consumo por Km	0.3 litros em estrada e 0,45 litros em TT.
Relação Peso/Potência	Cerca de 20 hp/Ton
Suspensão	Molas de folhas múltiplas semi-elíticas. Um amortecedor em cada roda.
Direção	Potencial de coeficiente variável.
Pressão unitária	?
Velocidade máxima	90 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 1000 Km; em TT: 700 Km.
Sistema elétrico	24 Volts DC. À prova de água e com supressão completa para requipamento rádio.
Rádio e Inter-comunicação	Emissor-recetor Racal TR-422B 125 Watts Amplitude modulada/SSB 2 a 10 Mc/s (4 canais pré-sintonizados) Fonia. Alcance 100 km Foto 42 - Emissor-recetor Racal RT-422-B FONTE: BROCHURA DA RACAL

Rádio e Intercomunicação	Emissor-recetor PRC-239 com amplificador PA-21 20 Watts Frequência modulada 47 a 50,9 Mc/s, sintonia contínua, 100 canais espaçados de 10KHz. Fonia. O amplificador assegura a inter-comunicação. Alcance 20 Km. Foto 43 - Emissor-recetor IRET PRC-239 com Amplificador PA-21 FONTE: CATÁLOGO DA IRET.

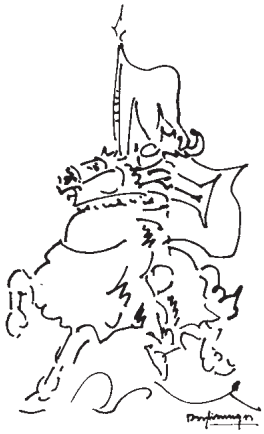
11. VIATURA BLINDADA DE RECONHECIMENTO FERRET MKII 4,5 TON. 4X4 M/1979

Em 1979, o Reino Unido, quando retirou este material de serviço, forneceu a portugal 32 viaturas blindadas de reconhecimento Ferret MkII.

Esta viatura foi destinada aos esquadrões de reconhecimento.

No Reino Unido foi a viatura que sucedeu à Daimler.

Foto 44 - Viatura Blindada de Reconhecimento Ferret MKII 4,5 Ton. 4x4 m/1979
FONTE: ARMOURED FIGHTING VEHICLES – PHILIP TREWHITT



CARACTERÍSTICAS	
Tipo	Autometralhadora ligeira.
Origem	Reino Unido.
Peso	4,85 Ton
Comprimento	3,835 m
Largura	1,905 m
Altura	1,879 m
Guarnição	2 homens (Chefe de Carro, Condutor)
Blindagem	6 a 16 mm
Declive	46%
Vau	Sem preparação: 0,91 cm # Com preparação: 1,524 m
Armamento /Munições	Uma metralhadora Browning 7,62 mm (NATO) com 2.500 cartuchos.
Metralhadora Coaxial	Alcance prático.....800 m Velocidade prática de tiro ..... 230 tiros por minuto
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da Torre	360° Manual
Campo de tiro vertical	?
Defesa individual	1 Pistola-Metralhadora FBP 9 mm m/47 com 90 cartuchos. 6 granadas de mão defensivas.
Motor	A gasolina, Rolls Royce B60 Mk 6A, com 6 cilindros em linha, arrefecido por água, 129 hp a 3.750 rpm.
Transmissão	Caixa de 5 velocidades para a frente e uma para a retaguarda, pre-selecionadas. Tração às quatro rodas.
Depósito de combustível	Capacidade para 96 litros
Consumo por Km	0,25 litros
Relação Peso/Potência	26,59 hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores. Pneus do tipo runflat.
Altura ao solo	330 mm
Velocidade máxima	93 Km/h
Velocidade de cruzeiro	60 Km/h
Velocidade máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 306 Km # Em todo o terreno: 160 Km
Sistema elétrico	12 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	No Reino Unido utilizava o emissor-recetor C-13 (AM). Em Portugal, utilizou vários equipamentos, conforme as possibilidades.

12. AUTOMETRALHADORA SALADIN MK II 11,5 TON 7,6 CM 6X6 M/1982

Em 1982, o Reino Unido, quando retirou este material de serviço, forneceu a Portugal 29 autometralhadoras Saladin.

Estas viaturas foram destinadas aos esquadrões de reconhecimento.

Foto 45 - Autometralhadora Saladin MK II 11,5 Ton 7,6 cm 6x6 m/1982
FONTE: ARMOURED FIGHTING VEHICLES – PHILIP TREWHITT

CARACTERÍSTICAS	
Tipo	Autometralhadora-canhão
Origem	Reino Unido (Alvis Vehicles LTD)
Peso	10,5 Ton – 11,590 em ordem de combate
Comprimento	4,93 m # 5,284 m, com a peça para a frente.
Largura	2,54 m
Altura	2,19 m
Guarnição	3 homens (Chefe de Carro, Apontador, Condutor)
Blindagem	8 a 32 mm
Trincheira	1,52 m
Declive	46%
Vau	1,07 m
Altura ao chão	0,426 m
Armamento /Munições	Uma peça de 7,6 cm com 42 granadas. Duas metralhadoras Browning 7,62 mm (NATO), uma coaxial e outra exterior com 2.750 cartuchos. 12 lança bombas de fumos, em dois grupos de 6.
Sistema de pontaria	Luneta
Alcance da peça	Prático..... 1.500 metros
Cadência de tiro da peça	8/10 tiros/minuto
Metralhadora Coaxial	Alcance prático.....800 m Velocidade prática de tiro ..... 230 tiros por minuto
Sistema de elevação das armas	Hidráulico e Manual
Rotação da Torre	360° - Hidráulico e Manual
Campo de tiro vertical	+20°a - 10°
Defesa individual	1 espingarda G3 com coronha retrátil e 100 cartuchos. 6 granadas de mão defensivas.
Motor	Rolls Royce B80 Mk 6A, 8 cilindros, gasolina, arrefecido por água e com uma potência de 170 bhp a 3.750 rpm.
Transmissão	Caixa de velocidades com cinco velocidades para a frente e uma para a retaguarda, pre-selecionadas. Tracção às seis rodas. Pneus runflat.
Depósito de combustível	Capacidade para 240 litros
Consumo por Km	0.6 litros
Relação Peso/Potência	14,67 hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores.
Velocidade máxima em estrada	72 Km/h
Velocidade de cruzeiro	50 Km/h
Velocidade máxima em TT	40 Km/h
Autonomia	Em estrada: 400 Km
Sistema elétrico	24 Volts DC
Rádio e Intercomunicação	No Reino Unido, o rádio instalado era o emissor-recetor C 13 (AM). Em Portugal, utilizou vários equipamentos, conforme as possibilidades.

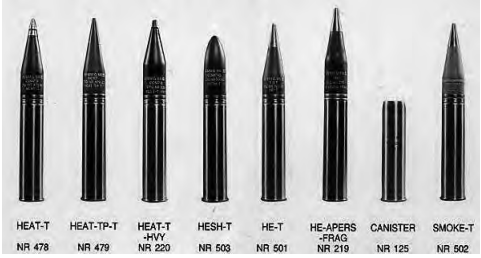
13. AUTOMETRALHADORA CADILLAC GAGE "COMANDO" V 150 11 TON. 9 CM 4X4 M/1989

Devido ao mau estado em que se encontravam as autometralhadoras Saladin recebidas do Reino Unido, em 1984, a Direção da Arma de Cavalaria, depois de:

- estar confirmada a remotorização das VBTP Chaimite com o motor e transmissão Cadillac Gage;
- analizados os resultados do programa LAV (Light Armoured Vehicle) que tinha sido desenvolvido pelo exército dos EUA, informou o EME que a autometralhadora indicada para substituir a Saladin era a Cadillac Gage V-150, armada com a peça Cockerill Mk III e duas metralhadoras 7,62 mm (NATO) (coaxial e exterior).

Em 1989 foram adquiridas 15 autometralhadoras Cadillac Gage V-150, que foram distribuidas à Escola Prática de Cavalaria (3) e ao Regimento de Cavalaria N.º6 (Braga) (12).

Foto 46 - Autometralhadora Cadillac Gage "Comando" V 150 11 Ton. 9 cm 4x4 m/1989
FONTE: BROCHURA DA CADILLAC GAGE

CARACTERÍSTICAS	
Tipo	Autometralhadora canhão.
Origem	E.U.A. (Textron Marine & Land)
Peso	8,5 Ton – 9,890 Ton em ordem de combate
Comprimento	5,69 m # 6 m, incluido o tubo da peça.
Largura	2,26 m
Altura	2,35 m
Guarnição	5 homens (Chefe de Carro, Apontador, Municiador, Condutor, Explorador)
Blindagem	10 a 40 mm
Declive	60%
Vau	1,1 m
Armamento /Munições	Peça de 9 cm Cockerill Mk III, com 39 granadas.  Foto 47 - Tipos de Munições para a Peça de 9 cm FONTE: BROCHURA DA PEÇA DE 9 CM COCKERILL MK III Duas metralhadoras: M-60 E – coaxial # M-60 D – exterior, com 3.800 cartuchos. 12 lança bombas de fumos de 4 cm, em dois grupos de seis.
Sistema de pontaria	Luneta
Alcance da peça	1.500 m
Cadência de tiro da peça	8/10 tiros/minuto
Metralhadora(s) Coaxial(ais)	Alcance prático.....800 m Velocidade prática de tiro ..... 230 tiros por minuto
Sistema de elevação das armas	Manual
Rotação da Torre	360° Manual e hidráulica.
Campo de tiro vertical	+45°a - 6°
Motor	A gasóleo, V-504 V-8, arrefecimento por água, 202b hp,
Transmissão	Caixa de velocidades automática. Caixa de transferência. Tração às quatro rodas e redutor.
Depósito de combustível	Capacidade para 300 litros
Consumo por Km	0,466 litros
Relação Peso/Potência	18,75 hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores.
Altura ao solo	330 mm
Velocidade máxima	88 Km/h
Velocidade de cruzeiro	60 Km/h
Velocidade máxima em TT	35 Km/h
Autonomia	Em estrada: 643 Km
Sistema elétrico	24 V DC

Rádio e Intercomunicação	Rádio da série PRC-425: FONTE: BROCHURA DO EQUIPAMENTO Banda de frequências: 41 a 51 Mc/s; Frequência modulada; Potência de 12 Watts; Necessita de constante afinação. Ou da série PRC-525	Ou da série PRC-525 FONTE: BROCHURA DO EQUIPAMENTO Equipamento multi-banda; Capacidade de comunicações seguras; Permite o envio de dados; Potência de 50 Watts; Não tem desenvolvida a capacidade TACSAT.

14. AUTO BLINDADO LIGEIRO COMBATE ULTRAV M 11 D 4X4M/1989

Em 1989, Portugal adquiriu 38 viaturas blindadas ligeiras de reconhecimento Panhard M11. Existem no nosso exército viaturas deste tipo equipadas com:

- Lançadores de mísseis MILAN;
- Radar de vigilância do campo de batalha AN/PPS-5B;.
- Metralhadora Browning 12,7 mm;
- Metralhadora Browning 7,62 mm (NATO);
- Vigilância do campo de batalha.

A alta mobilidade desta viatura, adicionada à sua facilidade de transporte, torna-a bastante flexível no que respeita à sua utilização.

As últimas viaturas recebidas são mais compridas e estão equipadas com uma torre para proteção do apontador.

Auto Blindado Ligeiro Combate ULTRAV M 11 D 4x4m/1989, com:

Foto 50 - Metralhadora 7,62 mm
FONTE: BROCHURA DA VBL

Foto 51 - Metralhadora Browning 12,7 mm M2
FONTE: GOOGLE IMAGENS

Foto 52 - Radar de vigilância do campo de batalha AN/PPS-5B
FONTE: GOOGLE IMAGENS

Foto 53 - Míssil anticarro MILAN
FONTE: MILITARY VEHICLES – CHRIS McNAB

CARACTERÍSTICAS	
Tipo	Viatura ligeira de reconhecimento (anfíbia)
Origem	França (Panhard-Auverland)
Peso	2,890 Ton – 3,590 Ton em ordem de combate
Comprimento	3,925
Largura	2,02 m
Altura	1,70 m
Guarnição	3 homens (Chefe de Carro, Apontador, Condutor)
Blindagem	Proteção contra projéteis de armas ligeiras e estilhaços de granadas.
Declive	50%
Inclinação lateral	30%
Vau	0,90 m
Obstáculo vertical	0,50 m
Armamento /Munições	• Metralhadora Browning 7,62 (NATO) com 3000 cartuchos; • Metralhadora Browning 12,7 mm M2 com 1.100 cartuchos Metralhadora Browning 7,62 (NATO) com 3000 cartuchos; • Radar de vigilância do campo de batalha AN/PPS-5B Metralhadora Browning 7,62 (NATO) com 3000 cartuchos; • Lança mísseis MILAN com 6 mísseis Metralhadora Browning 7,62 (NATO) com 3000 cartuchos. • Lança granadas automático de 4 cm Metralhadora Browning 7,62 (NATO) com 3000 cartuchos.
Motor	Peugeot XD3T, turbodiesel, 4 cilindros, com uma potência de 95 hp.
Transmissão	Caixa de velocidades automática com três velocidades. Tração às quatro rodas em permanência. Caixa de transferência. Pneus runflat. Duas hélices traseiras para propulsão na água.
Depósito de combustível	Capacidade para ±120 litros.
Consumo por Km	0,200 litros
Relação Peso/Potência	24 hp/Ton
Suspensão	Molas e amortecedores. Independente às quatro rodas. Direção assistida.
Altura ao solo	370 mm
Velocidade máxima	100 Km/h
Velocidade de cruzeiro	60 Km/h
Velocidade máxima em TT	40 Km/h
Velocidade na água	4,5 Km/h
Autonomia	Em estrada: 600 Km
Sistema elétrico	24 V DC
Rádio e Intercomunicação	Rádio da série PRC-425: Banda de frequências: 41 a 51 Mc/s; Frequência modulada; Potência de 12 Watts; Necessita de constante afinação. Ou da série PRC-525 Equipamento multi-banda; Capacidade de comunicações seguras; Permite o envio de dados; Potência de 50 Watts; Não tem desenvolvida a capacidade TACSAT.

As armas combinadas no campo de batalha do século XXI:

Influências no desenho organizacional e metodologia de treino operacional a partir de unidades de Infantaria e Carros de Combate.

1. O CONCEITO DE ARMAS COMBINADAS: UMA ABORDAGEM DOUTRINÁRIA

"There is but one art, and that is the tactics of the combined arms"
Major-General Gerald Gilbert, British Army, 1907.

"La Tactique est, par essence, la domaine du combat interarmes."
Guy Hubin (2003, p.77)

No sentido de enquadrarmos as influências que o emprego de AComb terá no desenho organizacional e na metodologia de TOp das UEB, analisamos neste primeiro capítulo as características do Ambiente Operacional do século XXI, o conceito de AComb e a sua evolução na primeira década desse Século. O conceito de AComb tem evoluído aos longo dos últimos 20 anos até ser considerado, nos dias de hoje, como uma forma de fazer a guerra ou mesmo como Guerra de AComb (*Combined Arms Warfare*)[1].

CAP Inf JORGE M. SIMÕES PEREIRA
CAP Inf PEDRO M. FERREIRA CAVALEIRO
CAP Inf BRUNO A.GRADÍSSIMO OLIVEIRA
CAP Inf PEDRO M. CARDOSO DA COSTA
Trabalho de Investigação de Grupo do Curso de Promoção a Oficial Superior A/S 2011/2012

a. O Ambiente Operacional do século XXI

O Ambiente Operacional é o "conjunto de condições, circunstâncias e influências que afetam o emprego de capacidades e que influenciam as decisões dos comandantes" (US Army, 2009; US Department of Defense, 2011, p.GL_14) e é caracterizado por constante "incerteza, complexidade, rápida mudança e por conflitos persistentes" (US Department of Defense, 2009). Vários fatores afetam a segurança global e contribuem para aumentar essa incerteza e complexidade e incluem a globalização, urbanização, tecnologia, alterações demográficas, lutas por recursos, alterações climáticas, epidemias e pandemias, proliferação de Armas de Destruição Maciça e o aumento dos estados frágeis e falhados" (US Joint Forces Command, 2010, pp.12-37).

Outros fatores poderão afetar, de forma muito significativa, o emprego de UEB nos TO do Século XXI. Primeiro as características da ameaça mudaram radicalmente. As Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) usadas por esta são caracterizadas pelo improviso, por serem irregulares e pelo recurso sistemático a técnicas terroristas, mudando a face do confronto e obrigando as forças militares a lidarem com novos desafios com os quais não se depararam até ao novo Século.

Segundo, a urbanização e a explosão demográfica, ocorrida nas grandes cidades, levou a que os conflitos atuais fossem transferidos para o seu interior, mudando as características das batalhas aí ocorridas. Contra a diferença tecnológica e a assimetria existente entre os adversários nos atuais TO, a ameaça transferiu os confrontos para o interior de áreas densamente urbanizadas aumentando a complexidade da tomada de decisão e do emprego de UEB. Os conflitos passaram a ser "entre o povo" (Smith, 2005, p.21).

Por último, as TTP usadas hoje pela ameaça confirmam a tendência para a assimetria e para o recurso a técnicas improvisadas de conduzir os combates, com especial incidência de ataques por *Improvised Explosive Devices* (IED), e pelo recurso à dissimulação da ameaça no meio da população.

Estas três características do novo Ambiente Operacional, marcado sobretudo pelos conflitos no Afeganistão e no Iraque, tornam necessárias profundas alterações na forma como os Exércitos combatem. O recurso

a unidades de AComb tem sido um dos aspetos considerados essenciais para fazer face a estas novas formas de combater, procurando, através da integração de várias armas e funções de combate, reduzir os impactos da assimetria e das TTP usadas pela ameaça contra as forças militares.

Sobre o novo Ambiente Operacional, o General Rupert Smith afirma que é "tempo de reconhecer que se verificou uma mudança inegável no paradigma da guerra: de Exércitos possuidores de forças comparáveis enfrentando-se em batalhas campais, para um confronto estratégico entre uma variada gama de combatentes, não necessariamente Exércitos e utilizando diferentes tipos de armas, muitas vezes improvisadas. (...) O novo é o paradigma da guerra entre o povo (...)" (2005, p.21).

b. A evolução do conceito de Armas Combinadas

O conceito existe há séculos mas o nível de integração e a forma de combinação das várias componentes tem sofrido enormes variações (House, 1984, p.1) a par com as mudanças na própria natureza da guerra. Antes do Século XVII não existia a necessidade de combinar as várias armas no campo de batalha, cabendo a cada uma um papel individualizado na ação, sendo esta sincronizada apenas aos mais elevados escalões nos teatros de guerra (House, 1984, p.1), sendo uma preocupação sobretudo para os Generais. Nos séculos seguintes, os Generais criaram a tendência para delegar essa coordenação. Passou-se da coordenação das ações separadas de cada arma para uma cooperação e posteriormente para uma combinação dos seus vários efeitos (House, 1984, pp.1-2).

Mas foi de facto na II Guerra Mundial que o emprego de AComb ganhou uma nova dimensão com o Exército Alemão a combinar a ação da Inf com os CC das suas divisões blindadas, usando para tal o princípio das unidades "agrupadas" para uma missão específica[2]. Com esta integração, as unidades de AComb contribuíram para a "mecanização" das unidades de Inf (Morsello, 2008), reduzindo assim a diferença de velocidade entre as unidades apeadas, necessariamente mais lentas, e as unidades blindadas, cuja velocidade era substancialmente diferente.

No espaço de batalha moderno o emprego de AComb revelou-se essencial para a obtenção de uma nítida vantagem sobre o inimigo, mitigando as limitações dos vários sistemas empregues através das potencialidades dos restantes, sendo a combinação de armas, sistemas e funções a forma preferencial de conduzir as operações terrestres na atualidade (Morsello, 2008). A evolução levou a um progressivo aumento da combinação de armas (Inf, CC e Helicópteros de Ataque), sistemas de armas e de funções e a sua integração materializada a escalões de comando cada vez mais baixos.

Podemos assim afirmar que o desenvolvimento dos sistemas de armas terrestres acompanhou o desenvolvimento do conceito de armas combinadas, permitindo hoje uma integração plena, a começar desde logo ao escalão Companhia/Batalhão[3] (Morsello, 2008).

c. A Manobra de Armas Combinadas como uma capacidade "nuclear" do Exército dos Estados Unidos da América

O Exército Americano considera, no documento enquadrante *The US Army Operating Concept 2016-2028* (2010a), que define a forma como o Exército terá que combater no novo Ambiente Operacional, duas capacidades nucleares: a Segurança de Áreas Amplas (*Wide Area Security*) e a Manobra de AComb (*Combined Arms Maneuver*) (2010a, p.iii). Todo o edifício doutrinário que suporta a forma como o Exército desenvolve as suas capacidades é condicionado pelo objetivo de atingir estas capacidades.

Atualmente o nível de integração é tão elevado que o emprego de Armas Combinadas é considerado como uma forma de fazer a guerra e o próprio conceito está a ser alvo de um alargamento para fazer face a uma crescente complexidade dos atuais TO e a uma nova tipologia de conflitualidade. Ao identificar esta capacidade nuclear, o Exército dos EUA, que claramente lidera no âmbito da reflexão e da adaptação da doutrina ao atual Ambiente Operacional, identificou que o emprego de AComb na manobra terrestre será um aspeto fundamental da forma como o Exército irá combater no futuro (US Army, 2010a).

Fig.1 - Edifício Doutrinário Manobra de AComb baseado em (Dempsey, 2010)

Neste documento, o conceito de Manobra de AComb é definido como "a aplicação dos elementos do potencial de combate[4] de uma forma complementar e de reforço para atingir uma vantagem física, temporal e psicológica sobre o inimigo, preservar a liberdade de ação e

a exploração do sucesso" (US Army, 2010a, p.13).

Mas, vai mais longe e alarga claramente o conceito definindo-o como, "a combinação dos elementos do potencial de combate com a integração e sequência de todas as ações, atividades e programas necessários para conquistar, manter e explorar a iniciativa num contexto de operações em todo o espectro" (US Army, 2010a, p.13),

Considerando que o seu emprego não está limitado apenas à combinação de armas ou elementos do potencial de combate, mas também em relação à integração " de recursos interagência, intergovernamentais e multinacionais no cumprimento das missões atribuídas" (US Army, 2010a, p.13).

d. O combate inter-armas[5]: um olhar francês sobre a problemática

Para o Exército Francês, a Manobra Inter-armas[6] é uma tendência incontornável do empenhamento de forças nos TO do moderno Ambiente Operacional. É a "combinação das capacidades das funções de combate, componentes ou armas, para multiplicar a eficácia da manobra destes elementos conjugados. Visa encontrar sinergias entre as diversas capacidades presentes no terreno, e escalões mais baixos do que anteriormente." (Armée de Terre, 2011, p.13).

Alguns autores franceses analisaram esta problemática do combate inter-armas. Hubin, no seu livro *Perspectives Tactiques,* considera a tática como "a arte de utilizar a Inf, a Artilharia (Art), a Eng, etc., a fim de obter o melhor rendimento possível das mesmas. A tática é, por essência, o domínio do combate inter-armas." (2003, p.77). O mesmo autor considera que a dificuldade de operacionalização do conceito está relacionada com a determinação do nível em que se situará esta integração (2003, p.77). Estas dificuldades continuam presentes no Exército Francês e Português, tal como existiam no Século XVII. Ou seja, saber se a integração da manobra inter-armas deverá ser uma responsabilidade dos comandantes aos mais baixos escalões (Pelotão e Companhia) ou se será, ainda hoje, apenas uma responsabilidade dos Generais (Brigada).

A tendência atual, que se refletiu na Doutrina, Desenho Organizacional e no TOp, no Exército Francês é a de considerar que quanto mais baixo for o nível onde acontece essa integração inter-armas, melhor e mais eficaz será a organização (Hubin, 2003, p.78).

Por seu lado, Seiler considera que é um "imperativo reforçar a cultura inter-armas aos mais baixos escalões" a fim de favorecer a complementariedade dos meios, sob pena de cairmos numa lógica de "exclusividade" e de competitividade que, segundo o autor, "prejudica a preparação de empenhamentos operacionais futuros." (2011, p.11).

A Inf e a Cav, também no Exército Francês, constituem o "pulmão da integração inter-armas das forças terrestres" (Seiler, 2011, p.11). Mas ao mesmo tempo, a integração das várias armas, em especial as referidas, não é inata às organizações militares (Seiler, 2011, p.11), havendo pois a necessidade de forçar essa integração inter-armas, com implicações no desenho organizacional e na metodologia de TOp dessas unidades de AComb. Talvez por isso o Exército Francês já percorreu esse caminho da integração inter-armas, desenvolvendo doutrina e concebendo unidades com integração orgânica de AComb logo ao nível Sub-agrupamento (SubAgr) e Agrupamento (Agr). A criação do *Groupement Tactiques Interarmes* e do *Sous-Groupement Tactiques Interarmes* (Armée de Terre, 2001; Armée de Terre, 2009) marca essa plena integração aos escalões Batalhão e Companhia.

O caso do Exército Francês marca claramente uma tendência para uma integração de AComb a escalões cada vez mais baixos nos Exércitos modernos e uma tendência das forças operacionais nos modernos TO.

e. O conceito no Exército Português

Na doutrina em vigor no Exército Português, o conceito ainda mantém o seu sentido mais restrito e é apresentado como, "(...) um conceito tático bem definido. As diferentes armas e unidades são consideravelmente mais eficientes quando empregues em conjunto do que quando empregues individualmente. Um Agr de AComb é organizado com base em elementos de combate, de apoio de combate e de apoio de serviços. Os CC, a Inf e os helicópteros são o núcleo das AComb, permitindo maior flexibilidade ao comandante durante as operações. Por exemplo, a Inf garante a proteção dos CC em terreno difícil e fechado, os CC garantem a proteção da Inf em terreno aberto e os helicópteros tanto podem garantir proteção como operar a grandes distâncias. Assim, os efeitos destes elementos complementam-se e reforçam-se. " (Exército Português, 2005, p.1_5).

Este conceito apresentado no Regulamento de Campanha de Operações faz claramente referência ao princípio da complementaridade apresentado por Leonhard que serve de base conceptual para o desenvolvimento do restante trabalho e que se limitará a analisar a combinação do emprego de Inf e

CC ao escalão Batalhão e a sua implicação na condução de operações em todo o espectro por parte do BI. O conceito é aprofundado na nova Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 3-0, que apresenta o conceito como " (...) a aplicação simultânea e sincronizada dos elementos do potencial de combate para alcançar um efeito sinérgico na ação militar. As AComb utilizam as capacidades de cada uma das funções de combate e informação em complementaridade e em reforço mútuo" (Exército Português, 2012, pp.2_37-38), usando as dimensões do conceito de AComb de Robert Leonhard. Um outro aspeto referido no novo manual é a forma como o conceito de AComb é operacionalizado, sendo através do "desenho e da composição e articulação de forças", apresentando as bases doutrinárias para uma possível reorganização na estrutura orgânica das UEB.

O Exército Português aponta no seu novo PDE 3-0 Operações, para a fórmula de Leonhard apresentada no seu livro de 1991, não acompanhando explicitamente a tendência para considerar as AComb como resultantes de uma integração entre armas ou funções de combate, mas também como resultado de uma integração interagência (governamental, intergovernamental, não-governamental, etc) que será uma realidade nos novos TO para onde Portugal projeta forças militares. O impacto desta posição mais tradicionalista na definição do conceito dificilmente será mensurável a curto prazo. Para os efeitos pretendidos com o novo PDE 3-0, o conceito ganha novas dimensões mas parece-nos insuficiente para servir de motor de mudança no desenvolvimento de capacidades, ou de influenciar os restantes vetores de desenvolvimento de capacidades como a Organização ou o Treino, dimensões de análise do nosso trabalho. Assim fica-nos a ideia de que o novo PDE, ainda em versão *draft*, dá um passo em frente no alargamento do conceito, mas ainda fica dois passos à retaguarda em relação às tendências conceptuais no Século XXI.

f. Delimitação do conceito

Como referimos na introdução, e para uma abordagem ao nível tático, em especial ao escalão Batalhão, iremos considerar um conceito que resulta da combinação das quatro dimensões apresentadas por Robert Leonhard no seu conceito de AComb (1991, pp.91-101):

Emprego sincronizado de Inf, Art, CC e Helicópteros de ataque.

Emprego sob um comando único.

Emprego de uma das armas de forma a suprimir as vulnerabilidades de uma outra.

Emprego de uma das armas procurando expor a ameaça às potencialidades de uma outra.

Assim, iremos considerar Armas Combinadas como sendo ***o emprego sincronizado de unidades de Inf e CC numa mesma UEB, funcionando sob um comando único, de forma complementar e de reforço, procurando suprimir as vulnerabilidades de cada uma e expor a ameaça às potencialidades da outra, obtendo desta forma uma vantagem física, temporal e psicológica sobre a ameaça, garantindo a manutenção da liberdade de ação e a exploração do sucesso***[7] (Leonhard, 1991, pp.91-111; US Army, 2010a, p.13; Exército Português, 2012, pp.3_37-38).

Esta delimitação será útil para dois aspetos: primeiro para uma análise mais consequente das implicações para os UEB do emprego de AComb e segundo, no sentido de fazermos uma delimitação do conceito em relação ao tema proposto para este trabalho.

2. O EMPREGO DE ARMAS COMBINADAS: IMPLICAÇÕES NO DESENHO ORGANIZACIONAL

"To get harmony in battle, each weapon must support the other. Team play wins."

General *George S. Patton, Jr.*

a. Estados Unidos da América - *Combined Arms Battalion*

Os *Combined Arms Battalion* (CAB) são uma parte essencial da estrutura do Exército, conduzindo operações terrestres com AComb e em combate próximo. O CAB é organizado, equipado e treinado para tirar vantagem dos pontos fortes das suas unidades de Inf, CC, Eng e Sustentação (Fig 2).

O CAB é a principal força de manobra da *Heavy Brigade Combat Team* (HBCT). Tem uma estrutura modular, combinando Inf e CC com elementos orgânicos de reconhecimento (Rec), *Sniper*, morteiros pesados (MortP) e apoio de fogos (AF), capaz de empregar fogos de Art e helicópteros de ataque, bem como *Close Air Support* (CAS). Quando necessário recebe ainda o apoio de Eng com elementos da Companhia de Eng da *Brigade Combat Team* (BCT). Poderá ainda contar com a atribuição de elementos *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR), *Human Intelligence* (HUMINT), *Psychological Operations*[8] (PSYOPS) e Guerra Eletrónica.

A sua versatilidade permite conduzir operações ofensivas, defensivas e de estabilização, inclusive em ambiente urbano. A capacidade de

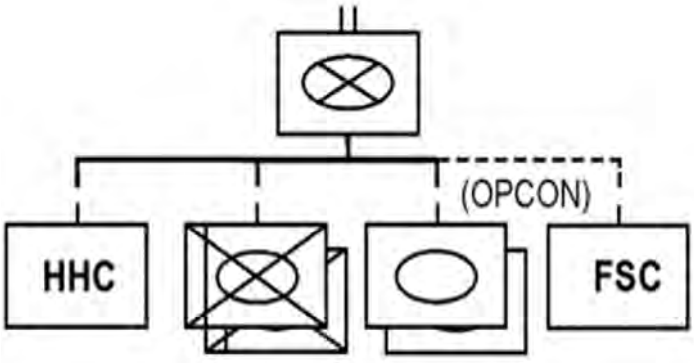


Fig.2 - Organização do *CAB* (US Army, 2008, p.2_1)

manobra permite concentrar e dispersar poder de combate de modo a colocar e manter o inimigo em situações de desvantagem. No entanto, a manobra é mais do que apenas fogo e movimento. Inclui a aplicação dinâmica e flexível de todos os elementos de poder de combate (US Army, 2008, p.1_8

Normalmente, o comandante do CAB organiza as suas Companhias em SubAgr, por forma a adequar a força ao cumprimento da missão do Batalhão.

Quanto às capacidades, o CAB está preparado para executar operações ofensivas contra forças convencionais ou forças irregulares em qualquer tipo de terreno. Adicionalmente, detém elevada capacidade para executar operações defensivas, operações em ambiente urbano, missões de vigilância e operações de estabilização (US Army, 2008, p.2_8).

Em termos de limitações, o CAB, pela sua estrutura e composição, requer um apoio significativo de transporte estratégico para projeção para o TO. Existem assim limitações de âmbito logístico, nomeadamente no pré-posicionamento de alguns artigos de abastecimentos (US Army, 2008, p.2_8).

b. França – *Groupement Tactique Interarmes a Dominante Infanterie*

O *Groupement Tactique Interarmes a Dominante Infanterie* (GTIA) tem uma estrutura modular, constituída por quatro unidades de combate, de meios de apoio de natureza e volume variáveis e de uma unidade de comando e logística (Fig 3).

Em termos de capacidades, o GTIA traduz-se no primeiro escalão a dispor de capacidade de fogos diretos Anti-Carro (ACar), de fogos indiretos com os seus morteiros e de capacidade de sustentação da força (Armée de Terre, 2001, p.10).

O GTIA é o primeiro escalão tático de conceção e de condução da ação de AComb. De acordo com as suas capacidades, poderá ser empregue dentro das ações de uma Brigada.

c. Portugal – Batalhão de Infantaria Mecanizado e Grupo de Carros de Combate

BIMec

O BIMec é constituído por cinco unidades escalão Companhia (Fig.4).

Em termos de capacidades, os Batalhões aplicam o seu potencial de combate para, entre outras (Escola Prática de Infantaria, 2008, p.2_9):

- Conduzir operações ofensivas e defensivas em todo o espetro das operações, em todo o tipo de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas;
- Explorar o sucesso e perseguição do inimigo derrotado como parte de uma grande formação;
- Participar em operações aeromóveis e anfíbios;
- Conduzir Operações de Resposta a Crises (CRO);

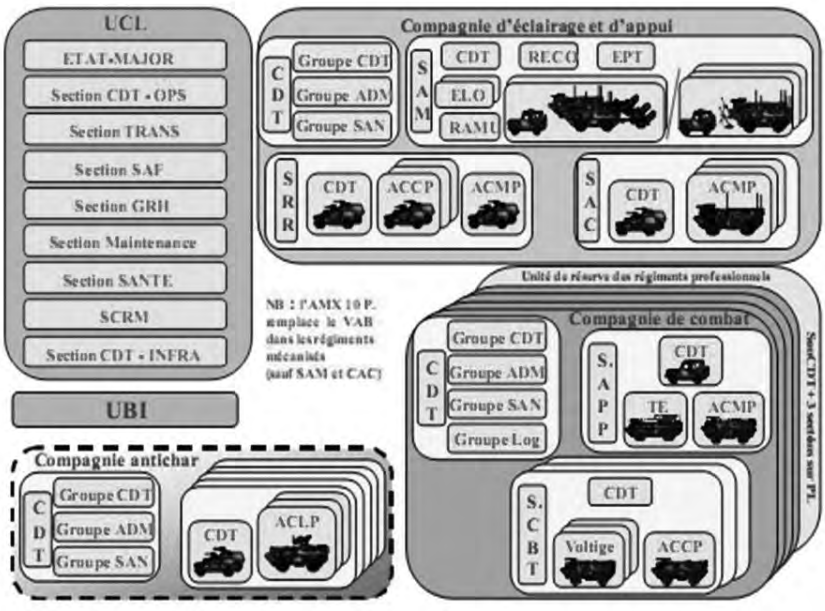


Fig.3 - Organização do *GTIA* (Armée de Terre, 2001, p.14)

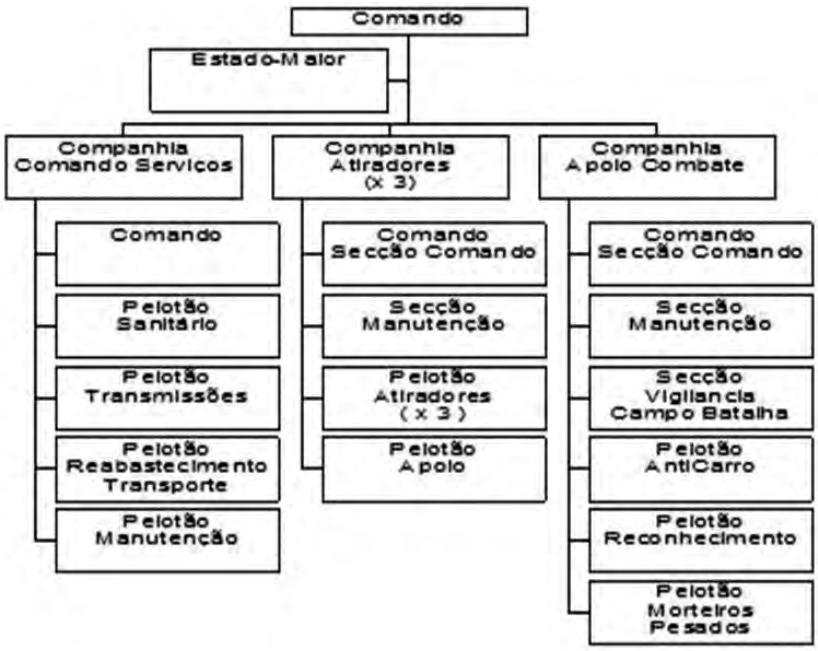


Fig.4 - Organização do BIMec (Escola Prática de Infantaria, 2008, p.2_8)

- Participar em operações de combate ao terrorismo e de contra-insurreição.

Relativamente às limitações, apresentam-se, entre outras, as seguintes (Escola Prática de Infantaria, 2008, p.2_9):

A grande quantidade de viaturas limita a manobra e o poder de fogo dos Bat/Agr, particularmente em áreas urbanas, selvas densas e florestas, terreno íngreme e áspero e cursos de água;

O consumo dos artigos de abastecimentos é elevado, especialmente das classes III, V e IX.

Grupo de Carros de Combate (GCC)

Quanto ao GCC, organizacionalmente, apresenta a seguinte estrutura:

De entre algumas das suas capacidades, destacam-se (Exército Português, 2009):

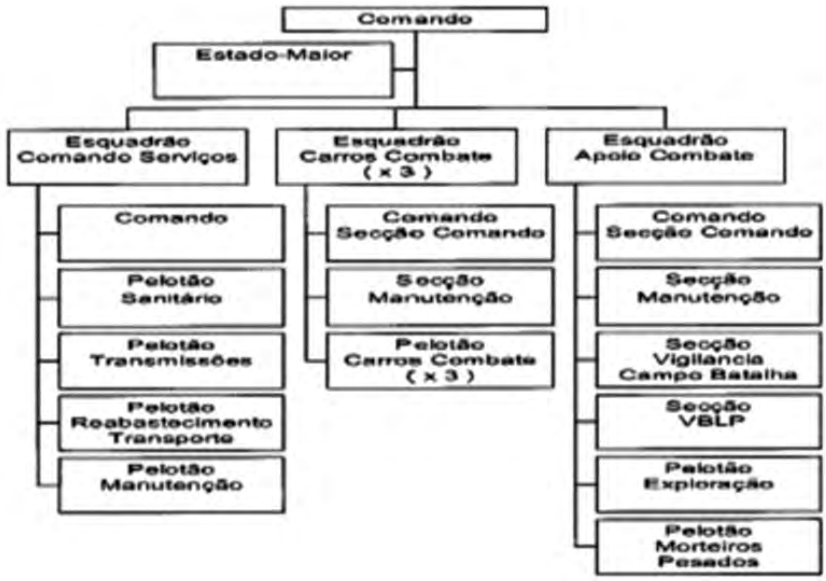


Fig.5 - Organização do GCC (Escola Prática de Infantaria, 2008, p.2_9)

- Conduzir operações que requeiram elevado poder de fogo, mobilidade, proteção blindada e efeito de choque;
- Destruir blindados inimigos pelo fogo;
- Organizar, comandar e controlar SubAgr de AComb a fim de bater o inimigo pelo fogo, manobra e efeito de choque.

Relativamente às limitações, apresentam-se, entre outras, as seguintes (Exército Português, 2009):

- Terreno impeditivo a Unidades montadas;
- Para operações de duração superior a três dias, pode necessitar de Apoio de Serviços adicional, nomeadamente de artigos das Classes III, V e IX.

Agrupamento Mecanizado (AgrMec)

"O Agr combina as unidades de combate, o apoio de combate e os trens para executar missões tácticas como parte de uma operação de brigada ou de divisão. A chave para a vitória é aumentar o poder de combate da Companhia integrando e sincronizando o apoio de combate e os trens." (Escola Prática de Infantaria, 2008, p.2_8)

"O Comandante (Cmdt) da Brigada organiza os Bat/Agr cruzando CAtMec com Esquadrões de Carros de Combate (ECC). Este cruzamento é executado, por norma, ao nível de Batalhão porque os Batalhões têm a capacidade de comando, controlo, e de apoio para empregar formações de Armas Combinadas. O Cmdt da Brigada determina a composição e articulação dos Bat/Agr. Do mesmo modo, o Cmdt do Bat/Agr cruza PelAtMec com PelCC para cumprir missões específicas." (Escola Prática de Infantaria, 2008, p.2_9).

d. Síntese Conclusiva

A análise do desenho organizacional de forças da mesma tipologia, dos países de referência ao nível europeu (França) e Mundial (EUA), verifica-se uma clara tendência para integração de UEC de Inf e CC debaixo de um comando único, tirando assim o máximo partido do conceito de AComb.

Em Portugal, continua a privilegiar-se a esse nível, as unidades de Inf e CC puras, apesar de ser reconhecido que " dificilmente será " (Ferrão, 2012) empregue um BIMec ou um GCC dessa forma. A BrigMec para empregar os seus Batalhões/Grupo como armas combinadas tem de os articular em AgrMec.

Se o emprego de AComb segundo o conceito e dimensões apresentados no capítulo teórico é considerado como a forma mais eficaz de conduzir operações em todo o espectro, então essa eficácia será exponenciada se as UEC de Inf e CC (Armas principais da Manobra de AComb) forem organizadas à partida sob o mesmo comando e integradas na mesma unidade orgânica, por contra ponto à articulação de unidades puras.

3. O EMPREGO DE ARMAS COMBINADAS: IMPLICAÇÕES PARA A METODOLOGIA DE TREINO OPERACIONAL

"Train as you will fight"

US Army FM 7-0 (2011b, p.2_1)

"(...) When we start to have time, as an Army, to do more then just prepare for the next deployment (...)

Gen Martin Dempsey (2010)

US Army TRADOC *Commander*

Os novos desafios colocados às unidades que compõem os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF), decorrentes do novo Ambiente Operacional e da nova natureza dos conflitos, implicaram uma alteração profunda na forma como as unidades operacionais conduzem o seu treino. O princípio de "treinar como se irá combater" (US Army, 2011b, p.2_1), explanado na maioria dos manuais de referência, nunca foi tão colocado à prova como na atualidade.

Importa fazer, nesta fase, uma clara delimitação do conceito de TOp por contraponto ao conceito de Treino Orientado, conceitos estes que são muitas vezes usados como sinónimos mas que são de natureza distinta. Segundo uma interpretação do Comando das Forças Terrestres (CFT), TOp "(...)é o conjunto de atividades de treino desenvolvidas pelas unidades militares, que têm por finalidade o desenvolvimento das capacidades que permitem o cumprimento da missão que lhe está atribuída. (...) é de natureza multidisciplinar, decorrendo em ambiente de Armas Combinadas, conjunto ou combinado (...)" (2006, p.4).

No mesmo documento, entende-se por Treino Orientado o "Conjunto de atividades de treino que visam a manutenção e o aperfeiçoamento das capacidades fornecidas aos militares através da Formação e do Treino na Função, vocacionado para uma situação específica." (2006, p.3).

Neste capítulo iremos analisar a dimensão de TOp no âmbito do emprego de AComb, analisando dois indicadores específicos: doutrina de base para o treino e as implicações nos modelos de treino para as unidades da BrigMec. Procuraremos identificar o modelo de TOp mais adequado para o emprego de unidades de AComb.

a. Edifício doutrinário base para o treino operacional

(1) Estados Unidos da América

O TOp tem vindo a adaptar-se às capacidades nucleares, assim como a forma pela qual o Exército dos EUA emprega as suas funções de combate foram influenciadas por esta nova realidade, decorrente de um novo Ambiente Operacional e das lições aprendidas, sobretudo no Afeganistão e no Iraque. A Fig.6 pretende ilustrar o edifício doutrinário em que assenta o emprego de AComb e consequentemente as implicações para o TOp das forças de Inf e CC.

Chama-nos a atenção neste edifício, dois aspetos principais: o primeiro é o enquadramento lógico das atividades de TOp, devidamente alinhadas, com a intenção superior de garantir as capacidades nucleares e com os conceitos funcionais de cada função de combate; o segundo é a relevância dada ao desenvolvimento de competências na área da liderança, com o programa *Army Le-*

Fig.6 - Edifício Doutrinário para o Treino do Exército dos EUA baseado em (Dempsey, 2010; US Army, 2009; US Army, 2010a; US Army, 2010b)

ader Development Strategy (ALDS) mas também com a inclusão dos aspectos relacionados com o desenvolvimento de aptidões de liderança no manual de treino *Field Manual* (FM) 7-0 *Training Units and Developing Leaders for Full Spectrum Operations.*

Deste edifico decorre também que para o Exército dos EUA poder atingir estas duas competencias nucleares terá que continuar a sincronização das funções de combate a par com a integração das unidades de AComb, como no exemplo do CAB, que analisámos no capitulo anterior. O treino de AComb é um facto essencial para que o Exército dos EUA produza forças e líderes com capacidade de se adaptar às novas circunstâncias do Ambiente Operacional (US Army, 2010a, p.iii).

(2) Portugal

No caso português o edifício doutrinário (Fig.7) que suporta o treino de AComb é quase sempre pouco robusto, dependendo da intenção do comandante a cada escalão e do ciclo de projeção de forças para os TO onde Portugal está presente que, quase sempre, condicionam de forma decisiva o ciclo de TOp das Brigadas. Tendo em conta que o Exército Português não tem difundidas competências nucleares (como a Manobra de AComb), à semelhança dos EUA, e as UEB não contemplam a integração na sua estrutura orgânica de Inf e CC, o treino de AComb continua a ser uma recomendação, imanada dos vários escalões de comando, para o escalão subordinado, ou apresentado como "um princípio" orientador do treino operacional, e nunca um imperativo de emprego tático das unidades do Exército (Comando das Forças Terrestres, 2006, p.4).

Fig.7 - Edifico doutrinário do treino no Exército Português

b. Modelo de Treino Operacional

(1) Estados Unidos da América

Analisamos, neste ponto, o impacto da integração de AComb nas UEB de Inf e CC no TOp.

Apresentamos de seguida algumas vantagens identificadas para o treino dos Batalhões de AComb:

- Maior eficácia na elaboração e implementação dos Planos de Treino Integrados.
- Maior eficiência na gestão dos recursos humanos e materiais colocados à disposição da unidade.
- Maior eficácia na transição entre o treino operacional e a projeção para os TO.
- Possibilidade de atribuir responsabilidades de integração de AComb ao escalão Companhia com a constituição de SubAgr.
- Melhor rentabilização dos meios de apoio de combate orgânicos do Batalhão.
- Maior disponibilidade das unidades de Inf e CC para diferentes composições e diferentes articulações dos meios orgânicos do Batalhão durante as várias fases do treino.
- Maior capacidade de solidificar o espírito de corpo da unidade por pertencerem todos os elementos à mesma unidade orgânica.
- Possibilidade de aumentar o número de exercícios tácticos (sem tropa) sem que para tal haja necessidade de coordenação com outras unidades.
- Maior capacidade de estabelecer padrões para avaliação do treino do Batalhão e possibilidade de avaliar todos os elementos do Batalhão, independentemente da sua arma de origem, segundo os mesmos critérios de sucesso.
- Maior conhecimento mútuo entre os comandantes das UEC de Inf e CC, e entre estes e o Comando do Batalhão.

Pensamos que apenas apresenta uma desvantagem relativamente à modalidade de unidades "puras" e esta se prende-se com a eventual perda progressiva de "espírito de arma/especialidade" que acontece por força do convívio e troca de experiências entre os elementos das especialidades ligadas à Inf e os ligados aos CC.

(2) Portugal

As unidades deveriam desenvolver os seus ciclos de treino com base nas projeções previstas para os TO e elaborar o seu programa de forma plurianual e para todo o espectro das operações. Esta metodologia não deve ser confundida com a do treino orientado, apesar de, em algumas circunstâncias, serem considerados coincidentes para efeitos de planeamento do treino (Comando das Forças Terrestres, 2006, p.5). Estes ciclos plurianuais de treino poderão incluir fases de treino orientado para um determinado TO, altura em que são desenvolvidas tarefas relacionadas especificamente com este TO.

No caso do Exército Português os ciclos de TOp são normalmente reféns dos ciclos de treino

orientado. As UEB apenas dispõem dos recursos humanos, materiais e financeiros, adequados ao TOp, durante o período de preparação e num horizonte temporal máximo de 6 meses pré-projeção (Freire, 2012) focando o seu treino nas tarefas específicas do TO para o qual a unidade irá ser projetada, resumindo-se o TOp das UEB (Inf ou CC) à capacidade de conduzir eficientemente o seu treino orientado e a um conjunto de exercícios demonstrativos de capacidades que, na realidade, podem ainda não deter. Estes exercícios deveriam ser o culminar de uma fase do ciclo de TOp, permitindo a avaliação das tarefas treinadas na fase anterior.

Outra das consequências da falta de integração ao nível organizacional é o facto de o treino de AComb apenas ocorrer durante os exercícios, prejudicando claramente a capacidade de treinar unidades capazes de conduzir operações, tirando partido dos princípios que apresentámos no primeiro capítulo. O CFT considera no Plano Integrado de TOp para 2012 que as Brigadas devem "dinamizar o conceito de AComb desde os mais baixos escalões na articulação das forças participantes nos exercícios" (Comando das Forças Terrestres, 2012, p.5) mas nada refere sobre o imperativo de integrar essas forças nos planos de treino de horizonte alargado.

Na prática, a BrigMec, na composição e articulação das forças para os exercícios, constitui com as suas UEB orgânicas AgrMec, mas o TOp em ciclo torna-se mais difícil dado o empenhamento diário das unidades de Inf e CC nas tarefas de rotina das unidades (Freire, 2012).

c. Síntese Conclusiva

A evolução do conceito de AComb, a par com a necessidade das unidades militares conduzirem operações em todo o espectro das operações militares - Ofensivas, Defensivas, Estabilização e Apoio Civil (Exército Português, 2012, p.2_17), deu origem a uma profunda mudança na forma como as unidades conduzem o seu treino. Modelos tradicionais de abordagem do treino, baseados apenas numa tipologia de operações, em ciclos anuais, com base em unidades "puras" de Inf ou CC estão totalmente ultrapassados. Hoje treina-se para combater e para manter a operacionalidade das unidades para que possam ser empregues nas missões para as quais foram concebidas, quer em termos de organização quer em equipamento.

Em Portugal, é necessário proceder a uma mudança profunda nas mentalidades e na forma como as UEB de Inf e CC treinam, mas também como estão organizadas. O desenvolvimento da capacidade de combater com AComb depende de muitos fatores e não apenas daqueles ligados ao treino da força. Mas tendo em consideração que o nível de integração organizacional (ao nível dos QO das UEB) e de treino de tarefas coletivas ainda é muito diminuta, é necessário repensar toda a forma como as UEB treinam como AComb e, de uma forma ou de outra, como elas próprias existem no seio das Grandes Unidades.

Assim, consideramos que o modelo de TOp mais adequado para o emprego de unidades de AComb é aquele que integra, em todas as fases do treino (Individual, Secção, Pelotão, Companhia e Batalhão) unidades de Inf e CC, aproximando o treino à realidade das operações e à forma como as unidades irão combater na atualidade. O modelo atualmente empregue na BrigMec, que passa por proceder à composição e articulação das UEB com vista à sua participação nos Exercícios, não responde às necessidades de treino para uma força de combate nos modernos TO.

De facto, o conjunto de vantagens desta modalidade de desenho organizacional tem um reflexo muito grande na metodologia de TOp levando-nos a crer que é de fato uma modalidade a ser considerada de forma séria.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento do trabalho de investigação foi efetuado através de entrevistas, leitura de publicações, trabalhos e estudos, o que permitiu facilitar a construção do modelo de análise. No modelo, foram consideradas três dimensões: Doutrina; desenho organizacional e TOp.

Da análise aos diversos conceitos de AComb consideramos as AComb como sendo *o "**emprego sincronizado de unidades de Inf e CC numa mesma UEB, funcionando sob um comando único, de forma complementar e de reforço, procurando suprimir as vulnerabilidades de cada uma e expor a ameaça às potencialidades da outra, obtendo desta forma uma vantagem física, temporal e psicológica sobre a ameaça, garantindo a manutenção da liberdade de ação e a exploração do sucesso"*** (Leonhard, 1991, pp.91-111; US Army, 2010a, p.13; Exército Português, 2012, pp.3_37-38).

Sobre qual o desenho organizacional que melhor responde às exigências do emprego de Armas Combinadas, consideramos que face à tendência internacional descrita, e uma vez que no caso nacional se entende que dificilmente empregaremos forças de Inf e CC isoladamen-

te, tendo-se mesmo concretizado a constituição orgânica de dois AgrMec nas participações das NRF5 e 12, os AgrMec orgânicos respondem melhor às exigências do emprego do conceito de AComb do que os Agr articulados com base em unidades de Inf e CC.

Sobre qual o modelo de Treino Operacional mais adequado ao emprego das unidades de Armas Combinadas, consideramos que o modelo de TOp mais adequado para o emprego de unidades de AComb é aquele que integra, em todas as fases do treino (Individual, Secção, Pelotão, Companhia e Batalhão) unidades de Inf e CC, aproximando o treino à realidade das operações e à forma como as unidades combatem na atualidade.

Assim, quando se colocam os intervenientes nos processos de desenho organizacional, perante uma solução do tipo "batalhão de AComb", dois aspetos são normalmente apontados como impedimento à sua concretização.

O primeiro é o argumento da flexibilidade. O Comandante da BrigMec ao dispor de três UEB "puras" (Inf e CC) detém mais flexibilidade do que se tivesse as suas subunidades organizadas em AgrMec, permitindo assim um conjunto de possíveis articulações que ficariam seriamente condicionadas se organizadas em AgrMec (Ferrão, 2012).

O segundo é o argumento da formação. Em tese, defende-se que a formação dada hoje aos oficiais de Inf/Cav apenas os prepara para o emprego de unidades de AComb, não garantindo ferramentas para exercer o comando completo de unidades de uma arma distinta, pela especificidade dos equipamentos e das TTP.

Da análise dos exemplos retirados dos Exércitos da França e dos EUA leva-nos a concluir, em contraponto, que neste âmbito, dois princípios devem ser seguidos. O primeiro é que, devemos organizar as UEB tendo em conta o emprego operacional das mesmas. A flexibilidade é mantida pela capacidade de continuar a articular forças, independentemente da sua orgânica base. O segundo é que, por princípio, a formação deve responder às necessidades operacionais identificadas na fase de análise de funções, de onde decorrerá, necessariamente um formação base diferente da que atualmente é dada aos oficiais de Inf/Cav.

Em suma, o Exército deve organizar as suas UEB da forma que melhor responda às necessidades operacionais. Como vimos a integração de UEC de Inf e CC debaixo de um comando único, será a forma que potenciará o emprego de AComb no século XXI. Assim, o emprego de unidades constituídas com base no conceito de AComb responderá com maior eficácia aos desafios colocados nos conflitos do Século XXI.

Apesar de não ser considerada como uma das dimensões de análise no trabalho, consideramos que devem ser efetuadas alterações ao nível da formação, para satisfazerem as necessidades acrescidas de conhecimento e competências, em especial aos comandantes, resultantes do novo desenho organizacional.

PROPOSTAS/ RECOMENDAÇÕES

No Exército Português, apesar de existirem algumas orientações sobre e para o emprego de AComb, não têm um carater obrigatório, acabando por ficar ao arbítrio dos escalões inferiores. Desta forma, não se garante que o Exército possua essa capacidade. Assim, apresentamos um conjunto de propostas/ recomendações com o intuito de contribuir para a sistematização e operacionalização do conceito de AComb (Exército/BrigMec).

– Doutrina

Consideramos ser difícil a análise das implicações do emprego de AComb nas UEB sem que o Exército, enquanto ramo das FFAA, enquadre este conceito como estruturante para o emprego das suas unidades operacionais.

No modelo proposto (Fig.9) realçamos dois aspetos importantes: o Conceito para o Exército 2012-2022 difunde a forma como o Exército emprega as capacidades que tem ao seu dispor e o Conceito Operacional para o Exército difunde a forma como o Exército emprega e sincroniza as varias funções de combate e como estas contribuem para o Conceito referido inicialmente. Os pilares centrais são os Conceitos para as seis Funções de Combate, onde são especificadas que capacidades integram cada uma das função de combate. O emprego de AComb é transversal a todos os documentos referidos.

Fig.9 – Proposta de Edifício Doutrinário Manobra de AComb

– Desenho organizacional

Do edifício doutrinário anterior terá necessariamente impacto no desenho organizacional das UEB, tendo em consideração a análise efetuada e a conclusão de que as unidades que integram Inf e CC respondem melhor aos desafios colocados pelo novo Ambiente Operacional. De acordo com o conceito de AComb, a BrigMec e os AgrMec passam a incluir elementos das 6 funções de combate, integrando organicamente, no mínimo, Inf e CC (Fig. 10).

Fig.10 - Proposta de Edifício Doutrinário Organizacional de AComb

Sendo o nosso trabalho limitado às UEB da BrigMec, apresentamos uma proposta de organização assente nos AgrMec orgânicos em substituição dos BIMec e GCC (Fig.11).

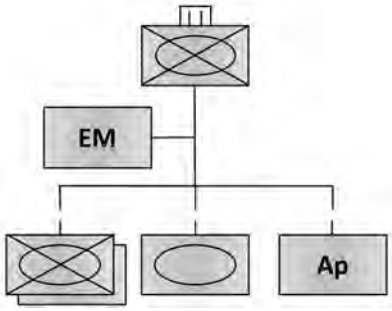


Fig.11 – Proposta de organização do AgrMec

O modelo apresentado de AgrMec é constituído por um Comando e Estado-Maior, duas CAtMec, um ECC, uma Companhia de Apoio constituída pela parte proporcional do apoio de serviços e de apoio de combate.

– Treino operacional

Como forma de alcançar o modelo que consideramos mais adequado para o emprego de unidades de AComb ao escalão Batalhão, apresentamos três propostas que consideramos satisfazerem as premissas identificadas anteriormente:

• Modelo Doutrinário

Mais uma vez, considerando a proposta do Edifício Doutrinário da Manobra de AComb, também ao nível do TOp a aplicação desta capacidade nuclear tem de estar obrigatoriamente vertida, como demonstra a Fig.12.

Fig.12 - Proposta de Edifício Doutrinário para o Treino de AComb

• Programa de Treino

A Fig. 13 pretende ilustrar os aspetos a definir ao nível do Treino Operacional bem como o escalão a que devem ser definidos. Lateralmente são identificadas algumas lacunas existentes ao nível da doutrina que tem influência direta na condução e planeamento do Treino Operacional, como os PDE de Treino, Liderança, Lista Universal de Tarefas Críticas ou da proposta de implementação de um novo Programa de Avaliação do Treino.

– Formação

Se a formação de Praças e Sargentos não implica alterações, as que dizem respeito aos oficiais serão inevitáveis. Assim, a proposta ao nível da formação integra:

• Academia Militar (AM)

As alterações ao nível da AM dizem respeito à integração no currículo das cadeiras de tática de Inf e Cav de uma parte comum abordando os AgrMec.

• Tirocínio para os oficiais de Inf e Cav

O tirocínio para os Oficiais de Inf e Cav é comum na Escola Prática do Movimento e Manobra. Apesar do escalão Pelotão não contemplar

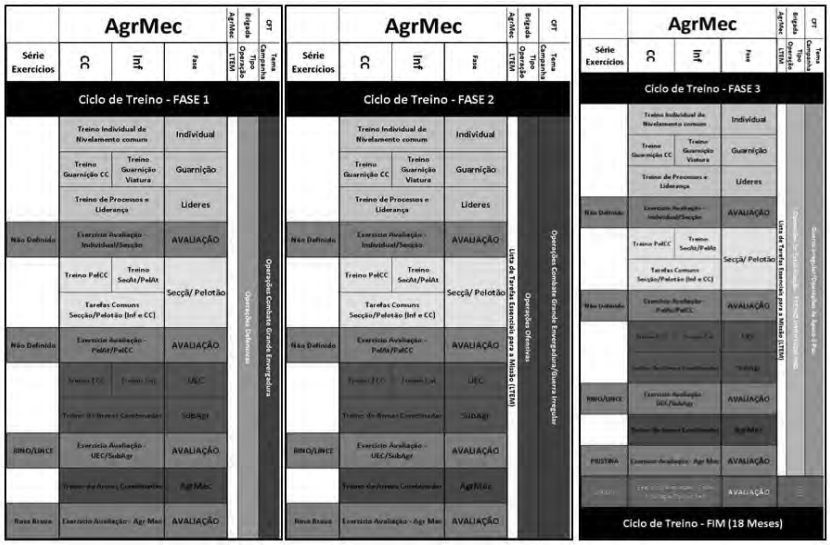


Fig.13 – Proposta de Programa de Treino de Manobra de AComb

o emprego de AComb é imperioso que os oficiais subalternos tenham o pleno conhecimento das capacidades e limitações dos CC e viaturas blindadas da Inf uma vez que vão "trabalhar" em conjunto nos mesmos Agr.

Os Aspirantes a Oficial, no tirocínio, vão ser especializados de acordo com a previsão da sua colocação. Assim, frequentam um dos cursos (Fig.14) referentes ao "tipo" de Pelotão que irão comandar na BrigMec, e obrigatoriamente o de CC e Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) – M113.

Inf / Cav				
Curso de Cmdt PelAt	Curso de Cmdt PelCC	Curso de Cmdt PelRec / Exploração	Curso de Cmdt PelMort	Curso de Cmdt PelACAr
Curso de CC				
Curso de M113				

Fig.14 – Especialização dos Aspirantes a Oficial

• Curso de Promoção a Capitão (CPC) e Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS)

Estes cursos passam a ser em conjunto para os oficiais oriundos das armas de Inf e Cav. Se organicamente existem apenas Agr, é espectável que as Companhias na maioria das operações sejam articuladas em SubAgr. Assim, os oficiais de Inf e Cav passam a estar habilitados a comandar, sem qualquer tipo de constrangimento, SubAgr e Agr respetivamente enquanto oficiais de Movimento e Manobra.

As Escolas Práticas passam a ser organizadas pelas funções de combate: No caso da Escola Prática do Movimento e Manobra fica em aberto a possibilidade de incluir a Eng.

– Prazos de implementação das propostas apresentadas

As propostas apresentadas dizem respeito a um horizonte temporal de médio prazo. Prevendo dificuldades atendendo à profundidade das alterações propomos:

• Da formação

Prioridade de implementação: 1-CPOS conjunto; 2-CPC conjunto; 3- TPO conjunto.

• Do desenho Organizacional/ TOp

Até à constituição dos AgrMec orgânicos, a BrigMec articula-se em dois Agr (um forte em Inf outro em CC) e um BIMec, para o TOp anual, em que a CAtMec e o ECC a ceder para a constituição dos dois Agr são os mesmos, sendo espectável que sejam estas subunidades a integrar os futuros AgrMec. Deverá ser seguido o Programa de Treino apresentado na Fig.15. Este programa, tem os mesmos princípios do proposto para os AgrMec, sendo diferenciado no que respeita à definição do *timing* de integração das AComb.

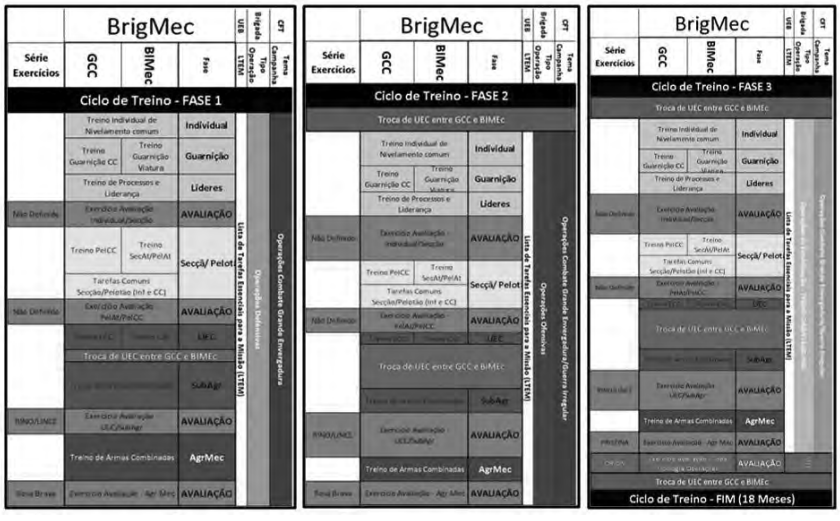


Fig.15 - Organização do Agr AComb

NOTAS

1 O conceito de armas combinadas sofreu um alargamento, sendo hoje na doutrina das Forças Armadas (FFAA) dos EUA, identificado no seu sentido mais abrangente como *Combined Arms Warfare* (CAW) (Guerra de Armas Combinadas).

2 Decorre deste "agrupamento" o nome ainda hoje dado às unidades que integram Inf e CC.

3 Um bom exemplo disto é o *Combined Arms Battalion* do Exército dos EUA que integra na sua organização Unidades de Escalão Companhia (UEB) de Inf, CC e Engenharia (Eng) (US Army, 2006; US Army, 2008).

4 Informações, movimento e manobra, fogos, sustentação, comando de missão, e proteção. (US Army, 2011).

5 "*Le combat interarmes*" (Hubin, 2003, p.77) 6 "*Manoeuvre interarmes*" (Armée de Terre, 2011; Seiler, 2011, p.11).

7 Conceito criado no âmbito do presente trabalho no sentido de delimitar a análise ao escalão Batalhão e à combinação de Inf e CC, como proposto no tema.

8 Operações Psicológicas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AgrMec/BMI/NRF5, 2004. *Diretiva nº 001*. Santa Margarida: Exército Português.

AgrMec/BrigMec/NRF12, 2008. *Diretiva nº 001*. Santa Margarida : Exército Português.

Armée de Terre, 2001. *Manuel D'Emploi du Groupement Tactiques Interarmes a Dominante Infanterie - Inf 223*. Paris: Armée de Terre.

Armée de Terre, 2009. *Manuel du Sous-Groupement Tactiques Interarmes*. Paris: Armée de Terre.

Armée de Terre, 2011. *Les fondamentaux de la manoeuvre interarmes - FT04*. Paris: Armée de Terre.

BrigMec, 2007. *Diretiva nº 60-07/BrigMec*. Stª Margarida: Exército Português.

COFT, 2004. *Diretiva nº 151/CEME/04*. Lisboa: Exército Português.

Comando das Forças Terrestres, 2006. *Conceito de Treino Operacional para o Exército: aprovado por Despacho de 16Fev06 do TGen COFT*. Lisboa: Exército Português.

Comando das Forças Terrestres, 2007. *Diretiva nº 206/ CEME/07*. Oeiras: Exército Português.

Comando das Forças Terrestres, 2012. *Plano Integrado de Treino Operacional 2012*. Lisboa: Exército Português.

Cone, G.R.W., 2011. *Shaping the Army of 2020*. Department of the Army.

Cor Inf Menezes, F., TCor Art Santos, P.d. & TCor Inf Pires, L., 2004. NRF - novos desafios para o Sistema de Forças Nacional. *Jornal do Exército*, Março. pp.46-54.

Dempsey, M., 2010. *Gen. Dempsey discusses a framework for Army adaption*. [Online] Available at: http://www.youtube.com/watch?v=hLsjpi1dR00 [Accessed 14 Março 2012].

Escola Prática de Infantaria, 2008. *Manual Batalhão/ Agrupamento Infantaria Mecanizado*.

Estado Maior do Exército, 2007. *Diretiva para o Exército (2007-2009)*. Lisboa: Exército Português.

Estado-Maior do Exército, 2007. *PDE 5-0 Planeamento Táctico e Tomada de Decisão*. Lisboa: Exército Português.

Exército Português, 2005. *Regulamento de Campanha: Operações*. Lisboa: Exército Português.

Exército Português, 2009. *Quadro Orgânico de Pessoal - Grupo de Carros de Combate/BrigMec*. Lisboa: Exército Português.

Exército Português, 2012. *PDE 3-0 Operações - Draft*. Lisboa: Exército Português.

Ferrão, E.M.B.C.M., 2012. Entevista realizada por Cap Inf Pereira e Cap Inf Cavaleiro. *O ciclo de Treino Operacional do Agr Mec/NRF 5*.

Government, US, 2000. *Joint Vision 2020, American's Military - Preparing for Tomorrow*.

House, J.M., 1984. *Towards Combined Arms Warfare: a survey of tactics, doctrine and organization in the 20th century*. Kansas: US Army Command and General Staff College.

Hubin, G., 2003. *Perspectives Tactiques*. Paris: Economica.

Leonhard, R., 1991. *The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and AirLand Battle*. New York.

Lousada, A.P., Escorrega, L.F. & Menezes, A.C., 2010. Schaumburg-Lippe e a Guerra Fantástica. *Jornal do Exército*, (598), pp.145-56.

Ministério da Defesa Nacional, 2011. *Despacho 04/ MDN/ 2011- Diretiva Ministrial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar*. Ministério da Defesa Nacional.

Morsello, J.P., 2008. Combined arms and the evolution of war. *Infantry* , 97(6), pp.15-18.

Paderson, R.B., 1998. *A study of Combined Arms Warfare by Alexander the Great*. Kansas: US Army Command and General Staff College.

Reed, J.W., 2008. *Combined Arms Warfare in the 21st Century: maximazing the capability of the U.S. Army Future Combat System equipped Brigade Combat Team to conduct combined arms operations*. Kansas: U.S. Army Command and General Staff College.

Rodman, D., 2002. Combined Arms Warfare in the Israeli Defense Forces: An historical overview. *Defense Studies*, 2(1), pp.109-26.

Seiler, V., 2011. Les blindés dans la manoeuvre interarmes: entre réalité des engagement actueles et préparation des angagement futurs. *Heraclès*, (45), p.11.

Smith, R., 2005. *A utilidade da força: a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70.

US Army, 2006. *FM 3-90.5 The Combined Arms Battalion*. Washington DC: Department of the Army.

US Army, 2008. *FM 3-90.5 The Combined Arms Battalion*. Washington DC: Department of the Army.

US Army, 2009. *TRADOC PAM 525-3-0 The Army Capstone*. Washington DC: Department of the Army.

US Army, 2010a. *TRADOC PAM 525-3-1 The United States Army Operating Concept*. Washington DC: Department of the Army.

US Army, 2010b. *TRADOC PAM 525-3-6 The U.S. Army Functional Concept for Movement and Maneuver 2016-2028*. Washington DC: Department of the Army.

US Army, 2011a. *Army Doctrine Publication 3-0: Unifed Land Operations*. Washington DC: Department of the Army.

US Army, 2011b. *FM 7-0 Training Units and Developing Leaders for Full Spectrum Operations*. Washington, DC: Department of the Army.

US Department of Defense, 2009. *Capstone Concept for Joint Operations*. Washington: US Department of Defense.

US Department of Defense, 2011. *Joint Publication 3-0: Doctrine for Joint Operations*. Washington: US Department of Defense.

US Joint Forces Command, 2010. *The Joint Operating Environment 2010*. Suffolk: US Joint Forces Command.

LISTA DE ABREVIATURAS

A

ACar	Anticarro
AComb	Armas Combinadas
ADM	Armas de Destruição Maciça
AF	Apoio de Fogos
Agr	Agrupamento
AgrMec	Agrupamento Mecanizado
ALDS	Army Leader Development Strategy
ApComb	Apoio de Combate
ApSvc	Apoio de Serviços
Art	Artilharia

B

BCT	Brigade Combat Team
BI	Batalhão de Infantaria
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BrigMec	Brigada Mecanizada

C

CAB	Combined Arms Battalion
CAC	Companhia de Apoio de Combate
CAp	Companhia de Apoio
CAS	Close Air Support
CAtMec	Companhia de Atiradores Mecanizada
CATS	Combined Arms Training Strategy
CAW	Combined Arms Warfare
Cav	Cavalaria
CC	Carros de Combate
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CFT	Comando das Forças Terrestres
CJSOR	Combined Joint Statement of Requirements
CJTF	Combined Joint Task Force
CPC	Curso de Promoção a Capitão
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CRO	Operações de Resposta a Crises

D

DOTMLPII	Doutrina; Organização; Treino; Material; Liderança; Pessoal; Infraestruturas; Interoperabilidade

E

ECC	Esquadrão de Carros de Combate
ECOSF	Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças
Eng	Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EUA	Estados Unidos da América

F

FFAA	Forças Armadas
FM	Field Manual
FSO	Full Spectrum Operations

G

GCC	Grupo de Carros de Combate
GTIA	Groupement Tactique Interarmes a Dominante Infanterie

H

HBCT	Heavy Brigade Combat Team
HQ	Headquarters
HUMMINT	Human Intelligence

I

IED	Improvised Explosive Device
Inf	Infantaria
ISR	Intelligence, Surveillance and Reconnaissance

L

LCC	Land Component Comand
LTEM	Lista de Tarefas Essenciais à Missão

M

METL	Mission Essential Task List
Mort	Morteiros
MortP	Morteiros Pesados

N

NATO	North Atlantic Treaty Organization
NRF	North Atlantic Treaty Organization Response Force

O

OTE	Operações em Todo o Espetro (das Operações)

P

PD	Pergunta Derivada
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
PSYOPS	Psychological Operations

Q

QC	Questão Central
QO	Quadro Orgânico

R

Rec	Reconhecimento

S

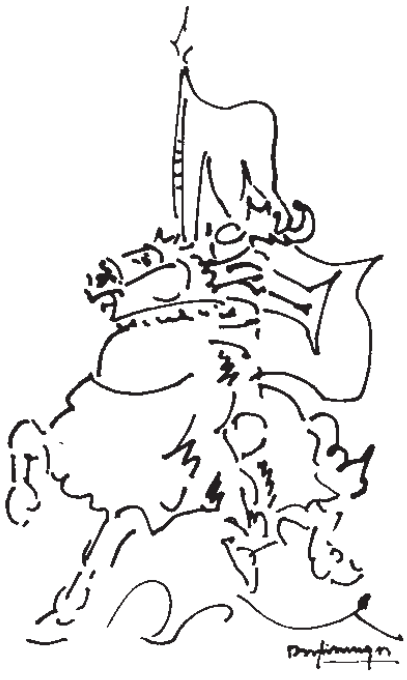
SubAgr	Subagrupamento

T

TIC	Técnica Individual de Combate
TO	Teatro de Operações
TOp	Treino Operacional
TPO	Tirocínio para Oficial
TRADOC	US Army Training and Doctrine Command
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos

U

UEB	Unidade de Escalão Batalhão
UEC	Unidade de Escalão Companhia
US	United States
VBTP	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal



As doutrinas de contrassubversão de Portugal (1960) e dos EUA (2007) - Parte II

I. INTRODUÇÃO

Este artigo vem na sequência de um outro publicado na revista número 25, e pretende comparar a doutrina nacional de contrassubversão de 1963 com a atual doutrina do exército dos Estados Unidos da América. Como julgo que ficou vincado no primeiro artigo, este tem como foco a doutrina a nível tático.

Apesar da importância que alguns autores colocam no estudo das campanhas de contrassubversão no passado, nomeadamente as designadas campanhas de contrassubversão clássicas, outros como David Kilcullen, referem que esses modelos, não são adequados para os conflitos que se deparam, nomeadamente no Afeganistão. O autor considera que a contrassubversão clássica[1] difere significativamente aos níveis políticos, estratégicos, operacionais e táticos, dos conflitos desta tipologia na atualidade (Kilcullen, 2009:XV).

Já James Kiras considera que o legado da idade de ouro da contrassubversão, nomeadamente as campanhas de contrassubversão e subversão dos movimentos colonialistas, é uma bênção para as campanhas irregulares que se nos deparam atualmente (Lonsdale, Kiras, 2008:226). O autor considera que a compreensão da continuidade e diferenças entre casos históricos da guerra irregular, tanto ao nível conceptual como prático, é o elemento chave para o sucesso nas atuais e futuras guerras irregulares (Lonsdale, Kiras, 2008:226).

MAJ Cav PAULO SERRANO
IESM

Esta ideia das diferenças entre a contrassubversão clássica e contemporânea consiste assim na principal motivação deste artigo. A guerra de contrassubversão conduzida nas suas antigas colonias é diferente da campanha de contrassubversão conduzida pela NATO no Afeganistão. A campanha portuguesa foi conduzida no âmbito de um Estado para garantir a integridade do seu território. A campanha no Afeganistão é conduzida por uma aliança de estados, contra movimento terroristas e num enquadramento geral caraterizado pela tecnologia e pela globalização.

Se olharmos para a doutrina do Exército Inglês, nomeadamente a JDP 3-40 de 2009, constatamos a importância que é dada à evolução da abordagem inglesa a este tipo de operações. Para além da descrição das formas de atuação em diversos conflitos, também se descreve a doutrina que serviu de base às ações e de que forma ela foi sendo alterada como forma de adaptação aos diferentes conflitos. No início do capítulo desta publicação inglesa pode ler-se "*Some previous UK COIN doctrine is still relevant today. For those who wish further background reading, a short primer on the subject can be found on the Development, Concepts and Doctrine Centre (DCDC) website. It provides a historically-based overview of British COIN practice and traces the evolution of the British approach to COIN through a discussion of key themes and a series of case studies*".

II. OS ASPETOS MAIS RELEVANTES DA DOUTRINA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS (1960).

Na primeira parte deste artigo, foi feita uma análise ao volume 2, Operações contra bandos armados e guerrilha, que considero aquele mais orientado para a vertente táctica do emprego de forças.

De uma forma agora mais genérica, pode considerar-se que é dado destaque à **forma de atuação do Inimigo** bem como ás diferentes caracteristicas do terrenos conforme cada teatro de operações. Merece relevo a incidência dada às características do terreno e os impactos que podem ter na condução das operações. São referidos na **missão genérica das forças**, nomeadamente com as forças de "*quadrícula*", as forças de intervenção e as forças de reservas principais, bem como os princípios para a **organização das forças**, designadamente o combate ser efectuado a nível de pequenas unidades, uma descentralização do apoio logístico e a necessidade de se manter segurança devido à grande dispersão de forças nomedamente as unidades de apoio de combate e apoio de serviços e uma manutenção de mobilidade.

Na parte das **operações de pequenas Unidades** é feita a descrição da forma de condução de missões como defesa de pontos sensíveis, protecção de itinerários, patrulhamentos, limpeza de uma zona,

limpeza de uma povoação, golpe de mão e emboscada.

III. OS ASPETOS MAIS RELEVANTES DA DOUTRINA EXÉRCITO DOS EUA (2006).

O manual está organizado em oito capítulos e três anexos sendo constituído por cerca de 450 páginas. Visa a aplicação ao nível tático, nomeadamente companhia, batalhão e brigada e esclarece que a contrassubversão compreende a aplicação das ações militares, económicas, políticas, psicológicas e civis como forma de derrotar uma subversão.

É feita a caracterização do Ambiente Operacional e dado ênfase à forma como varia de acordo com cada tipo de operação. Assim, se ao nível tático se empregam as variáveis de missão[2] para compreensão do ambiente operacional, as especificidades da contrassubversão obrigam a que seja empregue em conjunto outra ferramenta, as variáveis operacionais[3].

A análise da variável inimigo merece destaque, porque se considerar que ao contrário de outros tipos de operações militares, não existe um inimigo bem definido, nem a nível doutrinário nem de equipamentos, pudendo existir até mais do que um ator (inimigo) numa determinada área de operações.

Outro fator importante nas operações de contrassubversão são as considerações de âmbito civil que deve ser analisado à luz das variáveis ASCOPE. Por último é dado relevo à importância dos fatores culturais e de que forma podem condicionar a conduta das operações militares. Assim a doutrina apresenta a caraterização da capacidade cultural, que é constituída por duas componentes e três níveis (figura 1).

Nos capítulos 2 e 3 são abordados os aspetos das origens da subversão e contrassubversão, com base numa análise histórica e de acordo com a sistematização em oito dinâmicas: liderança, objetivos, ideologia, ambiente e geografia, apoio externo, apoio interno, faseamento e tempo, organização e padrões operacionais (modos de atuação). É feita uma análise, com base à história, aos principais pontos fortes e vulnerabilidades dos movimentos de subversão. Na parte relativa á contrassubversão, as operações de contrassubversão são caraterizadas por uma combinação de operações ofensivas, defensivas e de estabilização, como qualquer outra operação a nível tático, e é através desta sistematização que são detalhados os capítulos seguintes.

A metodologia das linhas de esforço é válida ao nível tático para visualizar, descrever e dirigir operações quando as forças inimigas não assumem o papel central, como no caso da contrassubversão. Um plano elaborado através destas linhas tem a vantagem de reunir os esforços, ao nível tático, de todos os atores envolvidos na operação, com foco na consecução dos objetivos operacionais. O capítulo aborda ainda, os exemplos históricos e teóricos da contrassubversão, nomeadamente de Robert Thompson, David Galula e Charles Callwell.

No planeamento tático na contrassubversão, à semelhança dos outros tipos de operações, são analisados os dois processos de planeamento ao nível tático: o PTTD e os procedimentos de comando. O planeamento assenta em diversos conceitos como o estado final, as linhas de esforço, as medidas de eficiência e de eficácia, bem como a definição de horizontes de planeamento, de forma a conduzir os esforços de todos os intervenientes. Outro conceito importante é o *tactical design* como forma de introduzir uma ferramenta analítica de forma a fazer face à complexidade deste tipo de operações.

Os capítulos 5, 6 e 7 abordam os três tipos de operações e de que forma cada um deles contribui para as linhas de esforço. Nas operações ofensivas, são descriminados os quatro tipos de operações ofensivas, nomeadamente a marcha para o contacto, o ataque, a exploração do sucesso e a perseguição. Dentro da marcha para o contacto existe a técnica de Busca e Ataque (search and attack) que compreende a ação de pequenas equipas que executam movimento descentralizado para estabelecer contacto e atacar o inimigo quando este atua em pequenos grupos e dispersos. O Cerco e Busca consiste noutra operação que visa negar acesso ou fuga de elementos de uma localização a fim de obter informações. Para além desta incluem-se o raid, emboscada, e patrulhas no âmbito da contrassubversão, que podem ser de reconhecimento ou combate.

Nas operações defensivas são analisados os quatro tipos de operações, divididas em defesa área, móvel e retrógradas. Para além dos tipos de operações é feita uma descrição sobre os diferentes tipos de bases: a base operações avançada (FOB - Forward Operating Base) em que geralmente existe uma por área de operações, Posto de combate (Combat Outposts) que consiste num posto de observação reforçado que permita conduzir operações de âmbito limitado e bases de patrulhas (Patrol bases), quando uma patrulha efetua um alto por período prolongado.

4. ANÁLISE/ CONCLUSÕES

Este artigo teve a pretensão de analisar, de forma simples, os principais conteúdos de cada capítulo e de realçar as principais diferenças. Realizar uma comparação entre

FM 3-24.2	Volume II - Operações contra bandos armados e guerrilha
	1.ª Parte — Noções Gerais
Capítulo 1 – Ambiente Operacional.	Capítulo I — O inimigo.
Capítulo 2 – Origens/ bases da subversão.	Capítulo II — O terreno.
Capítulo 3 - Origens/ bases da contrassubversão.	Capítulo III — As forças a empregar.
Capítulo 4 - Planeamento tático na contrassubversão.	Capítulo IV — Instalação das forças e conduta das operações.
Capítulo 5 – Operações ofensivas na contrassubversão.	Capítulo V — Informação e contra-informação.
Capítulo 6 - Operações defensivas na contrassubversão.	2.ª Parte — Operações das pequenas unidades.
Capítulo 7 - Operações estabilização na contrassubversão.	Capítulo I — Defesa de pontos sensíveis: postos militares.
Capítulo 8 – Apoio à Nação Hospedeira.	Capítulo II — Proteção de itinerários.
	Capítulo III — Patrulhamento.
	Capítulo IV — Limpeza de uma zona.
	Capítulo V — Limpeza de uma povoação.
	Capítulo VI— Golpe de mão.
	Capítulo VII — Emboscada.

Figura 1 – tabela comparativa dos índice dos Manuais.

campanhas militares distanciadas temporalmente cerca de 40 anos, caraterizada por contextos substancialmente diferentes, torna-se um exercício complexo. A campanha portuguesa foi realizada num território com afinidades culturais, por um Estado combatendo movimentos de ideologia política. Por seu lado, a campanha no Afeganistão é uma campanha multinacional e contra extremistas religiosos. O Ambiente Operacional, que se caracteriza por um conjunto de condições, circunstâncias e fatores, é diferente nas duas realidades. Cada doutrina pretendia fazer face a uma determinada ameaça que na sua natureza pode ser idêntica mas diferente, com certeza, na sua forma de atuação.

Conforme refere Walls, existem alguns pontos na nossa doutrina que podem servir para os atuais conflitos ao nível tático, nomeadamente a integração dos esforços civis e militares, a obtenção de informações, a e a utilização ou emprego de tropas locais. Todos estes pontos são tratados na doutrina nacional.

Ambos os manuais têm em comum a descrição do planeamento e conduta das operações militares, que podem ser conduzidas ao nível tático no âmbito de uma operação de contrassubversão, sendo que o manual dos EUA sistematiza-as de acordo com os três tipo de operações que o Exército pode conduzir, fora do seu território: operações ofensivas, defensivas e de estabilização.

Julgo no entanto que as principais diferenças assentam em dois aspetos: o planeamento das operações e a necessidade de integração de todos os esforços, logo no patamar tático. Relativamente ao planeamento das operações a doutrina militar dos EUA espelha aquilo que se alterou relativamente à realidade da década de 60, 70 do século passado.

Atualmente existem dificultadas ao nível do planeamento da compreensão da situação. A ameaça não é bem definida, nem quanto á organização, nem sua forma de atuação, nem sequer em determinar de entre todos os atores presentes, sobre em quais atuar. Para além disso existe uma rede de interligações entre esses mesmos atores, tornando necessário determinar em quais ligações atuar. Estes fatores, e citando só estes, levaram à adoção de outras metodologias como o *tactical design* e as variáveis operacionais logo no patamar tático de forma a auxiliar à compreensão da situação.

Outro fator que se destaca é o esforço de incluir medidas para avaliar as operações (mediadas de eficácia e de eficiência) e de interligar esforços de diferentes atores e de os ligar aos objetivos dos patamares superiores (através das linhas de esforço. Enquanto na doutrina nacional o foco era na sincronização de todas as atividades e em criar unidade de ação, realidade de um Estado numa operação de contrassubversão, outra realidade é uma coligação de Estados, acrescidas de diversas organizações de diversos tipos e âmbitos, que tem de sincronizar todas as ações de forma a cumprir a missão.

Necessariamente haveria muitas mais diferenças e semelhanças que poderiam ser apontadas e analisadas destas duas realidades bem diferentes. Tão diferentes quando Walls por exemplo descreve que já na década de 60, o instrumento militar português podia ser caraterizado pela pouca tecnologia, tendo em consideração os mesmos conflitos conduzidos em períodos análogos. Portugal teve de implementar e aprender formas para resolver algumas das principais dificuldades, nomeadamente a falta de mobilidade e de recursos humanos. Assim foram adotadas diversas opções como a utilização de unidades a cavalo e o recurso de mão-de-obra local, nomeadamente através de tropas locais. Por outro lado o Exército dos EUA tem tentado resolver os problemas com que se tem deparado nos teatros de operações com a implementação de tecnologia. Contudo, é um facto que tal como os Exércitos Inglês e Americano se socorreram de campanhas militares do passado para desenvolvimento de doutrina nos nossos dias, também a nossa doutrina de 1963 apresenta muitos fatores que ainda continuam atuais.

NOTAS

1 O termo de contrassubversão clássica refere-se Às guerras conduzidas contra os movimentos independentistas, nomeadamente década de 70

2 MITM-TC: Missão, Inimigo, Terreno, Meios – tempo e Considerações Civis.

3 PMESII: política, militar, economia, social, informação e infraestruturas.

Condição física: Reflexões de um comandante do GCC - II

Uma unidade operacional não é apenas mais uma unidade do Exército onde se pode ser colocado e cumprir com os haveres diários que muitos pretendem que se esgotem das oito às cinco. Uma unidade operacional é uma unidade cuja cadeia de comando tem a obrigação moral de usar da melhor forma os recursos que lhe são disponibilizados para garantir que essa unidade esteja pronta para operações, ou seja, pronta a "fazer a guerra ou preservar a paz". A prontidão para o combate é pois a razão de ser das unidades operacionais. Em tempo de paz a prontidão para o combate traduz-se num treino operacional sério e rigoroso.

I. SISTEMATIZAR A VIDA DE UMA UNIDADE OPERACIONAL

Para qualquer Oficial do Exército o comando de uma unidade operacional, seja qual for o seu escalão, é a função mais nobre porque ela representa o fim da linha, ou seja, a razão de ser de qualquer exército.

TCOR Cav MIGUEL FREIRE
AM

Num tempo feliz de inexistência de guerra assumida, mas de tremenda asfixia de recursos financeiros e humanos, para cumprir a missão de treino operacional, o comando de unidades operacionais tornou-se uma tarefa muito complexa.

O Exército Britânico na sua abordagem muito pragmática considera que a prontidão para o combate (*Fighting Power*) assenta em três componentes estruturantes: a componente física, a componente moral e a componente conceptual[1]. Esta abordagem sempre me agradou pela sua objectividade e por ajudar a orientar as preocupações que devem constituir a vida diária da cadeia de comando de uma unidade operacional. A Brigada Mecanizada (BrigMec) adoptou esta abordagem em 2009 e estruturou a sua vida interna, esplanada na Directiva Nº01 publicada no início de cada ano, nestas três componentes. Qualquer actividade da Brigada, ou das suas unidades, passou a estar enquadrada numa destas componentes. A estruturação da Directiva Nº01/2009, e consequentemente da vida interna da Brigada, com base nestas componentes foi simplesmente uma sistematização verbalizada e escrita de algo que já estava interiorizada e há muito tempo que era visível no *slide master* que iniciava qualquer brífingue da Brigada (imagem 1). Como Oficial de Operações da Brigada Mecanizada esta sistematização ajudou-me sempre a compreender melhor a forma de conciliar as inúmeras actividades que diariamente eram solicitadas a esta grande unidade. Aliás, esta abordagem passou a fazer parte da doutrina portuguesa no PDE 3-00 Operações, publicado em Abril deste ano[2] referindo que o "potencial de combate significa a capacidade para cumprir qualquer missão" e as componentes que contribuem para essa capacidade são: "**componente conceptual** – envolve a abordagem aos princípios da guerra, doutrina e desenvolvimento de forças militares e equipamentos para o futuro"; "**componente moral** – aptidão para levar os soldados a combater. Envolve quatro elementos principais: a motivação,

Imagem 1 - Slide Master da Brigada Mecanizada

uma liderança eficaz, o bem-estar e uma gestão eficaz dos recursos disponíveis"; e "**componente física** – constituída pelos elementos que conferem a capacidade de produzir os efeitos e que permitem impor a nossa vontade ao adversário. Essa capacidade é criada em tempo de paz, adaptada e melhorada para cada situação e empenhada em conflito".

Quando soube que ia comandar o Grupo de Carros de Combate (GCC/BrigMec) senti que esta abordagem tinha que ser ainda mais objectiva. Não é que numa unidade de escalão batalhão como o GCC não existam estas três componentes, o facto é que me pareceu que era preciso sistematizar de forma ainda mais prática aquilo que deveria ser interiorizado pelos militares que cumprem, diariamente, as missões que lhe são cometidas. É que nas unidades de escalão batalhão ou inferiores tudo tem uma forte componente física. É este escalão que com as suas companhias, pelotões e secções cumpre as missões, matando ou morrendo se necessário for. Mesmo em tempo de paz, o cumprimento das tarefas ou missões implica operar meios e equipamentos, geralmente com esforço físico imposto não só pela exigência do equipamento mas também pela natureza do terreno ou das condições meteorológicas. Transpira-se ou gela-se, cansamo-nos, sujamo-nos e ás vezes, até, aleijamo-nos. Num dos mais extraordinários livros que li sobre liderança militar – *The Challenge of Command* – o autor, Roger H. Nye, afirmava que o conhecimento e as perícias dos que dominavam a táctica deveriam ser em quatro áreas: o terreno, o material, a doutrina e a criatividade[3]. Esta abordagem parecia-me ser uma mais-valia para operacionalizar a vida interna do GCC e ser, por isso, interiorizada por cada um e todos os militares que serviam no GCC.

Na sequência das componentes da Prontidão para o Combate do Exército Britânico e das áreas de mestria táctica preconizadas por Nye, pareceu-me existirem três qualidades (ou requisitos) extraordinariamente importantes e que dão forma à vida diária das unidades operacionais de escalão batalhão e inferior: a Condição Física; a Proficiência Técnica; e o Desembaraço Táctico. A forma como estas qualidades está relacionada com as componentes do Treino Operacional pode ser apresentado da seguinte maneira:

Componentes do Exército Britânico (agora, também, no PDE 3-00 Operações)	Domínio das perícias tácticas	Qualidades/requisitos
Física	Terreno Material	> Condição Física > Proficiência Técnica
Conceptual	Doutrina	> Desembaraço Táctico
Moral	Criatividade	Comum a todas as qualidades

A **condição física** é o ponto de partida para tudo! Não significa que tenhamos de ser atletas de alta competição, significa sim que temos de estar prontos para o serviço e essa prontidão materializada numa atitude próactiva, empreendedora, de quem tem vontade de fazer, de quem tem gosto pelo desafio e quer fazer melhor. Ou seja, estar "em forma para o que der e vier".

A **Proficiência técnica** significa sabermos operar com destreza e à-vontade os equipamentos cometidos à nossa responsabilidade para o cumprimento da missão. Carros de Combate Leopard 2A6, M60A3TTS, viaturas da família VBTP M113A1, armamento pesado ou ligeiro, rádios ou GPS, só para citar alguns, são as nossas ferramentas de trabalho. Temos que as saber operar com confiança. Temos que ter vontade e empenho para sermos os melhores a fazê-lo.

O **Desembaraço táctico** significa a nossa capacidade de operar os equipamentos como manda a nossa doutrina mas inteligentemente adaptada à realidade que nos é imposta pelo terreno que pisamos e o adversário que possamos vir a enfrentar. Para isto não basta sabermos o que vem nos livros, é preciso, também, muita criatividade e iniciativa.

Foi esta sistematização que defini logo no primeiro dia e transmiti no discurso de tomada de posse. Ao longo do tempo em que comandei o GCC usei-a insistentemente fazendo questão de me referir a ela sempre que me dirigia aos militares da unidade. Com esta sistematização procurei dar forma á organização da vida interna da unidade e na definição dos objectivos a atingir. Cheguei mesmo a exigir, através da cadeia de comando, que todo o militar do GCC, independentemente do posto ou da função, soubesse dizer o que no GCC significava "prontidão para o combate" e quais os seus requisitos. E não foram poucas as vezes que confrontei individualmente graduados e praças sobre esta questão.

A distribuição semanal da carga horária para cada uma das qualidades – Condição Física, Proficiência Técnica e Desembaraço Táctico – dependia, naturalmente, da dinâmica do escalão superior do GCC, já que a própria BrigMec vive muito de solicitações e pedidos de apoio de entidades exteriores à própria Brigada. De qualquer das formas no planeamento do GCC procurei que fosse tido em conta a seguinte linha de orientação:

	Condição Física	Proficiência Técnica	Desembaraço Táctico
Horas semanais desejáveis	6-10	10-12	8-14

II. MOTIVAR A CONDIÇÃO FÍSICA

Segundo o MTEFE, a carga horária para o Treino Físico para as unidades operacionais está estipulado. O problema é que tirando as Provas de Aptidão Física (PAF) e os campeonatos desportivos militares (só para alguns), o Treino Físico acaba por não estar associado a resultados mensuráveis. Para contrariar esta tendência foram estabelecidos objectivos de carácter colectivo (ver Quadro 1).

> Na Directiva 01 do GCC para a Condição Física estipularam-se os seguintes objectivos:
>
> ...
>
> 4. Realizar mensalmente uma MARFOR de GCC para que de forma progressiva cerca de 80% do efectivo cumpra com sucesso, em Novembro de 2011, a MARFOR 6 e em Março de 2012 a MARFOR 8.
> 5. Em Janeiro de 2012, 80% do efectivo cumpra, com sucesso, a MARCOR 8.
> 6. Realizar uma corrida mensal de 5Kms e em dois meses (Maio e Novembro) de 10 Kms (Corrida Sold Cavº Diamantino Pires Garção)
> 7. Ter 5% (cerca de 12) dos militares do GCC a obterem sucesso nas provas de excelência.

Quadro 1

Embora a Condição Física seja treinada até numa simples formatura, os caminhos que se estipularam para materializar a procura dessa "Condição Física" foram:

– o treino físico diário das subunidades;
– os campeonatos desportivos militares (CDM);
– actividade física fora de horas, na forma de desportos colectivos (mesmo numa atitude de lazer) ou de iniciativa individual (por exemplo, as sessões de "ferro" no ginásio).

Treino Físico das Subunidades:

"De todos os métodos de treino físico, as subunidades deviam privilegiar os Métodos de Aplicação Militar com destaque para a Ginástica de Aplicação Militar (GAM), incluindo o uso da pista de 500 mts de Pentatlo Militar, a Marcha e Corrida (MARCOR) e os Percursos de Aplicação Militar (PAM). Fazer uso, também, dos métodos de Corrida Contínua, Formas diversificadas de Marcha, Corrida e Saltitar, tais como o Fartlek e Treino em Circuito. A prática de desportos colectivos podia, também, ser promovida, mas preferencialmente após as horas de serviço".

Estas foram as linhas de orientação gerais para os Comandantes das subunidades. A sua operacionalização ficava, naturalmente, ao critério destes. A única imposição eram as actividades de Treino físico de escalão GCC. Escusado será dizer da importância destas actividades de Grupo: primeiro, uma questão de sentido de unidade, o GCC tem que ser um Grupo e não um conjunto de Esquadrões. Com a diminuição drástica de exercícios/actividades operacionais de escalão grupo, o treino físico passou a ser um espaço que não se podia desaproveitar para alicerçar laços entre subunidades e entre os militares. Segundo, mas não menos importante, existe a necessidade de o Comandante dar o exemplo. O Comandante e toda a cadeia de comando, incluindo naturalmente o Adjunto do Comandante e todo o Estado-maior, têm de ser vistos, regularmente, no mesmo esforço físico que o resto da unidade.

A questão que foi importante definir foi a regularidade dessas actividades. O consenso a que se chegou é que haveria, por mês, duas actividades de Treino Físico de escalão grupo:

– Primeira 5ª feira do mês: Corrida "Diamantino Pires Garção" (já abordado no número anterior da Revista da Cavalaria" Imagem 2);
– Terceira 5ª feira do mês: MARCOR ou MARFOR (Imagem 3).

Com os reduzidos efectivos dos dias de hoje um Tenente-coronel arrisca-se a pensar que comanda um "esquadrão-mais" e não um "grupo-menos" e por isso é importante encontrar uma solução de equilíbrio entre a autonomia dos Esquadrões e a necessidade do sentido de per-

Imagem 2 - Corrida Diamantino Pires Garção.

Imagem 3 - Ilustração de Alexandre Gonçalves.

tença ao GCC. Um MARCOR ou MARFOR não pode ser uma actividade esporádica resultado de uma vontade de quebrar com a rotina da unidade e lembrar que "estamos na tropa". Para além de aprofundar o sentido de unidade, o Treino Físico de GCC também tem como objectivos melhorar a condição física de cada um, criar condições para que os militares se conheçam, em esforço, uns aos outros e ao seu Comandante, e permita, também, ao Comandante avaliar a sua unidade como um todo. À semelhança da Corrida Diamantino Pires Garção, para se conseguir a realização mensal do MARCOR ou MARFOR era necessário muita perseverança. As inúmeras solicitações, muitas vezes distantes dos objectivos da vida de uma unidade operacional, colocavam à prova a cadeia de comando, principalmente o comandante. Muitas vezes tive que aceitar que se não podiam ir todos os esquadrões iam apenas os disponíveis, mas o importante era respeitar a regularidade da actividade.

O valor dos CDM

Pessoalmente, por gosto, e como comandante, por obrigação, atribui sempre imenso valor aos CDM e forcei para que fossem estabelecidos objectivos ambiciosos para todos eles (Quadro 2).

As provas desportivas em contexto militar são uma excelente oportunidade para promover qualidades e virtudes que devem orientar a nossa vida de soldados: capacidade de planeamento, espírito de decisão, entrega, espírito de sacrifico e abnegação. Foi tudo isto que tentei que as equipas do GCC, desde o seu seleccionador e delegado até ao mais moderno dos seus elementos, interiorizassem, principalmente no caso dos desportos mais militares, como são o Pentatlo Militar, o Tiro e a Corrida e Orientação. Neste particular, o Pentatlo Militar é paradigmático pois é uma modalidade exclusivamente militar e tem como base para as diferentes provas as valências esperadas de um soldado: condição física que lhe permita correr uma distância considerável, mas também, correr e nadar transpondo obstáculos; proficiência técnica que lhe permita fazer o uso correcto e preciso da sua arma individual e das suas granadas. Nesta matéria ficou muito por fazer pois gostaria de ter conseguido que o Pentatlo Militar fizesse mais parte do Treino Físico diário do GCC. No nivelamento individual que se pretende atingir em cada ciclo de treino, associado a um trimestre, semestre ou à prontidão para a participação num exercício nacional ou estrangeiro, pode-se escolher como estações alguns obstáculos da pista de 500 mts. No caso da BrigMec as unidades têm ali mesmo a pista, é só correr até lá.

O grande desafio para um comandante (não quer dizer que o tenha conseguido!) é conseguir integrar os CDM no treino operacional sem eles próprios seres disruptivos desse treino. Quando atribuímos muita importância aos CDM não nos podemos esquecer que eles não são só um fim em si, são também um meio para atingirmos algo que é superior aos resultados: criar um espírito vencedor e gosto pelo exercício físico. Os CDM permitem aos Comandantes estabelecerem objectivos e verem se os cumprem. Ao contrário dos exercícios em que

Na Directiva 01 do GCC para a Condição Física estipularam-se os seguintes objectivos:

1. No âmbito dos Campeonatos Desportivos Militares da BrigMec **vencer** os seguintes campeonatos:
   - Tiro Desportivo;
   - Pentatlo Militar;
   - Estafeta Nun'Álvares.
2. Conquistar um lugar no pódio, por escalão e por género nas seguintes modalidades:
   - Orientação;
   - Duatlo BTT;
   - Corta-Mato;
   - BTT;
   - Futsal.
3. Vencer o Troféu de Mérito Desportivo da BrigMec do ano de 2011;

...

Quadro 2

tudo acaba por "correr sempre bem", nos CDM podemos ganhar ou perder. O facto de procurarmos vencer ajuda-nos a criar uma vontade e um espírito vencedor. Não é isto que afinal estamos sempre a querer ver nos nossos clubes preferidos?

Nesta matéria, como noutras, não tenho dúvidas que temos muito a aprender com os nossos aliados. Foi motivado pelos exemplos que vi nos nossos aliados que procurei que o Treino Físico fosse interiorizado por todos, mas principalmente pelos quadros mais jovens, como um dos assuntos mais sérios do dia-a-dia de uma unidade operacional.

Actividade física fora de horas

Numa sociedade onde o espaço cibernético se impõe de forma tão apelativa através das redes sociais do tipo Facebook e onde tudo (para o "bem" e para o "mal") está à distância de um clique, mobilizar a juventude para o esforço físico em substituição do estar sentado comodamente à frente do computador é um desafio. Não sei se no GCC conseguimos isso – teria de haver um inquérito isento para avaliar – mas com essa preocupação tentámos acarinhar todas as iniciativas individuais ou das subunidades para campeonatos desportivos internos, actividades de lazer com desportos radicais, uso do ginásio de musculação, etc. Indirectamente esta ocupação do tempo acaba por ser uma forma saudável de combater a "insularidade" de Santa Margarida.

III. DEFENDER A CONDIÇÃO FÍSICA

Nunca me esqueci que quando em finais da década de 90 do século passado o SACEUR – na altura o General Wesley Clark – em visita a Portugal, e depois de um brífingue na então Brigada Aerotransportada Independente, que pelos vistos não o esclareceu naquilo que o preocupava como comandante das forças aliadas na Europa, levantou algumas questões: por exemplo, saber quantas vezes as unidades faziam tiro por mês, ou com que carga e velocidade de marcha as unidades estavam treinadas a operar. Se eram estas as preocupações do General de quatro estrelas, quais deviam ser as dos tenentes-coroneis e capitães? Foi esta abordagem face ao treino físico que já tinha presenciado quando tive a oportunidade de frequentar o *Armor Officer Advanced Course* na escola de blindados do exército americano meses antes, e voltei a testemunhar quando a minha unidade ou eu próprio estive integrado em cadeias de comando da NATO, como foi no Kosovo e mais recentemente no Afeganistão. A preocupação pela condição física das unidades operacionais é um aspecto onde existe uma diferença abismal de culturas entre o corpo de generais dos exércitos de origem anglosaxónica e o do nosso Exército. No Afeganistão, na minha corrida matinal às 06h30 no *compound* do QG da ISAF, entre os diferentes militares que serviam neste QG e que faziam a sua corrida, cruzava-me frequentemente com o Comandante da ISAF – um General de quatro estrelas -, ou então quando decidia, a esta mesma hora, ir ao ginásio, cruzava-me com o Major-General DCOS OPS a sair deste já completamente transpirado. Na famigerada Corrida d'Avenida da Brigada Mecanizada – iniciativa de um então Brigadeiro Comandante, Brigadeiro Fonseca Cabrinha, – dos cinco oficiais generais comandantes que tive enquanto servi em Santa Margarida nem todos estiveram presentes … a correr (eu diria mesmo, a interagir com os seus militares).

No meu tempo de comando fiquei particularmente feliz quando me foram apresentadas pelos meus subordinados ideias objectivas para a promoção da condição física. Nas reflexões anteriores apresentei o caso da corrida Diamantino Pires Garção mas houve um outro caso muito interessante apresentado pelo então Comandante do 1º ECC, o capitão Teixeira, que quis associar às comemorações dos 250 anos da criação do Regimento de Mecklemburg a realização das Provas Físicas para a obtenção da Insígnia de Proficiência Militar das Forças Armadas Alemãs, um dos eventos mais acolhidos pelos exércitos dos países da NATO. A ideia pareceu-me fenomenal porque, tal como sugeriu o capitão Teixeira, era realizarmos no nosso Quartel um evento desportivo exigente (por isso motivador para todos) permitindo relembrar as ligações históricas do nosso passado aos alemães (o primeiro Comandante e oficial que deu o nome ao regimento, e ainda o facto do Kaiser Guilherme II ter sido Coronel honorário do regimento e tê-lo visitado em 1905) e as ligações técnicas actuais já que o cavalo de guerra que equipa o GCC e o ERec é, pela primeira vez na história do Exército Português, um Carro de Combate alemão. Depois de sondar informalmente o Adido Militar Alemão em Portugal, que achou a ideia espetacular e se mostrou disponível desde o primeiro minuto a colaborar, falei com o meu Comandante de Brigada para lhe apresentar a ideia explicando as razões históricas e os objectivos de motivação para todos, oficiais, sargentos e praças. Qual não foi o meu espanto quando o meu general comandante não compreendeu

as razões históricas e escusou-se em burocracias sobre as competências e responsabilidades do escalão superior para que a ideia não fosse viável, sim, "porque o Comando das Forças Terrestres e também o Comando da Instrução e Doutrina se tinham que pronunciar sobre isso e que não iriam perceber essas justificações". Ainda sugeri que o evento poderia ser alargado a toda a brigada, mas isso, constatava eu, não era coisa que importasse, o preocupante era saber o que é que o escalão superior iria pensar disto tudo. Com perseverança e crença no valor da iniciativa não baixámos os braços, mas já teve de ser o meu sucessor a concretizar. Confesso que das coisas que mais me entristece e me obriga a reflectir é quando me sinto em "des-sintonia" com a minha cadeia de comando (para cima ou para baixo!). No caso dos meus superiores preocupa-me quando em vez de usarem o seu posto e função como mecanismos de influência para que as coisas possam acontecer as usam – inibidos pela incerteza do que os "outros" podem vir a pensar – para reiterar e reforçar as pesadas burocracias já existentes.

Nesta matéria, como noutras, não tenho dúvidas que temos muito a aprender com os nossos aliados. Foi motivado pelos exemplos que vi nos nossos aliados que procurei que o Treino Físico fosse interiorizado por todos, mas principalmente pelos quadros mais jovens, como um dos assuntos mais sérios do dia-a-dia de uma unidade operacional.

IV. UMA IDEIA

A importância da "Condição Física" não deve estar dependente do critério de importância (ou de gosto) que o comandante tem por este requisito. Esta situação é visível quando se muda de comandante e por vezes há uma inversão quase completa da dinâmica da unidade de acordo com as preferências deste. É legítimo, e até expectável, que cada comandante imponha o seu cunho pessoal à dinâmica da unidade, mas isso não deve ser às expensas de requisitos básicos que são obrigação institucional – e o treino físico é um desses requisitos.

No aprontamento do 3CN/FND/ISAF, por imposição do seu Comandante, foram estabelecidos padrões de condição física que tinham de ser cumpridos no fim do nivelamento individual e condição para prosseguir no aprontamento. Considerei, e considero, uma medida extraordinariamente importante e que entretanto no GCC adoptámos para avaliar da condição física no fim do ciclo de treino para o exercício Real Thaw 12 e constituir uma "radiografia" com vista ao levantamento da FND para o Kosovo. Infelizmente, por força das circunstâncias acabou por não ser executado. No CN/FND/ISAF seguinte a importância deste requisito alterou-se. O que se verifica é o habitual problema de implementar estas medidas nos postos mais elevados da categoria de oficiais e sargentos, e o problema que os detractores levantam é da sua alegada "duvidosa utilidade" para quem vai estar em funções de Estado-maior, de secretaria ou outras não directamente ligadas às funções de combate. Confesso que não consigo contra-argumentar por não existir no meu interlocutor a premissa básica (e inquestionável) de que um militar, qualquer que seja o posto e a função, tem que estar apto fisicamente para operar a sua arma em situações adversas.

A importância da condição física não deve ser uma preocupação conceptual do Comandante, deverá ser do próprio Exército. Os Comandantes apenas devem operacionalizar essa importância com criatividade e seriedade. Por esta razão o Exército devia caminhar para integrar formas de avaliação individual e colectiva da condição física nas CREVAL que faz às unidades, nomeadamente das FND. Desta forma estaríamos a promover o desenvolvimento deste requisito que a história tende a provar que muitas vezes faz a diferença entre o sucesso e o insucesso, entre a vitória e a derrota.

A importância da condição física não deve ser uma preocupação conceptual do Comandante, deverá ser do próprio Exército. Os Comandantes apenas devem operacionalizar essa importância com criatividade e seriedade.

V. OBJECTIVOS CUMPRIDOS

Dos objectivos estipulados para o GCC em 2011 no âmbito da Condição Física quase todos foram cumpridos. A conquista do Troféu de Mérito Desportivo da BrigMec do ano de 2011 foi o que mais significou para a unidade pois materializou um ano de esforço e dedicação. Sinceramente não sei como cada militar do GCC sentiu esta conquista, pessoalmente sentime extraordinariamente feliz por poder pensar "estou entre soldados com espírito vencedor".

NOTAS

1 DGDD (2005) – ADP Land Operations, p. 2.

2 EP (2012) – PDE 3-00 Operações, p. 2-22.

3 NYE, Roger H. (1986) – The Challenge of Command, pp. 63-66.

"Reconhecimento" e "Unidades de Reconhecimento"

I. INTRODUÇÃO

O termo "Reconhecimento" é empregue, diversas vezes, de uma forma ambígua e imprecisa, ficando a dúvida se a intenção é a menção às Unidades de Reconhecimento, de uma forma geral, ou se o objetivo é a referência à missão de Reconhecimento, uma das missões típicas das Unidades de Reconhecimento.

Na doutrina militar existem várias classificações para enquadrar diferentes tipos de forças consoante as suas missões, tipos de equipamentos que utilizam ou finalidades que procuram atingir. Este artigo pretende abordar as diferentes sistematizações relativamente às Unidades de Reconhecimento e ainda responder, de uma forma genérica a três questões:

- São as Unidades de Reconhecimento Unidades de Combate ou Apoio de Combate?
- A que Função de Combate pertencem?
- Devem as Unidades de Reconhecimento ter como missão só o reconhecimento ou manter os três tipos de missões (para além do reconhecimento, a segurança e a economia de forças) ?

MAJ Cav PAULO SERRANO
IESM

II. A DOUTRINA NATO.

O manual *Allied Tactical Publication* (ATP) 3.2.1 de 2009 apresenta nos capítulos 2 e 3 as funções de combate (FC) e os tipos de forças táticas, respetivamente. No capítulo 2 são definidas as seis FC, nomeadamente Comando, Movimento e Manobra, Informação e Informações[1], Poder de fogo, Apoio de Serviços e Proteção.

A FC Movimento e Manobra é entendida como o emprego de forças através da combinação do movimento e fogos para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo. A FC Informação e Informações é a função que garante aos comandantes e seu estado-maior conhecimento sobre o adversário e ambiente operacional, onde se incluem as condições meteorológicas, terreno e população.

O capítulo 3 define os tipos de forças táticas, que são enquadradas em duas classificações: em elementos da força[2] e tipos de força. Quanto à primeira classificação, elementos da força (*force elements*), divide-as em elementos de combate, elementos de apoio de combate, elementos de apoio de serviços e elementos de apoio ao comando.

Os elementos de combate são aqueles que estabelecem e empenham-se no contacto direto com o inimigo, combatem e empregam os fogos diretos. Incluem-se nesta classificação, por exemplo, a Infantaria, as Unidades de carros de Combate e a Engenharia de combate quando equipados e treinados para combater como elementos de combate. Os elementos de apoio de combate são aqueles que apoiam os elementos de combate (por exemplo, através de fogos e operacionalmente - *operational assistance*). Nesta classificação são incluídos os elementos ISTAR (ATP-3.2.1:3-2).

Quanto aos tipos de forças, divide-as em pesadas, médias, ligeiras e com capacidades especiais (*Specialist Capabilities*). Nesta última categoria são incluídas as forças de reconhecimento, aeromóveis, assalto aéreo, aerotransportadas e anfíbias. As forças de reconhecimento são enquadradas tanto como podendo ser forças de combate como forças de apoio ao combate. Uma força de reconhecimento que tenha como missão obter informações através do combate são forças de apoio ao combate[3], mas no caso de missões de segurança, com postura mais agressiva, então são forças de combate[4] (ATP-3.2.1:3-4).

De acordo com estas classificações da doutrina NATO, as Unidades de Reconhecimento que tenham as missões típicas (reconhecimento, segurança e economia de força) são **elementos de combate** que pertencem à **FC Movimento e Manobra** e que contribuem também para a **FC Informações**.

III. DOUTRINA DO EXÉRCITO DOS EUA. O GRUPO DE RECONHECIMENTO DA BRIGADA BLINDADA[5].

O Field Manual (FM) 3-20.96 de 2006 é o manual doutrinário do Grupo de Reconhecimento (GRec) da Brigada Blindada. Sem a pretensão de o analisar em profundidade, destaca-se logo na introdução que o manual é a fonte doutrinária das três Unidades de Reconhecimento dos três tipos de Brigadas: Blindada, *Stryker* e de Infantaria[6].

O manual refere que a missão fundamental do GRec são as **missões de Reconhecimento** e que, ao contrário das Unidades de Reconhecimento pertencentes aos Regimentos Cavalaria Blindados (que possuem CC), **não são equipados nem organizados para serem empregues como "*força de combate robusta*"**. Na definição das possibilidades, no entanto, é explícito que pode combater pela informação contra forças ligeiras ou motorizadas (FM 3-20.96: 1-5).

Esta doutrina aponta no sentido em que as Unidades de Reconhecimento deixem de ter as missões típicas, o reconhecimento, a segurança[7] e a economia de forças, para passar a estar vocacionadas primariamente para as missões de reconhecimento. Esta orientação vem na sequência do denominado "paradigma do reconhecimento". Fruto das diversas reorganizações deste tipo de unidades constata-se que existe um ciclo em que as Unidades de reconhecimento são equipadas, ora de uma mais forma mais "ligeira" (para favorecer reconhecimento furtivo), ora mais "pesada" (aumentar sobrevivência e permitir reconhecimento agressivo). No fundo, o que esta teoria releva é que quando as unidades de reconhecimento são "*robustas*"[8], geralmente são mal empregues, sendo-lhes atribuídas "*missões de combate*" (segurança e economia de forças) e não missões no âmbito da sua vocação primária: o reconhecimento.

Esta doutrina abandona também, ao nível da missão de reconhecimento, o conceito de obtenção de informações pelo combate, para um foco no emprego de meios tecnológicos, que dispensem esta modalidade de reconhecimento. Na prática, nesta doutrina, as Unidades de Reconhecimento só estabelecem contacto com forças ligeiras, executando fogos só em autodefesa, partindo do pressuposto de que os meios dispostos à disposição do sistema Informações, Vigilância e Reconhecimento (IVR) consigam obter as informações sem necessidade de combate.

A classificação em termos de combate, apoio de combate e apoio de serviços é suprimida, conforme se pode ler no anexo D do FM 3-00 de 2011. Assim, de acordo com esta doutrina, os Grupos de Reconhecimento das Brigadas contribuem de igual modo para a função de combate Movimento e Manobra e Informações.

IV. A DOUTRINA NACIONAL

A Publicação Doutrinária do Exército 3-00 de 2012 (PDE 3-00) coloca as funções de combate como um elemento doutrinário central. Os comandantes aplicam o potencial de combate, somatório de todas as capacidades que uma força militar aplica num dado momento, através das funções de combate. As funções são o movimento e manobra, comando-missão, informações, fogos, proteção e apoio de serviços, sendo a liderança e a informação como multiplicadores de todos os outros elementos (PDE 3-00; 2-22).

O movimento e manobra é constituído pelas tarefas e sistemas que movimentam forças para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo. Os fogos e o combate próximo são inerentes à manobra (PDE 3-00; 2-22). A função de combate informações é composta pelas tarefas e sistemas que facilitam a compreensão do ambiente operacional, inimigo, terreno e considerações de âmbito civil, sndo um das atividades as Informações, Vigilância e o Reconhecimento (IVR) (PDE 3-00; 2-29).

A PDE 3-00 não define os elementos em combate, apoio de combate e apoio de serviços, podendo estes termos surgir com o desenvolvimento do corpo doutrinário. Assim, para análise destes conceitos, utiliza-se o RC-Operações de 2005, que define as forças de combate como forças que combinam o fogo e o movimento para se empenharem contra o inimigo. As forças de combate são principalmente blindadas (carros de combate e infantaria mecanizada), não-blindadas (infantaria ligeira e infantaria aeromóvel), reconhecimento (aéreo e terrestre), helicópteros de ataque ou armados (RC – Op: 2-3). As unidades blindadas ligeiras podem ser empregues em missões de segurança e de reconhecimento. O manual também refere que as missões fundamentais das unidades de reconhecimento são o reconhecimento a segurança, podendo conduzir operações em economia de forças.

Tomando como exemplo o Esquadrão de Reconhecimento (ERec) da Brigada Mecanizada, de acordo com o seu QO (número 24.0.05) aprovado em 29Jun09, a

Unidade é caracterizada (no ponto 6. Tipologia da Força) como um sistema de manobra, caraterizado pelo emprego de forças em missões de reconhecimento e segurança, podendo ser empregue em economia de forças.

V. CONCLUSÕES

A sistematização do tipo de Unidades em determinadas classificações é entendida como um exercício académico. No meu ponto de vista, mais importante é definir claramente para que servem, qual o emprego operacional dessas Unidades.

As Unidades de Reconhecimento terrestres do Exército dos EUA (Grupos de Reconhecimento das Brigadas) são forças, na sua generalidade, que contribuem para as funções de combate Informações e Movimento e Manobra. Uma das principais alterações foi o foco nas missões de reconhecimento, primariamente. Para além disso, nas missões de reconhecimento, o emprego não pressupõe o combate pela informação (podem-no fazer, mas não é essa a filosofia de emprego), sendo para o efeito empregues equipamentos tecnologicamente evoluídos, como sensores (por exemplo, LRAS3 – Long Range Acquisition Scout Sistem), que salvaguardam recursos, e que teoricamente possibilitam obter informação sem combater. Este tema merece ampla discussão por ser discutível se a tecnologia consegue atingir a eficiência e eficácia pretendida relativamente à obtenção de informações.

As unidades de Reconhecimento nacionais continuam a manter as missões típicas das Unidades de Reconhecimento, nomeadamente o reconhecimento, a segurança e a economia de forças, sendo capazes de manter um dos princípios fundamentais e característicos destas unidades, a flexibilidade. São unidades de combate porque, estreitam o contacto com o inimigo, combatendo se necessário, e não apenas em autodefesa. Pertencem à FC Movimento e Manobra, porque movimentam as suas forças para alcançar uma posição de vantagem em relação ao inimigo, empregando fogo direto e movimento, e contribuem também para a função de Combate Informações.

No meu ponto de vista, considero que é difícil abordar temas como o reconhecimento *pull*, ou filosofias de emprego de forças baseados na descentralização e iniciativa aos pequenos escalões, sem Unidades de reconhecimento treinadas e equipadas para estreitarem contacto com o inimigo, e se necessário que combatam pela informação, independentemente se equipados com viaturas M11 ou M113.

Também considero que não será possível abdicarmos de uma filosofia assente nas capacidades dos Homens (atiradores exploradores com iniciativa, que estreitam combate para obtenção de informações, por exemplo) para outro tipo de filosofia de emprego assente em unidades equipadas com tecnologia de ponta (UAV, UAG, etc), face aos nossos tradicionais recursos.

Porque tendencialmente se opta por adotar alguns conceitos da doutrina do Exército dos EUA, na minha opinião, a organização e missões das nossas Unidades de Reconhecimento deveriam permanecer as mesmas, porque o princípio da flexibilidade é importante manter (principalmente em exércitos de recursos escassos) e porque é muito discutível se, mesmo com toda a tecnologia que exército dos EUA dispõe, a tecnologia é suficiente para que não seja necessário combater pela informação.

NOTAS

1 Tradução livre de "Information and Inteligence".

2 Tradução livre de "*Force Elements*"

3 "A reconnaissance element that is primarily tasked with provision of battlefield information has a combat support role".

4 One with a more aggressive task, such as guarding another force's flank, has a combat role

5 Tradução livre de " Reconnaissance Squadron/ Heavy Brigade Combat Team)..

6 Tradução livre de Heavy, Stryker e Infantry, respetivamente.

7 O FM no que se refere a Op Segurança é explicito que o GRec executa vigilâncias

8 Entenda-se equipada com viaturas blindadas de lagartas.

Seminário: "A Equitação Militar e a Formação"

Teve lugar em 03 de Maio de 2012, no Auditório da Escola Prática de Cavalaria (EPC), o Seminário da EPC subordinado ao tema "A Equitação Militar e a Formação". Como vem sendo hábito este evento foi planeado e realizado em conjunto pela EPC e pela Associação da Revista da Cavalaria.

A finalidade da edição de 2012 do Seminário foi refletir e debater sobre a Equitação Militar, atendendo à formação dos novos Quadros da Arma de Cavalaria.

O evento foi presidido pelo Exmo. TGEN Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Director Honorário da Arma de Cavalaria, dando eco à importância do tema.

O Seminário foi organizado em dois painéis: "A Equitação Militar na Formação Inicial dos Quadros" (Painel 1), e "A Equitação Militar na Formação dos Quadros da Arma de Cavalaria e dos Formadores" (Painel 2), os quais foram antecedidos por uma apresentação de enquadramento a cargo do Cor Cav Manuel Eugénio Moreira de Carvalho Telles Grilo, na situação de reforma.

A Mesa de Honra para a abertura foi composta pelo Exmo Comandante da EPC, Cor Cav Vítor Manuel Meireles dos Santos, a quem couberam as honras da abertura da sessão, pelo Diretor da Revista de Cavalaria, TCor Cav Miguel Freire e pelo Exmo. Diretor Honorário da Arma de Cavalaria, TGEN Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros.

O 1º Painel teve como moderador o TCor Cav António Manuel de Almeida Domingues Varregoso, e nele participaram como oradores: Maj Cav José António Carvalho de Sousa Rosa, da Escola de Sargentos do Exército (ESE), que abordou o tema "A Equitação Militar na Formação Inicial dos Sargentos dos Quadros" e o Maj Cav Luís Carlos Gomes da Silva, da Academia Militar (AM), abordando o tema "A Equitação Militar na Formação Inicial dos Oficiais dos Quadros".

Já o 2º Painel foi moderado pelo Cor Cav Manuel Maria Pinheiro das Neves Veloso, tendo como oradores: Cap Cav Jorge Rodrigues dos Santos, da EPC, que abordou o tema "A Equitação Militar na Formação dos Quadros da Arma de Cavalaria" e o TCor Cav José Pedro Carmo Costa, abordando o tema "A Equitação Militar na Formação dos Formadores de Equitação Militar-Modelo em Vigor".

Do conjunto das comunicações realizadas e do debate que se lhe seguiu foram apresentados argumentos e contra-argumentos que alimentaram uma ideia final que não sendo facilmente sistematizada pode ser articulada em duas partes: uma primeira que constitui certezas consensuais e uma segunda cujos

SOIS
EPC

aspetos não sendo conflituais requerem maior convergência para uma concretização capaz;

Certezas:

"A Equitação Militar como escola de valores morais e atitude física". A equitação militar continua a ser uma escola de formação para o desenvolvimento de valores morais e qualidades de liderança tão importantes na formação de base dos jovens Oficiais e Sargentos do Exército Português;

"A formação de base atual nos cursos da AM e da ESE é demasiado curta". O tempo curricular e os recursos disponibilizados tanto na AM e na ESE são escassos e, por essa razão, podem pôr em causa os próprios objetivos aceites como consensuais e necessários. A situação é mais delicada no caso da ESE;

"É na formação de base que se deve estruturar todo o edifício da Equitação Militar". O investimento em tempo e recursos deve ser coerente com os objetivos de formação que se prolongam e refletem no corpo de Oficiais e Sargentos e na consolidação do imenso património equestre materializado pela Escola de Mafra;

"Património da equitação". O Exército é o detentor do imenso património da equitação militar, saber acumulado por inúmeras gerações de cavaleiros, e que é hoje materializado pela Escola de Mafra.

Necessidade de Maior Convergência:

"Modelo de formação de base". Atualmente os modelos praticados na AM e ESE diferem não só na carga curricular mas também na questão da avaliação. As questões que se colocam é saber se os conteúdos devem orientar-se pelo "sistema civil" de qualificação por "selas" e se a

avaliação, a existir, deverá, também, orientar-se por esse sistema;

"Modelo de formação dos Formadores". À semelhança da formação base, também na formação dos formadores se coloca a questão de regularizar a formação por uma matriz exclusiva da Escola Nacional de Equitação, ou se se deve procurar conciliar a especificidade da equitação militar com a dinâmica civil, correndo o risco de não se conseguir nem uma nem outra;

"Objetivos da equitação militar". Não existem dúvidas quanto aos objetivos intemporáveis da equitação enquanto escola de valores, a questão que carece convergência é saber como melhor se podem rentabilizar os poucos recursos (humanos, materiais, etc.) por forma a cumpri-los e a garantir a preservação e difusão do imenso património equestre que o Exército detém já que os recursos não estão ajustados às obrigações morais que o Exército tem nesta matéria.

O Seminário da EPC terminou com a Sessão de Encerramento a cargo do Exmo. Diretor da Arma de Cavalaria, TGEN Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros.

FABRICO DE VASTA GAMA DE ARTIGOS PARA:

CAVALARIA • AGRICULTURA • ENCERADOS

CORREARIA DO OESTE
JOSÉ AUGUSTO FILIPE

Rua 25 de Abril, 41 A 2665-201
MALVEIRA - PORTUGAL
TELEF./FAX: 00 351 21 986 27 60
E-MAIL: lmmferreira@mail.telepac.pt
SITE: www.correariaoeste.com

Equitação Militar
Formação de Formadores

No meu modesto entender, o Exército deve adequar urgentemente o Sistema de Formação de Formadores de Equitação Militar à actual conjuntura que a Instituição vive, seja pela falta de recursos financeiros seja, a que mais me preocupa, pela falta de experiência equestre e de capacidade dos potenciais formandos para atingirem os objectivos pretendidos.

Não obstante o avultado prestígio nacional e internacional da "Escola Militar de Equitação", mundialmente conhecida pela "Escola de Mafra", reconhecido por todos quantos puderam testemunhar, tanto o desempenho dos cavaleiros do Exército em provas nas diversas modalidades olímpicas, como as inúmeras apresentações da "Reprise da Escola de Mafra" nos mais prestigiados eventos, o Exército deixou de ser, desde 1995, a única escola de formação de formadores de equitação, que formou os Monitores, Instrutores e Mestres em Portugal.

O repentino crescimento do número de novos cavaleiros civis e a conjuntura nacional que passou a obrigar todas as instalações desportivas a disporem de um Responsável Técnico que, no caso dos Centros Hípicos de Equitação Geral, deveriam ter, no mínimo, o grau II (Monitor de Equitação), levou a que a Federação Equestre Portuguesa (FEP) criasse inicialmente um departamento de formação ao qual atribuiu a designação interna de Escola Nacional de Equitação (ENE), que se veio a autonomizar juridicamente em Março de 2005, garantindo a indispensável unidade de doutrina, ao mesmo tempo que a necessária descentralização dos locais de formação, através da constituição de Pólos de Formação distribuídos por todo o país.

TCOR Cav CARMO COSTA
Reserva

Neste contexto, em 27 de Março de 2009 foi celebrado o Protocolo de Cooperação entre o Centro Militar de Educação Física e Desportos e a Escola Nacional de Equitação, com o objecto de estabelecer as bases de cooperação entre as duas instituições "no âmbito da formação e certificação de docentes, técnicos e demais agentes desportivos de equitação, em especial dos quadros do Exército, assumindo o CMEFD a função de pólo institucional da ENE".

A ENE é membro da Educational Equestrian Network (EEN), uma rede criada em 1999 por algumas Escolas Equestres da Europa, em cujo requisito para a aceitação como membro é essencialmente a qualidade do ensino ministrado nas mesmas, e cuja finalidade é a de melhorar a educação equestre, através da troca de informação sobre as metodologias utilizadas e novos projectos desenvolvidos por cada uma das escolas, promovendo também a troca directa de alunos e professores entre as mesmas. Estas escolas, através da Rede, estão a fazer a adaptação dos seus cursos ao EQF[1], no sentido de cumprir os prazos estipulados por cada um dos países.

O modelo de formação de professores de Equitação em uso no nosso Exército, até há poucos anos, era um modelo herdado do modelo francês, por influência da então Escola de Cavalaria de Saumur[2] trazida pelos cavaleiros Fernando Paes e Reymão Nogueira depois de nela terem frequentado o Estágio para Mestres, e pelo Cap Saint' André quando leccionou em Mafra no princípio da década de 50.

Este modelo foi também o modelo nacional, uma vez que foi o Exército que formou, até 1995, todos os professores de Equitação em Portugal.

A carreira de formadores na área de equitação era então subdividida em duas subcarreiras:

- Dois níveis para Oficiais – Instrutor e Mestre (Curso de Aperfeiçoamento de Equitação)
- Um nível para Sargentos – Monitor

O Sargento Monitor destinava-se essencialmente a ocupar cargos de enquadramento dos Tratadores Hipo e ministrar instrução de equitação aos mesmos, assessorar a gestão das Secções de Equitação das Unidades e a chefiar diligências para competições.

O que é que veio alterar este modelo?

Portugal, através da FEP, passou em 1995 a integrar o International Group for Equestrian Qualification (IGEQ), que tem como objectivo a normalização da formação equestre entre os países que integram este grupo (o que acontece com quase todos os países europeus).

De toda esta evolução e adaptação dos referenciais e respectivo

quadro de qualificações, decorre do facto de a carreira de formador na área de equitação ter que obedecer a um percurso progressivo, começando pela qualificação mais baixa (Instrutor de Nível I), até à qualificação mais elevada (Instrutor de Nível IV), passando obrigatoriamente pelos graus intermédios, ainda com a obrigatoriedade da necessária experiência formativa e pedagógica entre cada um dos graus[3].

O Programa Nacional de Formação de Treinadores imposto pelo Decreto-Lei n.º 248-A/2008 de 31 de Dezembro, cuja implementação está a cargo do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)[4], desde 2009, veio obrigar precisamente ao que já estava estabelecido pelo IGEQ, não permitindo o "salto" de patamares, impondo ainda, para a obtenção da respectiva certificação, a necessária experiência pedagógica através de estágio tutorado.

Embora os referenciais dos cursos de equitação ministrados no Exército fossem, no que respeita aos objectivos pedagógicos, equivalentes aos constantes no Programa Oficial de Formação de Formadores e Técnicos de Equitação (POFFTE) da FEP e actualmente permitissem o acesso de formandos de ambas as categorias a qualquer das qualificações, continuava-se a separar o acesso às mesmas consoante a categoria do formando: os Sargentos frequentavam o curso de monitor (após a qualificação como Ajudante de Monitor) e os Oficiais o de Instrutores (também após a qualificação como Ajudante de Monitor), embora estes sejam apenas certificados como Monitores pela FEP, por não cumprirem os requisitos definidos naquele POFFTE.

Com efeito, até há poucos anos atrás, a FEP reconhecia e validava as qualificações de todos os militares e civis que se qualificavam no CMEFD, tendo deixado de o fazer a partir do momento em que o POFFTE entrou em vigor, e os Oficiais continuaram a frequentar o curso de Instrutor militar sem terem sido, antes disso, qualificados como Monitores, mas apenas como Ajudantes de Monitor.

Fruto disto, os Oficiais que frequentavam com aproveitamento o Curso de Instrutores de Equitação e os Sargentos que frequentavam com aproveitamento o Curso de Monitores de Equitação no CMEFD, eram ambos certificados pela FEP como Monitores de Equitação.

As desvantagens desta prática, quanto a mim, e depois de sondar a opinião de muitos dos visados por este sistema, são as seguintes:

- O nível de exigência solicitado a formandos que não estão em condições de lhe corresponder;
- A consequente desmotivação dos formandos, pelos sucessivos insucessos na conquista dos objectivos impostos, durante a frequência do curso;
- A consequente desmotivação dos formandos pelo não reconhecimento da sua qualificação pela FEP, IGEQ e IPDJ;
- A confusão inerente à certificação com o nível 2 pela FEP e o nível 3 pelo Exército, com as consequências que daí poderão advir…

Quais as vantagens deste sistema?

- Confesso que, por muito esforço que faça, não as consigo identificar.

Os Quadros Orgânicos de Pessoal das U/E/O nas quais se ministra equitação ou onde são realizadas actividades equestres prevêem qualificações específicas, definindo o grau de qualificação exigido para cada cargo, sendo que os Oficiais são Instrutores ou Mestres, e os Sargentos, Monitores. Esta matriz correlaciona directamente os cargos de gestão e funcionais de um órgão com o grau

de qualificação para a formação na área da equitação, o que não será de todo necessário, uma vez que o grau de docência nada terá a ver com a capacidade de gestão/chefia de um órgão, limitando os Sargentos ao grau de monitor. Tal situação poderá ser redutora dado que os Sargentos que demonstrem qualidades técnicas e pedagógicas para se qualificarem em graus superiores, ou não lhes é dada a possibilidade de qualificação, ou fica-lhes vedada a colocação naqueles órgãos.

Como concluiu o Tenente-General Mário de Oliveira Cardoso no Seminário ocorrido em 16 de Maio, na Academia Militar: "***A ESTRUTURA DE TÍTULOS ACADÉMICOS DEVE SER PARALELA E COMPLEMENTAR, NÃO DEVE SER INDEXADA AOS POSTOS***".

Que formação e prática Equestre têm actualmente os alunos do Curso de Formação de Sargentos e da Academia Militar?

Na Escola de Sargentos do Exército os alunos só frequentam um ano lectivo, sendo que a Equitação constitui-se como um módulo da disciplina de Educação Física, com

apenas 13 horas lectivas disseminadas por todo o ano lectivo. As turmas são, normalmente, de 28 a 30 alunos, mas são divididas ao meio para as aulas de Equitação e de Esgrima, ficando cada subturma com 14 a 15 alunos.

No entanto, o número de cavalos disponíveis na ESE tem sido em média oito, o que não permite, caso se pretendesse, aproveitar ao máximo os 50 minutos de cada aula.

Os objectivos da Equitação na ESE não podem ir além do contacto com o cavalo através de algumas noções de maneio, e desenvolver, através do volteio, o à-vontade, flexibilidade, destreza, ligação ao movimento, alguma solidez e coragem (pelo facto de vencerem medos inerentes à prática de volteio). A colocação em sela e a condução de um cavalo a passo, trote e muito menos a galope, são objectivos que ficam bastante longe de serem alcançados.

Para os alunos do Curso de Formação de Sargentos de Cavalaria, a prática de Equitação intensifica-se no 2º ano na EPC, onde praticam, durante todo o ano lectivo e, praticamente, todos os dias.

Na Academia Militar, a situação não é muito melhor.

Com a desculpa abusiva da implementação do acordo de Bolonha, porque tudo o que vem da Europa é bom, todo o ensino superior sofreu uma "adaptação" à medida de conveniências e facilitismos cujos resultados só iremos "provar" daqui a alguns anos. Mas talvez nessa altura já seja tarde para corrigir e evitar as respectivas consequências.

No nosso Exército, a Academia Militar resolveu obedecer cegamente às indicações que recebeu, e deitou fora décadas de experiência a ensinar e formar bem os quadros das Armas e Serviços. Não só os alunos escolhem a Arma ou Serviço apenas no último ano (4º ano), como com o pretexto e preocupação de frequentarem o mestrado integrado, perderam metade do tirocínio nas respectivas Escolas Práticas, para ficarem a fazer um trabalho de investigação, que os obrigam a apresentar em forma de tese.

E que grandes teses eu tenho visto: para um aluno de Administração Militar, a tese era sobre o sistema de gestão dos bares das Unidades e Órgãos do Exército… para regozijo de alguns que se deleitam ao anunciarem que os nossos alunos até saem "MESTRES" da Academia Militar.

Com isto, deitaram fora a possibilidade de arreigar e estreitar laços tradicionais e característicos de cada Arma e Serviço, logo a partir do 2º ano, o que na Arma de Cavalaria também se traduz em muito reduzida prática de Equitação durante o percurso académico dos alunos de Cavalaria, que normalmente e salutarmente costumavam arrastar consigo também alunos de outras Armas e Serviços.

O Tirocínio ficou assim reduzido a praticamente metade, que é o que a EPC agora dispõe para fazer dos alunos que saem desta Academia, Cavaleiros, com todos as competências, valores e espírito que sempre defendemos e queremos para a nossa Arma.

Assim sendo, os Aspirantes Tirocinantes, antes de entrarem para o Quadro, tiveram prática de Equitação no 2º e 4º anos da Academia Militar e alguns meses no TPO…

Esqueci-me de acrescentar que as turmas do 2º ano têm em média 30 alunos e frequentam as aulas de equitação todos ao mesmo tempo…

Não teria sido possível à Academia Militar não estragar o que estava feito e aferido, bastando apenas acrescentar o que fosse necessário para cumprir os requisitos impostos pela ANES?

Perante este panorama, que pressupostos devem ser tidos em conta?

O Exército pretende que:

1. As qualificações dos seus formadores (Oficiais e Sargentos), na área da Equitação, sejam equiparadas às qualificações dos formadores nacionais e europeus, certificados por uma entidade acreditada, assegurando:

a. A equiparação da qualidade e das competências dos seus formadores?

b. A manutenção da credibilidade do Exército como garante da qualidade pedagógica equestre que ao longo de várias décadas soube defender junto da sociedade civil?

c. Que o percurso formativo dos formadores na área da Equitação seja adequado à actual conjuntura da formação inicial dos seus Quadros Permanentes, tornando-a mais progressiva e ajustada?

2. Os Sargentos possam obter qualificação de docência superior à dos Oficiais que os chefiam, sendo essa qualificação independente da relação de chefia/gestão do órgão técnico da relação técnico/pedagógica (a gestão/chefia de um órgão não obriga a que todos os colaboradores tenham grau académico mais baixo do que o do gestor/chefe, mas obriga-se a que este tenha as competências necessárias ao seu desempenho de chefia/gestão daquele órgão[5])?

Existe ainda vantagem em qualificar o mais possível todos os colaboradores, tendo em vista a melhoria da qualidade da formação ministrada?

As implicações do denominado Processo de Bolonha no curso de Cavalaria da Academia Militar e no Tirocínio para Oficial de Cavalaria levaram a EPC a realizar um workshop em 25 e 26Mai09, no qual foram identificados os problemas a equacionar relativos à formação equestre dos quadros do Exército, nomeadamente no que respeita aos futuros Oficiais e Sargentos, onde foram levantadas possíveis soluções, as quais ficaram registadas nas respectivas conclusões. Deste workshop, relativamente à Equitação, ressalva-se o seguinte:

1. É fundamental identificar as competências indispensáveis a adquirir pelos futuros Oficiais Subalternos de Cavalaria;
2. Devem-se ajustar os conteúdos programáticos das unidades curriculares específicas da cavalaria, quer da AM quer do TPO Cav, de forma a atingir os objectivos de habilitação estabelecidos e de acordo com a calendarização superiormente aprovada;
3. Deve-se ter em conta a necessidade de formação contínua dos Oficiais Subalternos de Cavalaria, de forma a complementar a formação inicial e habilitá-lo para o desempenho de cargos específicos das unidades de cavalaria;
4. **A Equitação no final do TPO Cav deve possibilitar a obtenção da sela 4 e o Curso de Ajudantes de Monitor, com o apoio do CMEFD**;
5. A formação do oficial subalterno em equitação deve ser estimulada através da frequência de acções de formação a realizar pelo CMEFD.

Posto isto, permitam-me atentar algumas propostas que considero oportunas, face à actual conjuntura:

1. Um sistema de formação e de aquisição de competências progressivo iria permitir atingir objectivos semelhantes aos "antigos" e aos actualmente em vigência a nível nacional – com mais tempo de formação, seja ela formal e presencial, seja em contexto de trabalho, desde que devidamente tutorada[6];
2. Seria necessário a garantia da qualificação/certificação no 1º Grau durante o 2º Ano do CFS e no TPO, orientando a formação de equitação na EPC para aquela qualificação, propondo no final a exame, no CMEFD, os formandos que apresentarem condições de se qualificarem como Ajudante de Monitor;
3. Garantir que o 2º Grau é a base de formação equestre e de formação para aqueles que tenham conseguido manter uma prática de equitação, tanto desportiva como pedagógica, significativa, frequentando em Mafra um curso de um mínimo de 9 meses;
4. "Aliviar" a formação nos níveis 3 e 4 (Instrutor e Mestre), transformando os actuais cursos em cursos fraccionados, garantindo ao mesmo tempo que a formação em contexto de trabalho seja devidamente tutorada;
5. A angariação de formandos para os cursos deixe de ser feita nos actuais moldes (cativação de vagas pelas respectivas U/E/O), mas por oferecimento dos próprios candidatos, excepto para o nível 4 (Mestre) que deve continuar a ser feito por proposta/convite da CTER;
6. Que a CTER passe a orientar e a "gerir" a carreira dos formadores, coordenando com as U/E/O, os responsáveis pela instrução de equitação da AM e da ESE, o CID e a DARH a nomeação dos formandos para cada um dos cursos.

Apesar da actual conjuntura não nos facilitar a concretização dos objectivos a que nos propomos, é possível e está ao nosso alcance garanti-los.

Basta que não baixemos os braços e sejamos criativos no encontro de soluções.

Mas é urgente tomar medidas concretas e pô-las eficientemente em prática!

NOTAS

1 European Qualificaton Frammework.

2 A Escola de Saumur é desde o início dos anos 1980, a Escola Nacional de Equitação Francesa, que se fundiu em 2009 com a Coudelaria Nacional e passaram a constituir o Instituto Francês do Cavalo, dependendo do Ministério da Agricultura. A Escola Militar de Equitação estabeleceu-se em Fontainebleu. Hoje, Saumur conta com 42 Instrutores de Equitação, dos quais 7 são militares ali colocados em diligência.

3 As nomenclaturas de Ajudante de Monitor, Monitor, Instrutor e Mestre de Equitação conferidas aos níveis ou graus aqui referidos, só são utilizados em Portugal, pois nos restantes países, todos os formadores designam-se como "instrutores", do nível respectivo.

4 Antigo Instituto do Desporto de Portugal (IDP).

5 Caso o Exército exigisse que o cargo de chefia obrigasse ao maior grau de qualificação a quem o ocupa, na Academia Militar seria necessário que o Tenente-General Comandante fosse, no mínimo, doutorado.

6 A tutoria seria assegurada por um Instrutor (de nível 3 ou superior) colocado na mesma U/E/O ou que se deslocasse periodicamente à mesma, que, sob a orientação do Director de Curso do formando, lhe definisse objectivos parciais e o orientasse no trabalho a desenvolver com o(s) cavalo(s) da(s) respectiva(s) disciplina(s) e a assegurasse a consecução desses mesmos objectivos.

Regimento de Lanceiros 2, Calçada da Ajuda
1349-054 LISBOA
revistadacavalaria@gmail.com

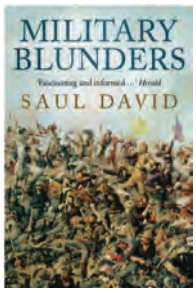
LISTA DE LEITURA PROFISSIONAL DA REVISTA DA CAVALARIA 2012-2013

Todos os anos, em muitos exércitos de países nossos aliados na NATO, e com o patrocínio dos respectivos generais Chefes de Estado-Maior, são emitidas listas de livros que pela sua pertinência, intemporalidade e importância constituem excelentes ferramentas de trabalho para o desenvolvimento ético e profissional de todos os "profissionais de armas", independente do posto. No ano 2008-09 a Direcção da Revista da Cavalaria lançou-se num objectivo semelhante.

Nesta quarta Lista de Leitura Profissional (2012-2013) pretende-se, uma vez mais, sensibilizar e contribuir para a divulgação da importância da leitura – mas também a visualização de documentários – enquanto ferramenta para o desenvolvimento individual de cada um. Mantivemos a organização das obras propostas (reflectindo tanto quanto possível as novidades editoriais) por cinco grandes temas: História Militar; Biografia; Táctica; Estratégia/ Contra subversão e Liderança Militar. As obras em língua inglesa continuam incontornáveis. Boas leituras!

A Direcção da Revista da Cavalaria

HISTÓRIA MILITAR



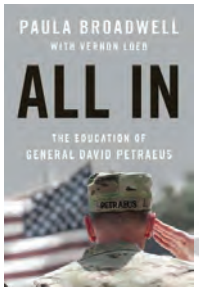
Título: Military Blunders
Autor: Saul David
Editora: Constable & Robinson Ltd, 2012
Língua: Inglesa

O autor percorre alguns dos mais dramáticos erros cometidos em operações militares organizando-os pelo que considera as suas principais causas: impreparação para o comando; planeamento deficiente; intromissão política; confiança desajustada e falhas na execução. Esta edição revista de 2012 (a primeira data de 1997) aborda algumas operações das últimas décadas. Porque se pode aprender muito com os erros dos outros, este livro é um mundo de sabedoria.

Título: Os fantasmas do Rovuma
Autor: Ricardo Marques
Editora: Oficina do Livro, 2012
Língua: Portuguesa

É principalmente com os erros que se aprende, para que as derrotas não se repitam. Desta campanha, no norte de Moçambique de 1916 a 1918, de positivo, restou-nos os inúmeros actos de bravura, heroicidade, estoicismo e camaradagem do soldado português. A leitura do livro faz-se num folgo porque o autor imprime um ritmo vivo com as inúmeras transcrições de quem lá esteve e sofreu na pele. Quase parece que o leitor está no norte de Moçambique, junto ao rio Rovuma.

BIOGRAFIAS



Título: All In: The Education of General David Petraeus
Autor: Paula Broadwell; Vernon Loeb
Editora: Penguin Group, 2012
Língua: Inglesa

O livro aborda a educação do General David Petraeus ao longo da sua vida, em particular as influências sobre a sua carreira militar. Desde a família até aos vários comandantes sob os quais serviu e subordinados com quem trabalhou, são várias as personagens, instituições e momentos que produziram impacto sobre o militar e a sua conduta futura. De leitura obrigatória para perceber o homem, o militar e o general que comandou as operações decisivas no teatro de operações do Iraque e que procurou imprimir um novo rumo no Afeganistão.

Título: Memórias políticas. Um pouco do que vivi
Autor: General Garcia dos Santos
Editora: Bertrand Editora, 2011
Língua: Portuguesa

O General Garcia dos Santos escreveu as suas memórias políticas e estas merecem uma leitura atenta principalmente pelas gerações mais novas, pois sendo um dos principais protagonistas do exército Português no período pós-25 de Abril permite uma melhor compreensão deste conturbado período, principalmente no âmbito das relações politico-militares.

TÁCTICA

Título: Main Battle Tank
Autor: Niall Edworthy
Editora: Penguin Books, 2011
Língua: Inglesa

O autor, que é jornalista também, conduziu inúmeras entrevistas aos militares do *Royal Scots Dragoon Guards*, unidade de Carros de Combate da 7ª Divisão Blindada que em 2003, conjuntamente com forças americanas, invadiu o Iraque. O livro é interessante pois conduz-nos para o universo, em desuso, das operações de grande envergadura com unidades blindadas em áreas urbanas.

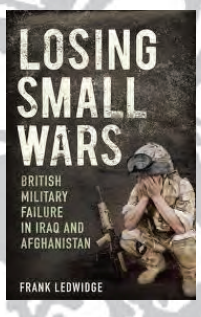
Título: Elementos de Táctica
Autor: José Carlos Calçada
Editora: IAEM, 1998
Língua: Portuguesa

A obra tem catorze anos e já foi revista na Revista da Cavalaria (Nº14, p.32-33), mas a intemporalidade do Elementos Essenciais da Táctica aqui apresentados merecem uma nova leitura, precisamente quando passado o entusiasmo frenético do impacto das tecnologias na forma de fazer a guerra se conclui, consequências das operações em curso no Afeganistão, que as acções tácticas continuam a ser o núcleo duro das operações militares.

CONTRA-SUBVERSÃO

Título: Da Estratégia
Autor: António Martins Barrento
Editora: Tribuna Ltd, 2012
Língua: Portuguesa

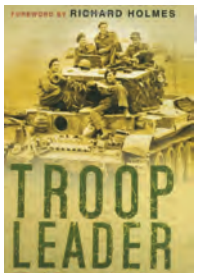
O General Barrento condensa nesta obra o elementar da arte e ciência que é a Estratégia, acrescentando-lhe "apontamentos históricos, alguma vivência do ambiente estratégico e reflexões pessoais". O resultado é uma obra de referência pela sistematização e conteúdos apresentados e, por isso, um livro obrigatório para oficiais superiores e, porque não, capitães subalternos e sargentos que são os comandantes estratégicos dos baixos escalões.



Título: Losing Small Wars: British military failure in Irak and Afghanistan
Autor: Frank Ledwidge
Editora: Yale University Press, 2011
Língua: Inglesa

Um livro muito crítico sobre a atuação das Forças Armadas Britânicas nos conflitos recentes no Iraque, em Bassorá e no Afeganistão, em Helmand. Aborda e analisa as razões do "fracasso". Na segunda parte faz uma leitura política e estratégica sobre a organização e funcionamento das FA do Reino Unido. A análise centra-se no nível "operacional" facto muito raro, uma vez que geralmente só lemos análises políticas e estratégicas ou então ao nível táctico.

LIDERANÇA MILITAR



Título: Troop Leader
Autor: Bill Bellamy
Editora: Sutton Publishing, 2005
Língua: Inglesa

É pelo seu percurso de vida que o autor nos leva ao longo da sua carreira como subalterno no 8th *King's Royal Irish Hussars* de 1944-45 no Teatro de Operações europeu. Todas as dimensões desta vivência são relatadas de uma forma sincera e desprendida dando-nos uma imagem real da vida em operações nos baixos escalões onde as relações humanas são determinantes.

Título: Command Culture
Autor: Jorg Muth
Editora: University of North Texas press, 2011
Língua: Inglesa

Trata-se de um estudo comparativo sobre a formação dos oficiais do Exército Americano e do Exército Alemão, durante a primeira metade do século XX, e o consequente desempenho desses exércitos na 2ª Guerra Mundial. (Ver RevCav Nº24 e 25, p.52).

A Direcção da Revista da Cavalaria agradece os contributos de:
- TCor Inf Lemos Pires;
- TCor Cav Marcos de Andrade;
- Maj Cav Jorge Henriques.

E ACTIVIDADES DAS UNIDADES RESENHA DE ACTIVIDADES DAS UNIDADES RESENHA DE ACTIVIDADES DAS UNIDADES RESENHA DE

Regimento de Lanceiros nº 2

VISITA DO 39º CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DE CAVALARIA

No âmbito das visitas de estudo dos alunos do 39º CFS CAV com vista a ter contacto com U/E/O do Exército, coube ao RL2 ser visitado em 29MAR12 e mostrar aos Alunos as suas valências, meios disponíveis e respetivas formas de emprego.

A delegação foi constituída por 2 Instrutores (1 Oficial e 1 Sargento), 16 Sargentos-Alunos do 39º CFS CAV.

Do programa constou a apresentação de cumprimentos na Sala das Armas, visita à Coleção Visitável do RL2, Briefing sobre as possibilidades do RL2 e as capacidades de Polícia do Exército, visita à exposição estática na Parada Marechal Carmona integrando viaturas, armamento e equipamento do Grupo de Polícia do Exército.

Seguidamente a delegação almoçou na respetiva Messe onde confraternizou com os camaradas Lanceiros.

CERIMÓNIA DE DESPEDIDA E ENTREGA DE LEMBRANÇA

Em 03 de Abril Setembro de 2012, perante Formatura Regimental, na Parada Marechal Carmona do Regimento de Lanceiros N.º 2, realizou-se uma pequena cerimónia de despedida da Tenente RC PE, Cristina Aurélio que passou à situação de disponibilidade, após prestar serviço no RL2 durante 6 anos e 07 Meses.

O Exmo. Comandante efetuou a entrega de um Capacete de Oficial de Lanceiros, como lembrança e sinal de apreço e amizade de todos os Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Civis do Regimento, efetuando os votos das maiores venturas no seu regresso à vida civil.

APRONTAMENTO DE COMPANHIA DE POLICIA MILITAR

Desde Janeiro de 2012 o Regimento de Lanceiros N.º2 apronta uma Companhia de Polícia Militar (MPCoy), em virtude da participação do Exército Português na NRF 2013. Com um efetivo de cerca de 90 militares, a MPCoy/NRF2013 integrará as Joint Theatre Troops/IRF, com capacidade para garantir adequada flexibilidade para o cumprimento dos requisitos operacionais da missão, no quadro das responsabilidades cometidas a esta Companhia. O aprontamento decorrerá em duas fases, sendo o primeiro semestre de 2012 destinado ao treino nacional e o segundo semestre ao treino internacional da força. A fase de stand-by decorrerá durante o ano de 2013.

APRONTAMENTO DA UNFP/KAIA/ISAF

Desde 10 de Abril de 2012 o Regimento de Lanceiros N.º 2 apronta a Unidade de Force Protection que vai integrar o 4º Contingente Nacional no Afeganistão. Com um efetivo de cerca de 60 militares sendo um Pelotão de Fuzileiros Navais e outro de Policia do Exercito, a UNFP/KAIA/ISAF, terá como principal missão a segurança do Aeroporto de Kaia, com capacidade para garantir adequada flexibilidade para o cumprimento dos requisitos operacionais da missão, no quadro das responsabilidades cometidas a esta Companhia.

XIV CONCURSO DE EQUITAÇÃO

O Regimento de Lanceiros N.º 2 realizou no passado dia 02 de Junho o seu XIV Concurso de Equitação. O evento foi presidido pelo Exmo. General António Eduardo Queiroz Martins Barrento e contou com a presença do Exmo. Tenente-General Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Mui Ilustre Diretor Honorário da Arma de Cavalaria.

O Concurso integrou duas Provas de Obstáculos, uma Prova Pequena que contou com a participação de 58 conjuntos e uma Prova Especial Tipo "Derby" com participação de 34 conjuntos, em representação de várias Unidades do Exército e da Guarda Nacional Republicana.

Os vencedores foram, respetivamente, na Prova Pequena o Cadete Aluno Sérgio Fonseca da Academia Militar, montando Janota, e na Especial Tipo "Derby" o Guarda César Machado do Destacamento de Intervenção de Évora, montando Maroto. A Cerimónia de entrega de prémios teve lugar no espaço da Piscina do RL2, onde o Exmo. Comandante proferiu algumas palavras alusivas ao Desporto Equestre Militar e também de agradecimento pela presença dos Cavaleiros participantes, Convidados e Patrocinadores, a que se seguiu um almoço convívio no Refeitório Geral.

APRONTAMENTO DO AGRUPAMENTO INDIA/BRIGMEC/KFOR

Decorreu no Regimento de Lanceiros N.º 2, no período de 28 de Maio a 01 de Junho de 2012, o Estágio de Controlo de Tumultos e o Estágio de Proteção Pessoal do Agrupamento Índia da Brigada Mecanizada que se encontra atualmente na Fase de apontamento, no âmbito das Forças nacionais Destacadas, com vista à sua projeção para o Teatro de Operações do Kosovo.

Estes Estágios foram frequentados por 24 militares, dos quais 8 Oficiais, 13 Sargentos e 3 Praças do Exército Português.

REGIMENTO DE LANCEIROS Nº 2 PROJECTA FORCE PROTECTION KAIA

No passado dia 16 de Julho de 2012, partiu do Regimento de Lanceiros Nº 2 em Lisboa, rumo ao Teatro de Operações do Afeganistão, a Força que integra o 4º Contingente Nacional para a *"International Security Assistance Force" (ISAF)* e que tem por missão assegurar a Proteção da Força estacionada do Aeroporto Internacional de Kabul (Force Protection KAIA).

A fase de aprontamento conjunto da Força decorreu entre os meses de Abril e Julho no Regimento de Lanceiros Nº 2 e foi vocacionada para as missões específicas a desempenhar em teatro, nomeadamente controlo de acessos e defesa do perímetro.

Finda a fase de aprontamento e certificação da Força, a mesma despediu-se da Unidade mobilizadora, onde perante formatura Regimental o Comandante desejou e manifestou em nome de todos os militares e civis que servem no Regimento de Lanceiros Nº 2, a maiores felicidades no desempenho desta exigente missão.

Regimento de Cavalaria nº 3

CURSO DE LIDERANÇA rYLA 2012

Decorreu no período de 01 a 05 de abril de 2012, o 1ª Curso de Liderança – "RYLA 2012" no Regimento de Cavalaria 3, em parceria com o "Rotary Clube". O curso foi frequentado por 12 jovens, sendo 3 do sexo feminino e 9 do masculino, com idades compreendidas entre os 17 e 24 anos, de várias regiões do pais.

O Regimento de Cavalaria 3 foi responsável por todas as ações inerentes ao apoio e formação dos jovens que frequentaram o 1º Curso de Liderança - "RYLA 2012", que foram colocados à prova nas mais variadas atividades e situações, ao longo desses dias. A semana culminou com formação em ambiente noturno, em plena Serra d´Ossa, onde passaram a noite.

Nesta formação destacam-se inúmeras atividades, como sejam, Provas de Orientação, Treino Físico Militar, obstáculos da pista de 200m, Provas de Situação, Dinâmicas de Grupo, Escalada, Rapel, Volteio a Cavalo, Passeio na Viatura Blindada Panhard M11 e Palestras sobre Liderança.

628º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DOS ATOLEIROS

Decorreram no passado dia 22 de Abril de 2012, no concelho de Fronteira, as cerimónias militares do seiscentésimo vigésimo oitavo aniversário da Batalha dos Atoleiros.

As comemorações desta efeméride tiveram inicio junto ao monumento das Batalha dos Atoleiros, e foi presidida pelo Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, Tenente-General Francisco António Correia.

Seguiu-se uma Parada Militar na Avenida Heróis dos Atoleiros, no centro da vila de Fronteira, presidida por S. Excelência o Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar-Branco tendo também estado presentes diversas entidades civis e militares, das quais se salienta a presença dos Presidentes das Câmaras Municipais de Fronteira, Estremoz, Borba e Sousel e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Artur Pina Monteiro, que muito dignificaram o evento.

A Parada das Forças Militares e Militarizadas, sob o comando de um Oficial Superior do RC 3, era constituída pelo Estandarte Nacional do RC 3 e respetiva Escolta, Banda do Exército, Porta-Estandarte do RC 3, 1 Esquadrão a 2 Pelotões, 1 Pelotão de Infantaria da Guarda Nacional Republicana e cinco Viaturas de Reconhecimento Panhard M11 com as respetivas Guarnições. No final da cerimónia desfilou igualmente uma Bataria de Bocas-de-fogo, da Escola Prática de artilharia, que durante a continência à Alta Entidade efetuou as salvas de artilharia

XXX CNC "DRAGÕES DE OLIVENÇA"

O Regimento de Cavalaria 3 planeou, organizou e levou a efeito no dia 19 de Maio de 2012, nos terrenos da carreira de tiro de Santa Vitória do Ameixial, o XXX Concurso Nacional Combinado – "Dragões de Olivença" 2012, esta edição na Categoria Preliminar e uma prova OPEN.

O XXX CNC "Dragões de Olivença" 2012, na Prova Open contou com a participação de 26 conjuntos e na Prova Preliminar participaram 42 conjuntos, cujas classificações finais foram as seguintes:

Prova Open

1º	CAP CAV CORDEIRO	XISTO DE MAFRA	RC3
2º	SOLD AL VALE	JANOTA DE MAFRA	AM
3º	SOLD RC DUARTE	ZEELMOR	RC3

Prova Preliminar

1º	1SAR CAV CALEJO	ÚLTIMO	USHE
2º	GUARDA MARTINS	URTIGA	USHE
3º	CAP MEDVET MATOS	TÍPICO DE MAFRA	CMEFD
4º	TEN CAV ESTEVES	BARCELONA	USHE
5º	ALF RC FERNANDES	BARDO	RC3

Estiveram presentes, além de outras entidades civis e militares, o Exmo Presidente da Câmara Municipal de Estremoz, Srº Luís Mourinha, o Exmo Diretor Honorário da Arma de Cavalaria, TGen Morais de Medeiros, o Exmo Diretor de Formação MGen Santos Carvalho e o Exmo Presidente do Concurso MGen Pereira Coutinho, os quais, muito nos honrou a sua presença.

Um dos momentos altos do Concurso teve lugar aquando da entrega e doação ao Regimento, das espadas do Exmo Presidente do Concurso, MGen Pereira Coutinho, o qual muito nos sensibilizou e o Regimento de Cavalaria agradece profundamente

EXERCICIO CENTAURO 12

De acordo com o Plano Integrado de Treino Operacional (PITOP) de 2012 da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR), decorreu na região do Campo Militar de Santa Margarida de 28 a 31Mai12, o Exercício CENTAURO 12, onde participou o ERec/BrigRR, com um efectivo total de 60 militares. Para o exercício, esta subunidade foi articulada em: comando, com a secção de comando, um destacamento de comunicações e sistemas

de informações, uma equipa de manutenção, uma equipa sanitária, uma equipa de reabastecimento, 1PelRec o 2PelRec e o PelMortMed.

O exercício teve como finalidade avaliar a proficiência do ERec na execução das tarefas essenciais na condução de operações de reconhecimento e de segurança num teatro de operações de alta intensidade. Para tal teve os seguintes objetivos: planear operações, integradas na manobra de uma unidade Multinacional; projetar o ERec, com o estabelecimento de uma *foward operational base*; conduzir sessões de fogos reais com armamento coletivo do ERec; exercitar e desenvolver a capacidade de planeamento, coordenação, controlo e execução em missões de reconhecimento, vigilância e em operações de evacuação de não-combatentes; garantir o fluxo de informações entre o ERec e o escalão superior; exercitar e avaliar a capacidade de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) do ERec.

Em 30MAI12 realizou-se uma sessão de fogos reais, correspondendo ao tiro de manutenção e operacional do ERec com o seu armamento coletivo orgânico. Realizou-se tiro com a Browning 7,62mm/(.30) e Browning 12,7mm a partir da VBL M11 PANHARD em sessões dinâmicas e estáticas enquadradas em manobra de secção. De realçar ainda o tiro no SLM MILAN, o tiro de morteiro 81mm, LAW, MG-3 e o lançamento de granadas de mão.

A realização deste exercício permitiu, também, melhorar a proficiência em algumas tarefas criticas que serão novamente testadas no exercício APOLO 12/HOT BLADE 12 a realizar já no próximo mês de Julho.

COLHEITA DE SANGUE NO RC3

Tal como em edições anteriores, decorreu no dia 20 de Junho de 2012, no Regimento de Cavalaria 3 e em parceria com o Clube de Orientação do Alto Alentejo, uma ação de recolha de sangue por parte do Hospital Espírito Santo de Évora, que contou com a participação de 55 militares do Regimento e 06 civis. Uma ação de solidariedade digna de realce dos militares do Regimento, que em muito têm contribuído para a saúde e bem estar de muitas pessoas – "Bem haja aos participantes desta causa".

Quartel da Cavalaria em Santa Margarida

Ex-Regimento de Cavalaria nº 4

APRONTAMENTO DO AGRUPAMENTOINDIA/ KFOR

Foi cometido ao GCC/BrigMec e ERec/BrigMec, o aprontamento do Agrupamento INDIA/KFOR.

Teve início em 02 de Abril e culminou na última semana de Julho com a execução do Exercício Final "PRISTINA 122" e a cerimónia de entrega do Estandarte Nacional.

JORNADAS DO DIA DA DEFESA NACIONAL

No período de 02 de Maio a 22 de Maio decorreram no Quartel da Cavalaria, com apoio de todas as unidades da BrigMec, as Jornadas do Dia da Defesa Nacional. Estas Jornadas têm por finalidade receber diariamente cerca de 130 jovens, previamente convocados para se apresentarem no Centro de Divulgação de Defesa Nacional de Santa Margarida, afim de serem sensibilizados sobre a Defesa Nacional e o papel das Forças Armadas e sobre as actuais formas de prestação de serviço militar. As jornadas do Dia da Defesa Nacional contaram com a participação de 1647 jovens.

TIRO DE CARRO DE COMBATE M60A3TTS

Em 10 de Maio de 2012, o 3ECC realizou uma sessão de fogos reais de carro de combate M60A3TTS e de todo o armamento pesado.

COMEMORAÇÕES DO DIA DO QUARTEL DA CAVALARIA

No dia 26 de Junho de 2012, o GCC e ERec que herdaram as tradições e espírito do extinto Regimento de Cavalaria Nº4 (RC4), comemoraram o dia do Quartel da Cavalaria (QCav). Esta data assinala as relevantes acções tomadas por militares do RC4 em Viella, França, durante a Guerra Peninsular no dia 13 de Março de 1814. As comemorações iniciaram-se com a cerimónia militar, presidida pelo Exmo. General Director Honorário da Arma de Cavalaria, TGen Luís Miguel de N. Morais de Medeiros, seguidas de um

Regimento de Cavalaria nº 6

VISITAS AO RC6

No período compreendido ente abril e junho de 2012, o RC6 recebeu visitas de inúmeros quadrantes da sociedade das quais se destacam: em 14Jun12, Exmo 2º Comandante da Brigada de Intervenção, Cor Cav TIR Baía Afonso; Visita de 726 crianças e 80 adultos oriundos de diversos estabelecimentos de ensino, creches e jardins-de- infância; em 25Mai12, delegação das Forças Armadas do Exército Brasileiro; em 02jun12, visita de um grupo de crianças e adultos da Associação de Moradores das Travessas, durante a visita, o Exmo Comandante do RC6, procedeu à entrega de cerca de uma tonelada de tampinhas, no âmbito de um projeto de apoio à mobilidade do menino Daniel; em 13Jun12, os Dragões D' Entre Douro e Minho receberam a visita de uma delegação de "US ARMY CADETS" constituída por 20 cadetes e 02 TCor dos EUA.

APOIOS

De abril 12 a julho 12, o RC6 apoiou diversas entidades civis e militares, nomeadamente o INATEL na organização do Campeonato Nacional de Corta Mato, Braga Rugby no âmbito do Torneio de Rugby "BRAGA YOUTH RUGBY CUP 2012", Axis Golfe em Ponte de Lima, com torre de multiactividades em atividades radicais para seniores, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência no âmbito da II caminhada "**Um Passo Por Um Sorriso"**, apoio ao clube de orientação ".COM", Clinica Braga Medical Centre, FNAC com a cedência de infraestruturas e fornecimento de alimentação para a realização da FNAC TECH PARTY, apoio à Ordem de Malta – peregrinação a Fátima, apoio nas Jornadas de Coesão do AKI, apoio á organização da "33ª Rampa Internacional da Falperra", apoio ao Banco Alimentar Contra a Fome em Braga, com a cedência de viaturas militares para o transporte de alimentos, apoio à Liga Portuguesa Contra o Cancro no âmbito "Um Dia pela Vida em Braga", apoio à Braga 2012 – Capital Europeia da Juventude no âmbito do evento "Braga Solidária até à Medula", apoio à Câmara Municipal de Vila Verde, apoio à Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso no "XII Encontro Distrital de Clubes da Floresta", Apoio ao Instituto Português do Sangue no âmbito de recolha de sangue no RC6; apoio à organização das festas concelhias de ST.º António em Vila Verde com a montagem e operação da Torre Multiatividades; Apoio ao Fundo Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga com cedência de instalações e em 16 e 17Jun12 Apoio ao encontro de Gigantones e Cabeçudos com fornecimento de alojamento e pequeno-almoço.

APOIO AO CR BRAGA/DORH

Em coordenação, com o Centro de Recrutamento de Braga (CRB), apoio à Cooperativa de Ensino ALFACOOP em Ruilhe, Braga, com cedência de 01 viatura blindada Pandur com armamento orgânico e 01 viatura V150 no âmbito do "Fórum Profissões"; no período de 26 a 29Abr12 apoio à DORH e Qualific@ - Fórum de Educação, Formação, Juventude e Emprego; nos períodos de 05 a 06jun12 e 14 a 15Jun12 apoiou ao CRB s com cedência da torre multiactividades, diversas viaturas e redes de camuflagem, em Guimarães e na Póvoa de Varzim (Escola Secundária Eça de Queirós) respetivamente.

DIA DA DEFESA NACIONAL

De 03 janeiro a 10 maio de 2012 decorreu a 2ª fase da 8ª Edição do dia da Defesa Nacional 2011/2012 com cerca de 15.006 jovens de ambos os géneros, 7714 do género masculino e 7292 do género feminino, a razão de cerca de 130 por dia.

EXERCÍCIOS MILITARES

O ERec participou, no período de 02 a 04Mai12, no exercício VULCANO12, fogos reais, no Campo Militar de Santa Margarida e no período de 14 a 18Mai12, conduziu o exercício MERCÚRIO12, no interior da Unidade e em Montariol, Braga.

O GAM, no período de 12 a 15Jun12, conduziu o exercício PLUTÃO12 na Serra dos Carvalhos.

CERIMÓNIAS MILITARES

Em 10Abr12, decorreu a cerimónia de tomada de posse do 2Cmdt da BrigInt; Em 01Jun12, Participação no Dia Comemorativo da Brigada de Intervenção.

OUTROS EVENTOS

O RC6 realizou e esteve presente em várias comemorações de cariz militar e religioso, das quais se destacam a Procissão do enterro do Senhor, apoios ao 49.º Aniversário do Batalhão Caçadores 443 e à APVG, com a presença de Clarim na inauguração Memorial aos Combatentes da Guerra Colonial no Monte de Santa Catarina, freguesia de Cabeçudos, Vila nova de Famalicão; Guarda de Honra na Procissão sexta-feira Santa em Braga; em 11Abr12, participação nas cerimónias do Dia Nacional do Combatente e da Batalha de La Lys, promovidas pelo Núcleo Regional de Braga da Liga dos Combatentes; em 15Abr12, participação na Procissão do Santo do Monte da Freguesia de Santa Lucrécia do Louro, Barcelos; em 03Mai12, participação com uma Guarda de Honra na Procissão das Cruzes em Barcelos; em 09Jun12, apoio aos Ex-Combatentes da Guiné com uma Guarda de Honra e um Clarim em Cerimónia Religiosa na Sé de Braga.

RC6 EM MOVIMENTO

Realização de 3 edições da Corrida Mensal do RC6; Organização e participação no CDM Tiro fase II; participação no CDM Tiro Desportivo Fase III – Exército que decorreu na EPI em Mafra; participação de militares do Regimento na LVI Semana Equestre Militar organizada pelo CMEFD; Participação de militares no Concurso Equestre Militar da EPC, no XXX CNC dos Dragões de Olivença, no XIV Concurso Equitação do RL2, na prova de Pentatlo Militar Fase II organizada pelo RE3 e participação no CDM Duatlo BTT. Por último organização do estágio das equipas de tiro desportivo da Brigada de Intervenção para a Fase III – Exército, no interior da Unidade.

FAMÍLIA MILITAR

Neste âmbito foi organizado, em 16Jun12, o 6º Dia Gastronómico/S. João, com o objetivo de juntar no mesmo espaço e "à volta da mesa" os militares e funcionários civis que prestam serviço nesta nobre casa, bem como várias entidades militares e civis amigas que, a convite do Comando do Regimento, disseram presente e que muito nos honraram.

CONFERÊNCIAS/ PALESTRAS

De abril a junho, o RC6 realizou duas palestras subordinadas aos seguintes temas: "Terrorismo: Uma Tecnologia '*Off The Shelf*' proferida pelo TCor Inf OE Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, Professor da Academia Militar e "Compreender o Islamismo e o Magrebe" proferida pelo Professos Doutor Andrés Malamud.

FACING THE CHANGE

O *Facing the Change* é um tema caro ao Regimento na procura de respostas aos desafios que o conhecimento e a evolução tecnológica nos coloca aos vários níveis. Este esforço tem sido feito nos seguintes campos: comandar com CIS, o homem em primeiro lugar – ficha digital individual do militar, *counseling & couching* - rede de CC com *tablets*, rede de quiosques e sala multimédia, e-learning, despacho e distribuição digital de documentos, sistema de videovigilância e controlo de acessos digital; despacho conjunto, definição de uma politica ambiental para a Unidade, implementação de um sistema de gestão ambiental e da norma *Hazard Analises of Critical Control Points (*HACCP) na cozinha regimental. Implementação de um sistema de carregamento e reutilização de pilhas recarregáveis.

Divulgação contínua de possibilidades formativas, RVCC, EFA, UFCD: de modo a motivar os militares a investirem na sua formação civil e futura reintegração fora do meio militar.

Preocupação permanente com a manutenção e conservação das infraestruturas, o esforço contínuo tem sido direcionado para: Cobertura da Messe de Oficiais, coberto VBR PANDUR II 8X8, fecho das casernas das praças, pintura, renovação dos WC's, sistema de aquecimento, etc, cobertura, tetos, pisos e parques de viaturas da Messe de sargentos, messe, bar e parque da Messe de Oficiais, sala de convívio e bar das Praças, carreira de tiro, Cozinha HACCP, Casa da Guarda , Picadeiro, Lavandaria, mini ginásio, pista de corta mato, CNC e de cordas, campos de voleibol, futebol, muros de suporte dos anexos e campo de obstáculos e melhoramento e asfaltagem de arruamentos.

Centro Militar de Educação Física e Desportos

LVI SEMANA EQUESTRE MILITAR 2012

Decorreu no Centro Militar de Educação Física e Desportos, em Mafra, no período de 25 a 29 de Abril, a 56ª Semana Equestre Militar.

Realizada anualmente desde 1955, sendo, à data, o evento desportivo castrense de mais arreigadas tradições, a SEM sucedeu ao antigo "Campeonato do Cavalo de Guerra", disputado entre 1904 a 1954 em Torres Novas, contando, como então, com a presença obrigatória de todos os cavaleiros militares que possuam montada superiormente distribuída.

Assim, a SEM visa a apreciação e a classificação dos conjuntos militares nas disciplinas de Saltos de Obstáculos, Técnicas de Randonee Equestre de Competição (TREC), Ensino e Concurso Completo de Equitação, tendo em vista a participação do Exército em vários níveis de competições equestres, nacionais e, eventualmente, internacionais.

Além dos cavaleiros militares do Exército e alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino, participaram também militares da GNR e civis convidados, destacando-se os seguintes momentos:

- Em 28 de Abril, a realização da prova de Obstáculos "Comando Geral da GNR" (Classe 1,20mts),
- Em 29 de Abril, as provas do Concurso Nacional Combinado "Federação Equestre Portuguesa",
- E em 29 de Abril, a prova "Comando do Exército", (Classe 1,20mts, disputada em duas "Mãos") a que se seguiu um conjunto de demonstrações do Colégio Militar, Instituto de Odivelas e Escola de Sargentos do Exército, culminando com a apresentação da "Reprise da Escola de Mafra".

Este evento terminou com a atribuição dos Prémios Especiais, seguido de desfile de todos os concorrentes em continência a S EXª o Gen CEME.

CAMPEONATO DESPORTIVO MILITAR DE DUATLO – FASE EXÉRCITO

No âmbito das Competições Desportivas Militares do ano de 2012, decorreu no Centro Militar de Educação Física e Desportos, no período de 24/25 de Maio, o Campeonato Desportivo Militar de Duatlo em Bicicleta todo-o-terreno – Fase Exército. Neste Campeonato participaram 45 atletas representando, o Comando da Instrução e Doutrina, o Comando das Forças Terrestres, a Brigada Mecanizada e a Brigada de Intervenção.

A Competição Feminina disputou-se em 2 escalões (até 35 anos e mais de 35 anos), sobre um percurso combinado de 2,5 Km de corrida, 10 Km de ciclismo em BTT e 1,25 Km de corrida, contando com a presença de 14 atletas.

A Competição Masculina disputou-se também em dois escalões (até 40 anos e mais de 40 anos), sobre um percurso combinado 5 Km de corrida, 20 Km de ciclismo (BTT) e 2,5 Km de corrida, contando com a presença 31 atletas.

Presidiu à Cerimónia de Encerramento e Entrega de Prémios o Comandante do CMEFD, Cor Cav Simões de Melo.

ENCERRAMENTO DO 4º CURSO SIDEROTÉCNICO

Decorreu no Centro Militar de Educação Física e Desportos entre 10Out11 e 20Jun12 o 4º Curso Siderotécnico.

Frequentaram o curso 4 formandos, sendo 2 do Centro Militar de Educação Física e Desportos, 1 do Quartel da Cavalaria da Brigada Mecanizada e 1 do Regimento de Cavalaria Nº 3.

Concluíram o curso com aproveitamento os 4 formandos.

ENCERRAMENTO DO CURSO DE MONITORES DE EQUITAÇÃO

Em 15Jun12, terminou mais um Curso de Monitores de Equitação ministrado no Centro Militar de Educação Física e Desportos com a duração de 9 meses. Este Curso formou 2 militares.

ESTÁGIO DE APOIO À FAMÍLIA MILITAR

À semelhança de anos anteriores, realizou-se no Centro Militar de Educação Física e Desportos, no período de 8 de Julho a 14 de Julho de 2012, a Semana de Apoio à Família Militar, no qual participaram 41 crianças dos 7 aos 14 anos.

Rapazes e raparigas, enquadrados por militares, divididos em 4 equipas e na ausência de pais e mães, tiveram a oportunidade de realizar um conjunto de atividades desportivas, de lazer, didáticas, cívicas e formativas, que englobaram a Equitação, a Esgrima, a Orientação, o Arborismo, o Paintball, uma ida à Praia, a Canoagem, o Windsurf e Catamaran, Jogos Tradicionais, Ordem Unida, Limpeza de Solípedes, uma Caminhada Noturna, Atividades de Expressão Dramática e Instrução de Sobrevivência.

O Estágio culminou com uma sessão de Ginástica de Aplicação Militar, com a participação dos pais, familiares e amigos (na qual a pista molhada fez as delícias de miúdos e graúdos).

De realçar o grande empenho dos "miúdos", numa semana de intensa atividade, que foi classificada por todos, incluindo os pais, de "muito positiva e a repetir".

ENCERRAMENTO DO CURSO DE INSTRUTORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR 2012

Em 20Jul12, no Centro Militar de Educação Física e Desportos decorreu o encerramento do Curso de Instrutores de Instrutores de Educação Física Militar. O curso compreendido entre 09Jan12 e 20Jul12 teve uma duração de 7 meses, formando um total de 19 militares de diversas Unidades.

PATRULHAS DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS A CAVALO

No âmbito da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e do seu Plano Operacional Municipal, de 01Jul12 a 15Out12 o Centro Militar de Educação Física e Desportos apoia a Câmara Municipal de Mafra no dispositivo concelhio de prevenção e combate a incêndios para o ano de 2012, através de Patrulhas a Cavalo quinzenalmente, e Patrulhas Motorizadas diariamente na Tapada Militar de Mafra, Tapada Nacional e na área correspondente às freguesias de São Miguel de Alcainça, Cheleiros e Igreja-Nova.

Unidade de Segurança e Honras de Estado / GNR

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DAS POULES DE OBSTÁCULOS DA GNR 2012

Decorreu no passado dia 05 de Abril, na Unidade de Segurança e Honras de Estado, a Cerimónia de Encerramento das Poules de Obstáculos de 2012.

As poules decorreram entre os meses de Fevereiro e Abril, num total de 10 provas divididas entre poules de instrução e poules de classificação e seleção. Estiveram em prova mais de 90 conjuntos distribuídos pelas diferentes classes, com maior incidência na prova de 1,00m/1,05m, sendo alguns desses mesmos conjuntos de Unidades Territoriais, aumentando o mérito na sua apresentação.

As primeiras 4 provas serviram para preparação e treino para as seguintes. As segundas, em número de 6, visaram a ordenação dos conjuntos com vista à sua escolha para participação em provas civis.

Na 3ª e 4ª Poule de Instrução foi feita uma avaliação qualitativa dos participantes, sendo avaliados a técnica, a postura do cavaleiro e a apresentação do conjunto. Ao melhor cavaleiro das classes de oficiais, sargentos e guardas foi-lhes atribuído o "TROFÉU CAPITÃO PREZADO PIMENTA". Este ano receberam o prémio:

- Capitão Lopes Caeiro do EM/USHE que montou Xila
- Sargento-chefe Fialho Gomes do ECS/USHE que montou Aicanfly
- Guarda Leal Machado do CTER Évora/DInter que montou Maroto

Na 6ª Poule de Classificação e Seleção, que este ano coincidiu com o Dia da Unidade, foi disputado na classe de 1,10m/1,15m o "TROFÉU CAPITÃO PIMENTA DA GAMA". Este é uma réplica do original entregue pela FEP ao Sr. Capitão Pimenta da Gama, oferecido por este à USHE, tendo sido o vencedor deste ano o Coronel Mariz dos Santos, Comandante do CTer Porto que montou Renata.

As Poules de Classificação e Seleção foram disputadas em 4 classes distintas. A classe de menos de 1,00m que se dividiu na prova de cavalos novos e na prova de cavaleiros debutantes, a classe de 1,00m/1,05m, a classe de 1,10m/1,15m e a classe 1,20m/1,25m. Este ano foram vencedores os seguintes militares:

- Classe ≤ 1,00m Cavaleiros Debutantes – Guarda Raimundo Zambujo do CTer Évora/DInter que montou Olímpio
- Classe ≤ 1,00m Cavalos Novos - Capitão Pereira Pinto do CTer Évora/DInter que montou Couleur Royal Z
- Classe 1,00m/1,05m – Guarda Leal Machado do CTer Évora/DInter que montou Maroto
- Classe 1,10m/1,15m - Capitão Mateus Tomé do 4ºE/USHE que montou Ardusco
- Classe 1,20m/1,25m – Coronel Mariz dos Santos do CTer Porto que montou Viriato

Como supra referido, o encerramento das provas coincidiu com o Dia da Unidade. A celebração deste marco contou com a presença de antigos e ilustres Comandantes do extinto Regimento de Cavalaria e Comandantes do Grupo de Esquadrões a cavalo, tais como, Coronel Pires da Costa, Coronel Potier, Coronel Menezes, Tenente Coronel Martins Abrantes, entre outros digníssimos que por esta parada galoparam.

Foi pela mão de ilustres convidados que os prémios acima referidos foram entregues, após um almoço entre todos os participantes e convidados, proporcionando o momento para conhecer um pouco mais da história e aventuras com que se depararam distintos Comandantes de tão nobre Unidade.

Após a entrega de prémios a Reprise fez a sua apresentação, no campo de ensino, com 10 conjuntos impecavelmente apresentados e liderados pelos Mestres de Equitação Tenente-coronel Costa Santos e Tenente-coronel Santos Correia. A sincronização de todos os exercícios, a harmonia dos conjuntos, e a beleza dos andamentos fez com que o encerramento das festividades fosse ao mais alto nível, tendo merecido rasgados elogios por parte dos presentes.

USHE NO DIA DA CRIANÇA

Criaturas fascinantes e majestosas, os cavalos estão presentes no nosso quotidiano há muito tempo e o seu modo de vida inspira mudanças no comportamento do próprio ser humano, principalmente nos de palmo e meio.

Com esta permissa, a Guarda, ao seu nível, faz por estar presente na vida dos mesmos sempre que possível com estes nobres animais.

Exemplo disso foi o Dia Mundial da Criança, a 01 de Junho onde, na Escola da Guarda, a Unidade de Segurança e Honras de Estado apresentou a 750 crianças a oportunidade de andarem a cavalo, de breque e mexerem em todos os botões das motas, experimentando, deste modo, as diferentes valências que a Unidade dispõe, aprendendo, brincando, sobre as missões que a mesma desempenha.

As crianças com idades compreendidas estre os 3 e os 10 anos, apresentaram diferentes personalidades e à vontade perante estes imponentes animais.

Os mais cautelosos foram levados pela mão, ou mesmo ao colo, a fazer festas nos cavalos, pois para muitos este é o seu primeiro contato com um animal maior que eles, e a quem a confiança não conseguiu mais que um sorriso, fizeram um passeio de breque.

Em contrapartida, muitos foram os destemidos que se não fossem refreados saltavam para cima dos cavalos e queriam era galopar.

Esta interação é benéfica tanto para os mais tímidos, que conseguem descontrair e ganhar auto confiança, como para os mais ativos que prestam muita atenção a todas as sensações que o solípede lhe transmite, tornando-se mais calmos e concentrados, radiando felicidade quando lhes dão uma última festa no chanfro.

O que se realizou neste dia é feito mensalmente para grupos de 400 crianças, usufruindo estas da companhia e interação dos cavalos. Entre Abril e Julho mais de 2000 crianças deram a sua primeira volta a cavalo, interagiram com os nossos militares e muitos escolheram o que queriam ser quando fossem grandes depois de estarem perante tão boa gente.

Indigitações e Nomeações

COLOCAÇÕES:

Cor Tir Cav JOSÉ ULISSES VEIGAS SANTOS RIBEIRO BRAGA, CID.

INDIGITAÇÕES:

Cor Cav RUI EDUARDO AZENHA SAMPAIO DE OLIVEIRA, SHAPE "OSC OJX 0010"

Branch Head (Joint Operations) (Bélgica - Mons).

TCor Cav PAULO JORGE RODRIGUES RAMOS, EMGFA/DIPLAEM.

Maj Cav PEDRO ALEXANDRE ALVES DE CARVALHO, Comandante da MPCoy NRF 2013.

NOMEAÇÕES:

Cor Tir Cav CARLOS ALBERTO BAÍA AFONSO, 2º Comandante da Brigada de Intervenção.

Cor Cav ROGÉRIO DA PIEDADE F. DOS SANTOS, Group CDR CE KAIA APOD ISAF (Afeganistão).

Cor Cav FRANCISCO XAVIER FERREIRA DE SOUSA, Subdiretor da DARH.

Cor Cav RICARDO BETTENCOURT SARDINHA PORTELA RIBEIRO, IGE.

Cor Cav ROGÉRIO PIEDADE FERNANDES SANTOS, 3º Curso de Comandantes – 2012.

Cor Cav CARLOS MANUEL SIBORRO REIS, 3º Curso de Comandantes – 2012 e Comandante do RL2.

TCor Cav JOÃO CARLOS VAZ DO RIBEIRO DO AMARAL BRITES, Executive Officer / G3 do 4º CN/ISAF.

TCor Cav FRANCISCO PAULO JORGE LOPES DA SILVA, Gab CEME.

TCor Cav JORGE FILIPE DA SILVA FERREIRA, Comandante do Grupo de Autometralhadoras da Brigada de Intervenção.

Cap Cav VASCO SÉRGIO DO VALE CARRIÇO, 2º Comandante UnFP KAIA 5º CN/ISAF

CAP Cav PAULO FERNANDES
AM

REVISTA DA CAVALARIA

ATENÇÃO
Envie este impresso directamente para a Associação e não para o seu Banco. O total preenchimento dos dados e a assinatura autorizada são indispensáveis

ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA

SEDE: Regimento de Lanceiros N.º 2 – Calçada da Ajuda – 1349-054 LISBOA
E-mail: revistadacavalaria@gmail.com

MILITAR: Posto, Arma, Situação (Activo, Reserva, Reforma)

CIVIL: Título

NOME

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

OUTROS CONTACTOS

MODALIDADES PARA SER SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO:

☐ 1.ª MOD. – Quota anual individual no valor de 15 Euros.

☐ 2.ª MOD. – Quota institucional anual no valor de 75 Euros (destinada a Associações U/E/O, Empresas).

☐ 3.ª MOD. – Quota anual para sócios beneméritos no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota individual).

☐ 4.ª MOD. – Quota anual para instituições beneméritas no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota da 2.ª Modalidade, destinada a Associações U/E/O, Empresas).

Exmos. Senhores

Venho por este meio autorizar a efectivação de transferência bancária regular para o pagamento das quotas da Associação Revista da Cavalaria no valor de _____€ por ano, a debitar em _____.

DADOS DA CONTA A DEBITAR

BANCO _____

DEPENDÊNCIA _____
LOCALIDADE _____
NI DA CONTA _____
NIB _____
EM NOME DE _____

DADOS DA CONTA A CREDITAR

SANTANDER TOTTA

Conta:
53148140020

NIB
00180000531481400201 2

Em nome de:
ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA

Com os melhores cumprimentos

_____

(assinatura igual à existente no Banco)

Data, _____ de _____ de _____

PODE SER FOTOCOPIADO

DEFENCE

SISTEMA DE ARMAMENTO CT-CV™ DE 105 MM

testado com sucesso no Pandur II 8x8
no Campo Militar de Santa Margarida
em Dezembro de 2007

Graphic Design : Visible.be (3455) • Photos : CMI

www.cmigroupe.com ▪ defence@cmigroupe.com

Groupe **Cockerill Maintenance & Ingénierie**

PANDUR Always ready for Operation

DEFENSE SOLUTIONS FOR THE FUTURE

GENERAL DYNAMICS
European Land Systems

gdels.com